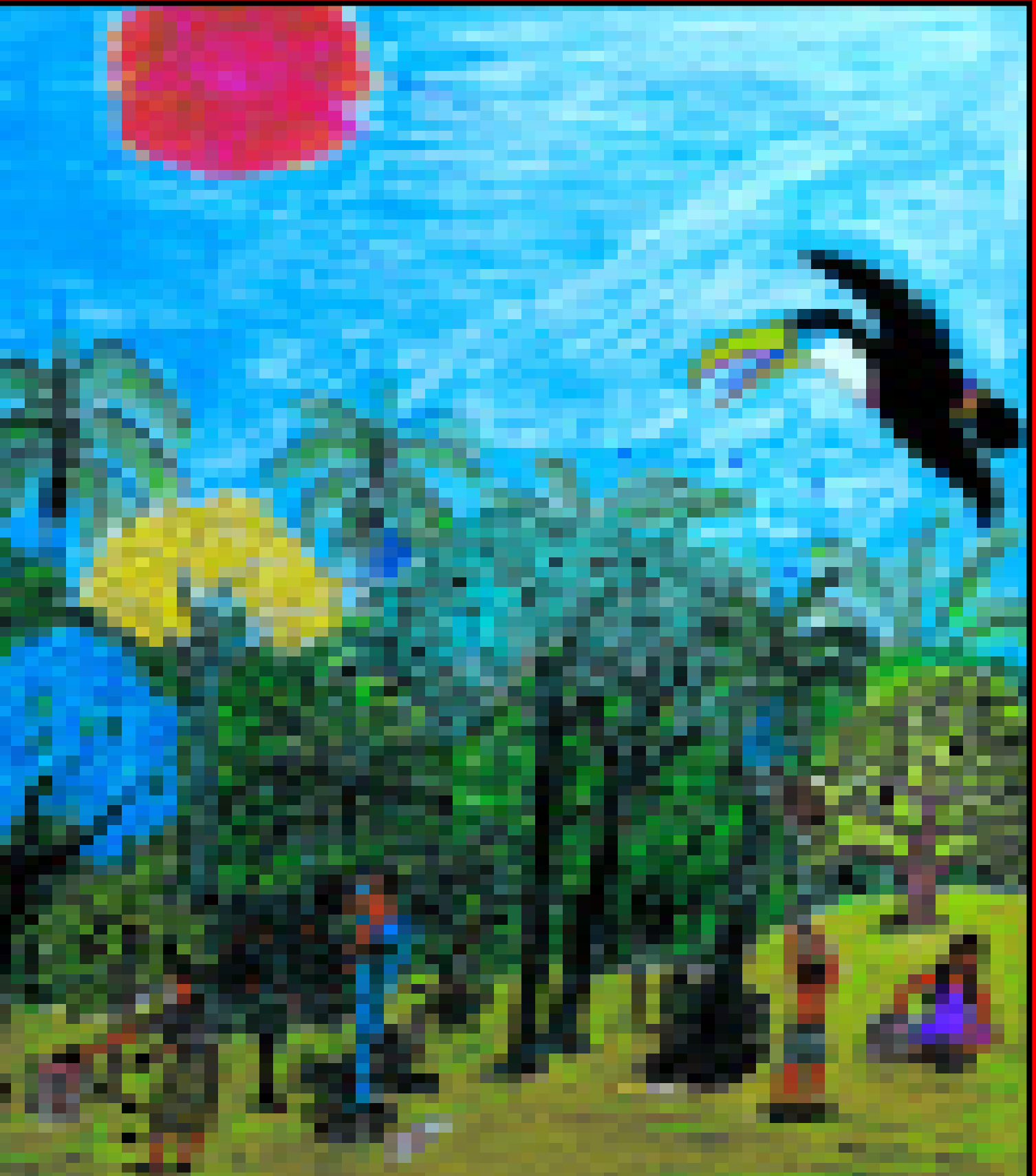




Nº 3
Agosto de 2002

Comissão Pró-Índio do Acre

Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre



Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre



Brasília, agosto de 2002

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Ministro: José Carlos Carvalho

Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA

Secretária: Mary Helena Allegretti

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7

Coordenador: Márcio Santilli

Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA

Secretário Técnico: Jorg Zimmermann

Secretário Técnico Adjunto: Wigold Schäffer

Equipe Técnica: Célia Chaves, Demóstenes Moraes, Mara Vanessa Fonseca Dutra, Ricardo Russo e Ricardo Verdum

Equipe Financeira: Cláudia Alves, Nilson Nogueira e Sérgio Maranhão

Equipe Administrativa: Bruno Mello, Eduardo Ganzer, Francisca Kalidaza, Geórgia Basto Alô e Lúcia Amaral

Perito da GTZ: Thomas Fatheuer

Cooperação Financeira: República Federal da Alemanha – KfW, União Européia – CEC, Rain Forest Trust Fund – RFT, Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial - FFEM

Cooperação Técnica: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Projeto BRA/93/044 – Projetos Demonstrativos – PDA

Agência alemã de cooperação técnica, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Agente Financeiro: Banco do Brasil

Esta publicação integra a “Série Experiência PDA” e foi editada com apoio financeiro da agência alemã de cooperação técnica (GTZ)

Organização, texto e edição: Jorge Luiz Vivan, Nietta Lindemberg Monte e Renato Antônio Gavazzi

Copy desk: Tereza Moreira

Projeto Gráfico: Luiz Daré, Marcos Roberto e Renato Antônio Gavazzi

Equipe Responsável/PDA: Célia Chaves, Jorg Zimmermann, Mara Vanessa Fonseca Dutra, Ricardo Verdum e Thomas Fatheuer

Apresentação



Este trabalho é resultado de um processo histórico vivenciado pelos povos indígenas da Amazônia, particularmente pelos povos indígenas do Acre. Representa um novo tempo de experiência concreta de retomada da autonomia perdida há 502 anos.

A experiência dos agentes agroflorestais indígenas do Acre só está sendo possível graças a novos instrumentos de luta, dos quais os índios, há algum tempo, vêm se apropriando, para defesa e garantia de seus direitos de cidadania: parcerias, alianças e diálogo político.

É neste contexto que este trabalho merece todo o reconhecimento. Os avanços estão sendo possíveis graças ao compromisso das partes envolvidas, tendo como base a vontade das comunidades indígenas de assumirem para si a responsabilidade de seus projetos de futuro. Mas, diante da realidade atual, isso não basta. São fundamentais a contribuição e o compromisso efetivos dos parceiros e aliados.

A participação da Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC, foi decisiva no suporte técnico do projeto, além de ter mostrado o quanto é possível prestar assessoria adequada e de qualidade. O apoio técnico e financeiro do PDA foi fundamental para alavancar a iniciativa e alimentar a confiança de que é possível dar crédito às comunidades locais na formulação e implementação de ações concretas capazes de influenciar políticas públicas sérias.

Particularmente, impressiona-me o tratamento abrangente e adequado dado pelo projeto às diversas dimensões da vida cotidiana indígena das comunidades, tendo como base de referência os recursos naturais locais, os saberes e valores próprios daqueles povos. Dá-me a certeza de que, de fato, o novo tempo de autonomia é uma oportunidade real que está sendo construída.

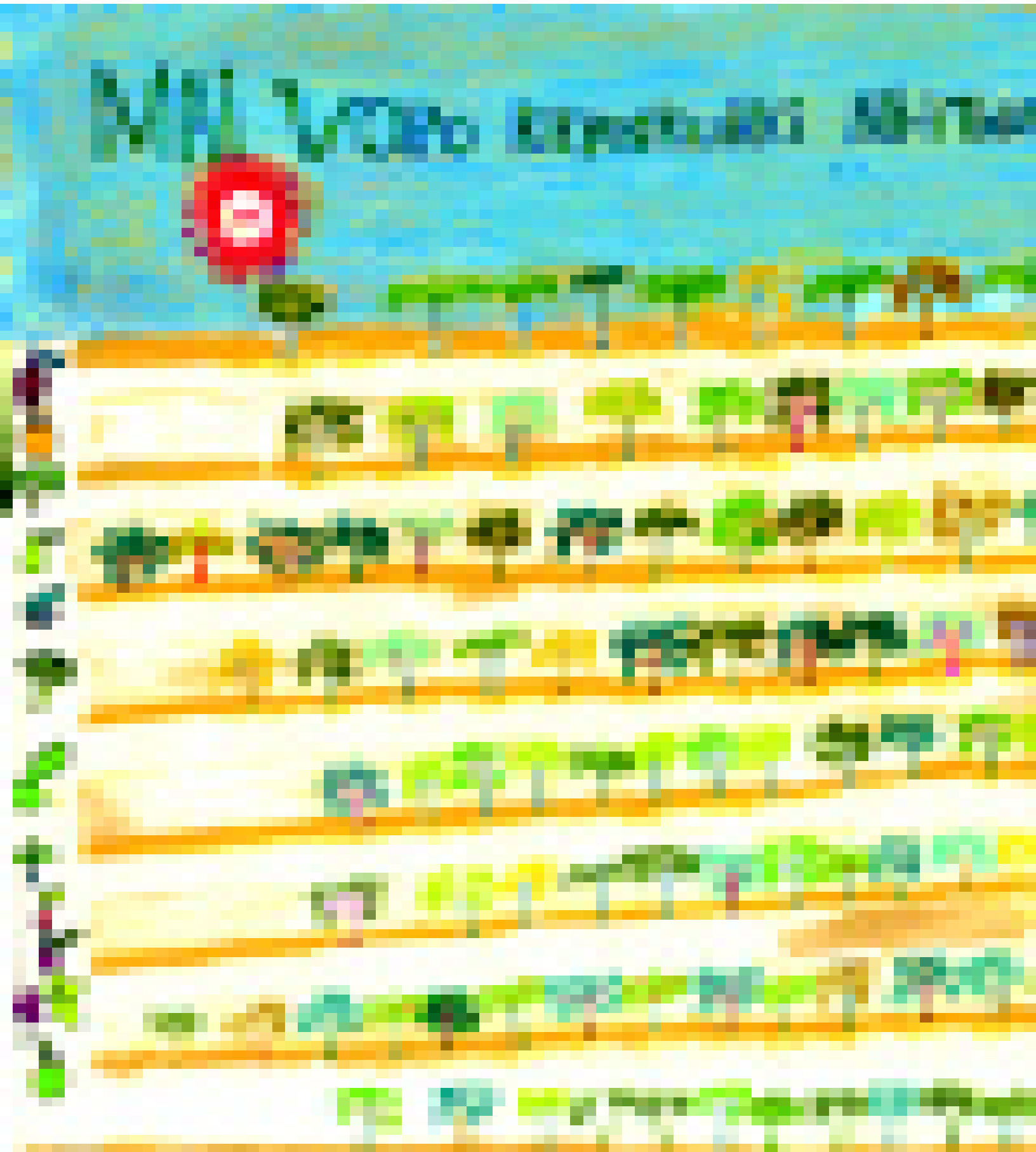
Ao divulgar a experiência promissora e inovadora dos agentes agroflorestais indígenas do Acre, esta publicação convida todos os leitores, índios e não-índios, para um compromisso de buscas de novas iniciativas concretas que venham melhorar as condições de vida desses povos e garantir um futuro digno para todos os habitantes da floresta.

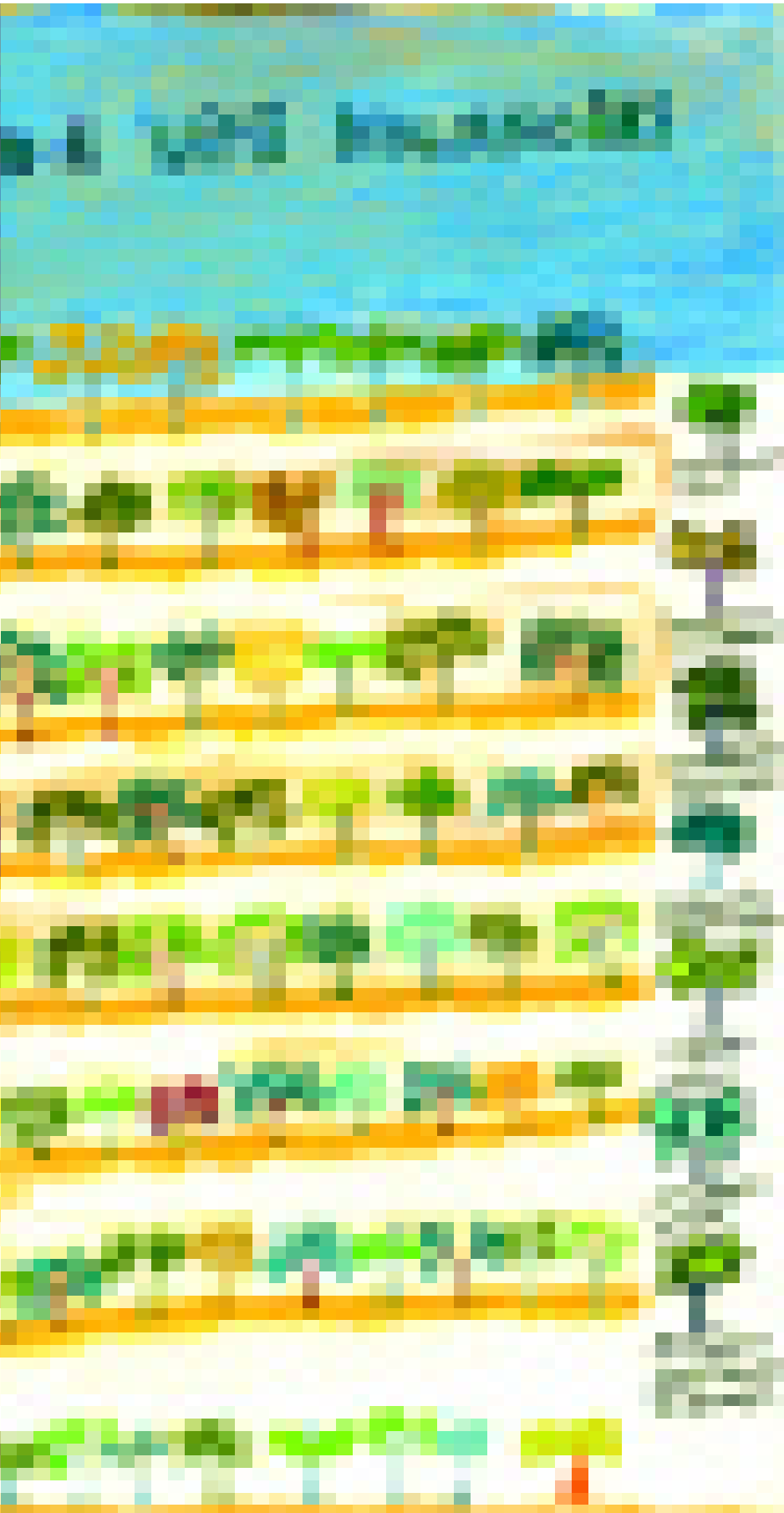
Gersem José dos Santos Luciano

Gerente Técnico do PDPI

Sumário

Os agentes agroflorestais indígenas	7
A floresta, os tempos e os deuses do mercado	8
Contatos e memórias	8
Corre o sangue branco da floresta	10
Biopirataria e a queda do império da borracha	11
Da resistência à organização	12
Novos tempos	12
Poderes e saberes	13
Projeto de manejo agrofloresta: desafios e resultados	15
Gestão ambiental das terras indígenas	17
Escrita e línguas indígenas	21
Materiais elaborados e editados pelos AAFIs, com apoio do projeto	24
Novas palavras, ferramentas e saberes	24
Vigilância e diálogo	26
Marcos vivos e autodemarcação	29
Manejos	32
Lei ambiental e saber ecológico	32
Fauna	33
Flora: a casa	36
Regeneração	38
Alimento para todos os seres da floresta	42
Floresta	43
Roçados	44
Quintais	49
Viveiros e hortas	51
Agrofloresta como sistema	54
A formação dos agentes agroflorestais indígenas	56
Estratégias e ações	56
Proposta pedagógica	58
Cursos intencivos no Centro de Formação dos Povos da Floresta	59
Oficinas itinerantes	61
Assessoria	62
Redes e intercâmbio	64
Os conteúdos da formação	65
Fundamentos políticos da função do AAFI	65
Ecologia indígena	66
Princípios de agrofloresta ou manejo de ecossistemas	67
Artes e Ofícios	68
Formação básica	70
Perspectivas	72
Políticas públicas	72
Disseminação	73
Um olha crítico para o futuro	74





Os Agentes Agroflorestais Indígenas

“Nós, os Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, estamos trazendo algumas informações dos nossos trabalhos em nossas Terras Indígenas, o que estamos aprendendo neste projeto.

Somos as pessoas que estamos discutindo junto da comunidade a necessidade do manejo dos recursos naturais em nossas terras e estamos recebendo formação para aprendermos os novos conhecimentos e ter mais idéias para saber usar, como sempre usamos, os nossos recursos naturais sem prejudicar a natureza e a nós mesmos no futuro. Este estudo é muito importante para nós defendermos o meio ambiente, nossa terra, o lugar onde nós vivemos e fiscalizarmos nossos territórios (...) Precisamos de ajuda, compromisso e compreensão para que reconheçam a nossa profissão também como agente fiscalizador. Somos os guardas das nossas terras e de nossas florestas.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres viventes.”

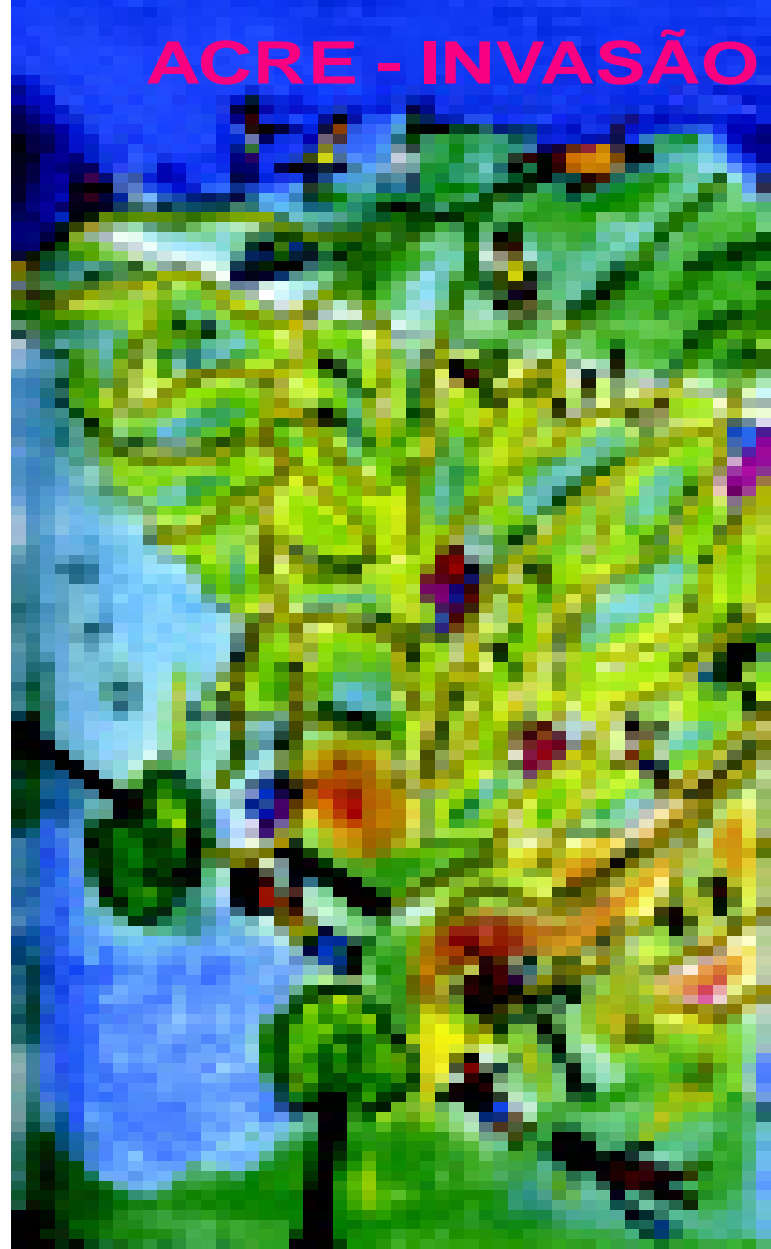
Agentes Agroflorestais
Indígenas do Acre, 2001

Para entendermos como e porque, há menos de uma década, surgiram os Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs) no Acre, abriremos algumas janelas históricas e atuais. E, através delas, observaremos como se entrelaçaram economia, política e ecossistemas.

A história da Amazônia é uma imensa teia dinâmica, com pontos de amarração em muitos continentes e povos. O que existe e acontece nessa região, desde os sistemas políticos e econômicos até a rotina diária dos habitantes de uma aldeia, é fruto de muitas e diferentes interações, atuais e passadas. Não se trata, portanto, da história de mudanças ambientais e culturais pacíficas e equilibradas, principalmente nos últimos 200 anos. Uma representação artística deste período estaria mais bem reproduzida pela “Guernica” de Picasso do que pelos traços suaves com que Debret retratou o Brasil colonial.

A “Guernica Amazônica” é retratada pela contínua destruição da floresta, pelos rios que correm na forma de mercúrio e sedimentos contaminados, pelas pastagens calcinadas e abandonadas, pela cobertura de miséria formada à volta dos garimpos e das cidades-serraria. Apesar dos esforços de setores da sociedade e do Estado brasileiro no plano legal, das multas aplicadas e da pressão internacional, uma interminável procissão de caminhões de toras, bois, soja e fumaça carrega a maior floresta do planeta, substituindo seus povos e riquezas por lavouras, pastagens e capoeiras degradadas.

A mudança de paisagem não é fruto de um destino inexorável e planetário. Resulta de uma forma de manejo e exploração dos recursos naturais “contrária” à floresta e aos povos tradicionais que lá vivem. Os parcos lucros dessa destruição, maiores na medida do tamanho do dano que provocam, estão sediados fora da Amazônia e remontam já há alguns séculos.



A floresta, os tempos e os deuses do mercado

Contatos e memórias

Na memória indígena do Acre, existe um tempo que remonta à própria noção de início dos tempos interrompida de forma abrupta em diferentes momentos da história do Brasil nos últimos 500 anos. En-

DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS



(*Hevea brasiliensis*) passou de um produto florestal de uso local e indígena para uma matéria-prima do capitalismo industrial emergente. A produção passou de 27 toneladas em 1827 para 20 mil toneladas na última década daquele século, entrando definitivamente como elemento básico da “pré-história” da indústria automobilística. Pode-se dizer que o veículo movido por um motor de combustão interna não se viabilizaria sem pneumáticos de borracha. E enquanto o capitalismo mundial lançava conexões com a maior floresta tropical úmida do planeta, seus habitantes passaram a experimentar o céu e o inferno. Para os povos indígenas do Acre, a época das primeiras frentes de expansão econômica, protagonizadas por peruanos e brasileiros, ficou na memória como “O Tempo das Correrias”.

tre os professores indígenas do Acre, a denominação encontrada é “Tempo das Malocas”.

O Tempo das Malocas é tempo antigo dos índios do Acre e Sul do Amazonas. Um tempo muito longo que vem desde o começo do mundo.

É o tempo das histórias de antigamente, dos nossos mitos.

Tempo do nascimento do nosso povo indígena.

Tempo de praticar nossa cultura tradicional.

Esse tempo serve hoje para contar a vida de cada povo antes dos “cariu” chegarem na nossa região para abrir os seringais.

Noberto Sales Tene, in Iglesias e Ochoa (org), 1996, pág 29

O segundo povoamento do Acre foi feito pelos homens brancos que chegaram há cem anos. Foi quando caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros começaram a invadir as terras onde as nações indígenas moravam desde antigamente. Vieram para explorar recursos e riquezas da mata, principalmente a seringa e o caucho. (...) Com esta invasão, os índios deixaram de viver sossegados. Começaram a correr de um lado para outro escapando das correrias. Alguns povos se acabaram. Outros foram expulsos de suas terras. Chegaram muitas doenças que nem conhecíamos. Neste tempo, a borracha era muito valorizada no mundo todo.

Benjamim Shere Katukina e Valdir Tui Kaxinawá in idem, 1996, pág 35

Em 1839, com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, a seiva da seringueira

Se a borracha era a condenação dos povos indígenas que habitavam as áreas onde se formavam os seringais, também afetava a outros excluídos do “paraíso do látex”. Chegaram à Amazônia, entre 1877 e 1880, em torno de 200 mil nordestinos, atraídos pela febre da borracha e fugidos da seca que matou, nesse mesmo período, quase a mesma quantidade de pessoas.

Nesse tempo, grandes embarcações começaram a subir o rio Purus e Juruá e entrando devagar pelos seus principais afluentes. Os brasileiros chegaram de vários estados do Brasil: Ceará, Paraíba, Maranhão e Rio Grande do Norte. Daí para frente, nós índios não tínhamos mais nenhum canto para escapar ou correr.

Benjamim Katukina e Valdir Kaxinawá, in idem, pág 35

Para os povos indígenas, foi um período de fugir ou morrer. A perda da conexão com o território, a transitoriedade dos assentamentos, a mobilidade como estratégia que definia a vida ou a morte são antecedentes históricos fundamentais das conquistas territoriais e ambientais atuais.

Corre o sangue branco da floresta

Na onda de sua demanda mundial, a borracha tornou-se o “ouro branco da floresta”, objeto da cobiça das elites que passaram a controlar sua extração e exportação. Até 1900, o Brasil foi o único fornecedor mundial de látex. E as “capitais da borracha” brotaram na floresta, com seus teatros, óperas de grandes companhias e festas regadas por produtos europeus, trazidos nos “vapores” que cruzavam o Atlântico. Barcos subiam o rio Amazonas e seus afluentes, chegando até Manaus. De lá pelo rio Purus (e depois pelo rio Acre) até o que é hoje a cidade de Rio Branco. Assim viveu a “elite da borracha”, em seu enclave econômico particular no meio da floresta.

O período, denominado “Tempo do Cativo” pelos professores indígenas do Acre, marca um novo conjunto de relações sociais com o seringal:

No Tempo do Cativo, os índios trabalharam muito para os patrões dos seringais. Alguns como seringueiros, outros na diária, fazendo vários serviços. Transportar borracha e mercadorias, varejar balsas de borracha, reabrir ramais, varadouros e estradas de seringa, colocar roçado para o patrão, caçar e pescar para abastecer o barracão... Na sua colocação, o índio vivia com muito cuidado para não ser expulso. Era obrigado a pagar renda pelas estradas de seringa. Se vendesse borracha para fora do barracão, o patrão desinteligava as estradas e mandava o freguês desocupar a colocação (...) No barracão, o patrão vendia as mercadorias muito mais caras do que na cidade. E pagava menos pelo quilo da borracha. E ainda enganava no peso da balança (...) Por causa destes débitos, não podiam deixar o seringal para procurar um outro patrão.

Edson Ixã Kaxinawá e Isaias Ibã Kaxinawá, in idem, pág 39.





Venda de borracha pela Cooperativa da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão - Foz do Rio Jordão, 1982

Biopirataria e a queda do império da borracha

Em 1876, Sir Robert Wickham contrabandeou da Amazônia sementes da *Hevea* para os Kew Gardens, na Inglaterra. Este ato de biopirataria se provaria desastroso para o sistema econômico montado na Amazônia em função do látex. Afetaria profundamente as elites brasileiras da borracha. Por volta de 1913, seringueiras imensas controladas por ingleses e holandeses já entravam em produção, primeiramente na Malásia, depois na Indonésia e em Bornéu, onde a seringueira foi incorporada aos Sistemas Agroflorestais – SAFs, tradicionais. Finalmente o Camboja, Vietnã, Tailândia, Mianmar e outros países da antiga Indochina, sob dominação francesa, entraram no mercado mundial de látex, além das mais de 200 empresas que operavam na Selva Lacandona, no México. Esse novo fluxo de matéria-prima barata fez despencar o universo dos “barões da borracha” e refreou o ímpeto das frentes de expansão. Amaldiçoados pelos deuses do mercado, muitos dos patrões seringalistas abandonaram seringueiras e seringueiros à própria sorte: que a floresta os tragasse e sobrevivesse quem fosse capaz.

Durante a II Guerra Mundial, o fornecimento de látex da Ásia ficou comprometido pelo controle que os japoneses passaram a exercer nas águas do Pacífico. Esse evento deu um alento momentâneo ao látex brasileiro. No caso da II Guerra Mundial, ambos os lados buscavam, entre outras matérias-primas, látex a preços baixos. Assim, restabelecido o fluxo asiático, novamente caíram os preços no mercado mundial. Outros ciclos menores de altas e baixas se repetiriam até os anos 1970, considerados pelos economistas como “oscilações de mercado” e, no caso da borracha, determinados pela conjuntura política internacional e pelas tecnologias de substituição do látex por produtos sintéticos. Nunca mais se repetiria a “bolha econômica” do látex de seringueira que se verificou na Amazônia entre 1827 e 1913.

Essa é parte da história de uma matéria-prima, da sua obtenção e dos lucros que proporcionou. Nela, ciclos e ajustes são relacionados ao desenvolvimento tecnológico, às oportunidades sócio-políticas existentes e às diferentes margens de lucro possíveis face ao todo, numa lógica de oferta e procura.

Da resistência à organização

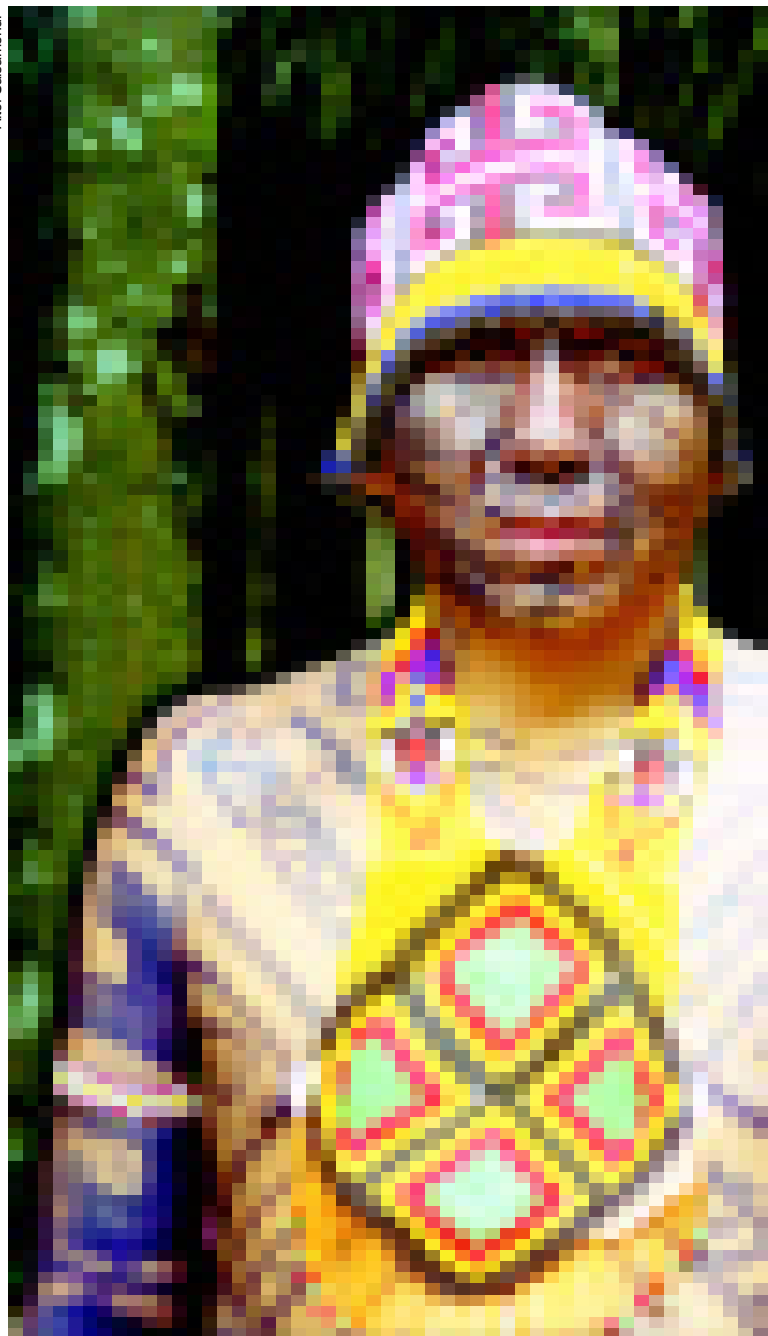
Novos tempos

É da perspectiva histórica da resistência dos povos da floresta, da sua capacidade de reagir e responder às novas situações, que podemos entender o processo atual de formação dos agentes agroflorestais indígenas do Acre, como parte de um novo tempo histórico “de direitos” e “de governo próprio”.

Na década de 1970-1980, alguns setores da sociedade civil brasileira puderam construir novos tipos de relações com os povos indígenas nas regiões onde atuavam. O empenho na criação de uma rede de Ongs de assessoria política a esses povos, assim como a crescente organização local e nacional dos movimentos indígenas, resultaram em transformações que o memorial indígena denominou de “Tempo dos Direitos”. Tal construção deu-se na tarefa primordial de reconhecer e demarcar Terras Indígenas e apoiar novas estratégias produtivas e comerciais visando enfrentar o avanço das frentes garimpeiras, agrícolas e madeireiras. Nessa história estão inseridos os fundadores e muitos dos atuais componentes da Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC, entre tantas outras instituições que estiveram engajadas na mesma luta.

Ao ser criada em fevereiro de 1979, a CPI/AC foi assentada sobre valores que iam sendo construídos no lastro da democracia emergente no país: participação, diálogo, comprometimento com a questão indígena e a perspectiva de uma sociedade brasileira multicultural e pluralista. Da trajetória de seus integrantes e das demandas que foram-se criando por parte dos povos indígenas como “direitos”, é que surgiram as primeiras lutas pelas terras e pelas cooperativas.

Aitor Salsamendi



Professores - Tene e Siã Kaxinawá da Terra Indígena do Rio Jordão e Baixo

Convivendo com os Kaxinawá, índios-seringueiros, aprendi logo que quem mandava de fato na terra era quem dominava a esfera da comercialização.(...) Quem tinha a mercadoria, também dominava território, terras, seringais. Quando surgiu a Comissão Pró-Índio em 1979, também foi em cima de projetos já específicos de cooperativas.

Terri Aquino, in Monte e Olinda (org), 2001, pág 39



Rio Jordão - 2000

Poderes e saberes

Na consolidação dos Novos Tempos, criam-se também as idéias e os ideais de uma nova escola indígena por meio dos primeiros professores bilíngües do Acre. Essas idéias substituem gradualmente as antigas práticas dominantes na escola dos patrões dos seringais e das missões religiosas. A demanda vinha de algumas importantes lideranças indígenas: capacitar seus jovens para “administrar, por conta própria”, as nascentes cooperativas nas suas terras nos novos tempos de direitos, sem o patrão e o barracão.

O primeiro de uma série de cursos de formação de professores foi realizado pela CPI/AC em 1983, atendendo a 25 jovens dos vários povos do Acre. A proposta pedagógica foi denominada “Uma Experiência de Autoria”. Por meio dela os futuros professores

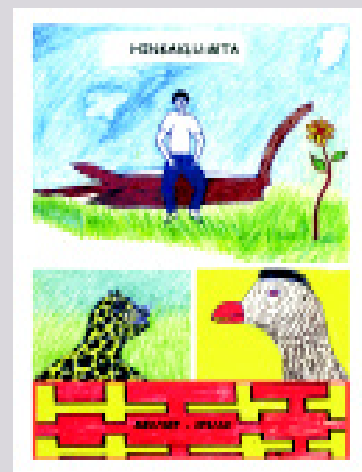
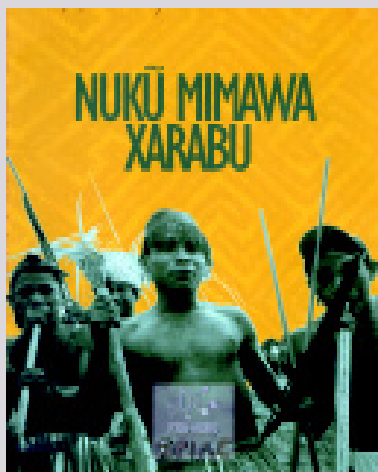
criariam suas próprias idéias e ferramentas de educação escolar.

O trabalho mais importante desses cursos foi contribuir para que os professores reconhecessem seus valores culturais, produzindo seus próprios materiais escritos nas línguas, estimulando suas pesquisas, ampliando o conhecimento tradicional de seu povo.

No começo da nossa luta pelos direitos, a gente conseguiu organizar a nossa cooperativa. Assim tiramos os “cariú” das nossas terras. Para poder trabalhar na nossa cooperativa, tínhamos que tirar a contabilidade do movimento de mercadorias e de borracha. Por isso, precisávamos ter escolas nas aldeias. Foi a partir daí que começaram os primeiros cursos para professores e agentes de saúde Kaxinawá e outros povos do Acre.

Pancho, Francisco Kaxinawá, in idem, 2001, pág 30

Isaac Pinhanta Asheninka, 2001, in idem, pág 30



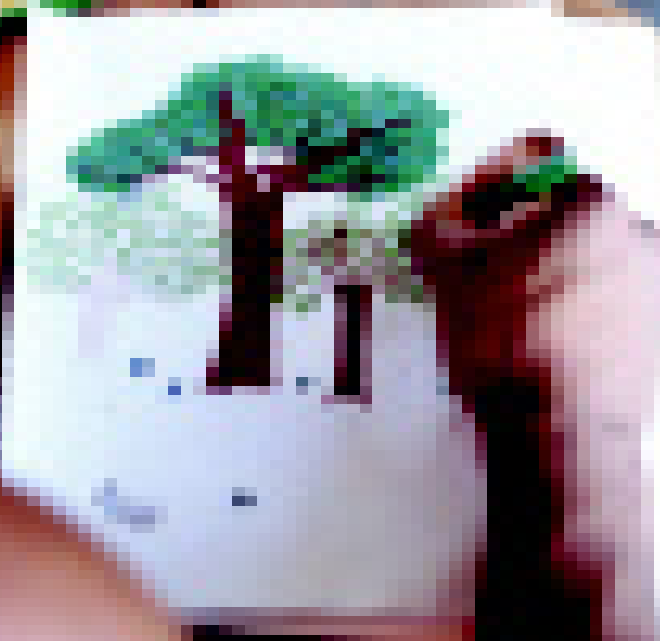
O processo foi de re-conexão individual e coletiva com sua memória histórica e suas identidades étnicas, a partir de saberes imemoriais postos em relação de sentido com os novos saberes apropriados. Os resultados foram tanto o revigoramento de línguas, tradições e conhecimentos, como a leitura atualizada e contextualizada dos novos desafios a serem enfrentados.

Nos cursos de professores, a proposta de currículo já relacionava a questão produtiva, alimentar, a saúde, o meio ambiente com a ocupação territorial, o manejo dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável. E foi justamente a partir do interesse pelo trabalho de plantação de árvores frutíferas iniciadas no Centro de Formação dos Povos da Floresta, e das ações de saúde relacionadas à diversificação alimentar, que teve início o programa de formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas.

Renato Antônio Gavazzi, in (org) - pág 64

Na esteira dos novos desafios e demandas, passaram a ser formados também os Agentes de Saúde Indígenas (Ais), com os cursos oferecidos entre 1986 e 2000. Estes aliaram o atendimento das doenças relacionadas às novas condições de vida, com o que é uma conexão óbvia para os povos da floresta e outros povos: saúde é a roça farta, frutas e caça abundantes, água de qualidade. Enfim, dos recursos naturais bem manejados também depende a qualidade da saúde. Assim, além de trabalharem o tratamento de algumas doenças que lhes chegaram nos últimos anos pelo contato, os agentes de saúde passaram a atuar na reflexão e no cuidado intensificado com a agricultura e o meio ambiente.





II Oficina Itinerante - Terra Indígena Mamoadate - Aldeia Jatobá - 2001

Projeto de manejo agroflorestal: desafios e resultados

O tempo presente dos índios do Acre é formado por várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 20 anos. Com muita luta e dificuldade, estamos tentando mostrar quem somos.

Joaquim Mana Kaxinawá, in Iglesias e Ochoa (org), 1996, pág 55

Em 1996, teve início o Projeto de Implantação de Tecnologias de Manejo Agroflorestal em Terras Indígenas do Acre, visando à formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas, continuidade da trajetória dos professores e dos agentes de saúde indíge-

nas. Este projeto recebeu recursos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, por meio do Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA.

O objetivo da formação dos agentes Agroflorestais Indígenas é possibilitar que um número crescente de povos indígenas da Amazônia, por meio de processos participativos e educacionais culturalmente fundados, faça a identificação, a sistematização, a valorização e o uso de alguns dos conhecimentos e tecnologias relativos ao meio ambiente para a gestão de seus territórios.

CPI/AC, 2000

O foco principal do projeto foi desde então a gestão ambiental das Terras Indígenas, especialmente as formas de manejo de alguns dos recursos naturais existentes em seu ecossistema. Esses recursos naturais, parte da biodiversidade ameaçada da floresta tropical brasileira, estão escazeados devido à pressão demográfica sobre os territórios ou ao seu uso incorreto.

E tem alguns pontos do município que, com a falta de assistência, de acompanhamento, de orientação, é difícil que as pessoas consigam ver a questão ambiental da maneira que nós estamos vendo (...). A gente vem acompanhando cada dia, cada ano que passa, as pessoas cada vez se afundando mais dentro das necessidades, porque não conseguem resolver os seus problemas.

Nós estamos conseguindo pelo menos nos manter equilibrados e saudáveis, mais ricos. E para nós, a riqueza é viver numa área que tenha o que a gente precisa. Ela dá nosso alimento, dá a nossa casa, dá a nossa alegria, dá a nossa liberdade.

Francisco Pianko Asheninka, in Monte e Olinda (org), 2001, pág 68

Marcando os novos tempos de conquistas dos povos indígenas, “Tempos do Nosso Governo”, as tarefas que se colocam são de dimensões amazônicas. Elas vão da vigilância de territórios e de seus recursos naturais, até a educação ambiental de crianças e adultos. Passa também pelo fortalecimento de ritos de fertilidade, recuperação e conservação de material genético, monitoramento e gerenciamento de recursos naturais, estudo e recuperação de saberes e matérias-primas para a produção da cultura material, bem como de habilidades em artes e ofícios para executá-las. Sem isentar o Estado brasileiro de suas obrigações, mas apontando para suas lacunas e para a possível forma de preenchê-las, este é basicamente o trabalho e o desafio desses novos atores sociais da floresta ocidental amazônica.

O grande desafio que está sendo colocado hoje em dia é o que fazer com os territórios conquistados. Quais atividades econômicas serão desenvolvidas agora nas Terras Indígenas e reservas extrativistas? (...) Se não tiver uma política pública mais ampla onde a terra indígena esteja inserida, dificilmente haverá sustentabilidade.”

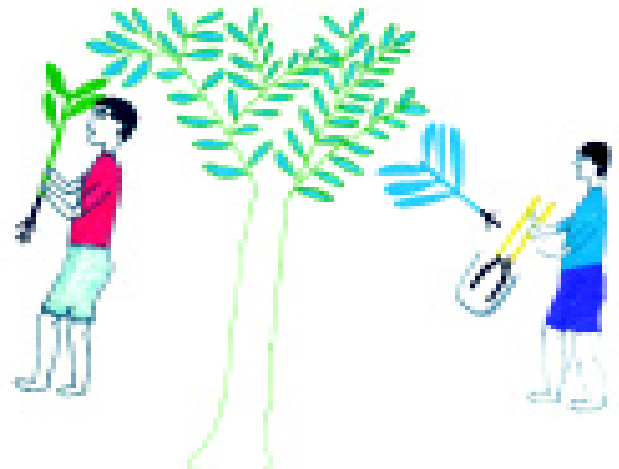
Terri Aquino, in Monte e Olinda (org), 2001, pág 41

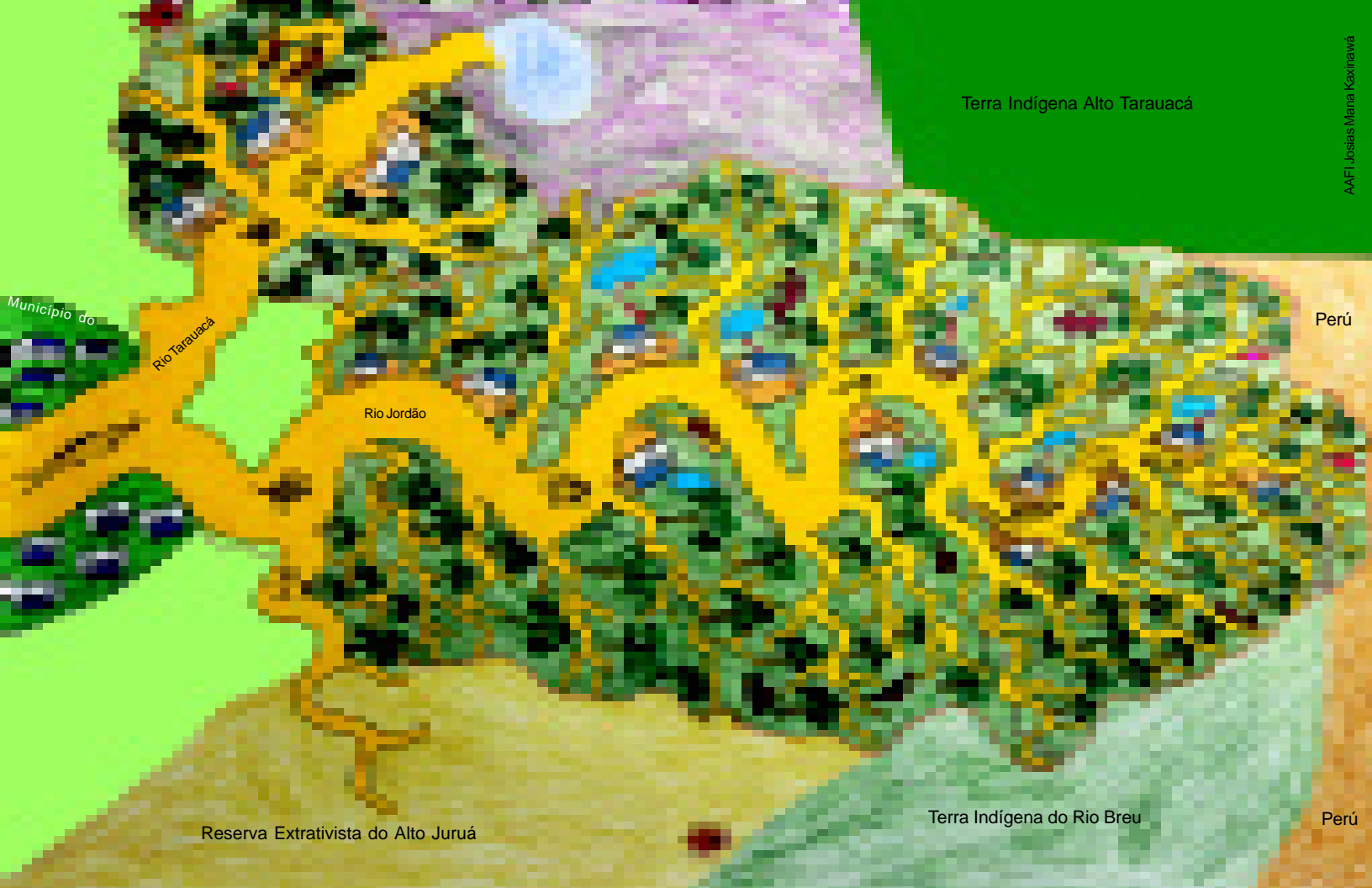
A perspectiva, no plano nacional e regional, é o surgimento de demandas crescentes por recursos humanos e materiais para programas e projetos dessa natureza.

Eu quero plantar as frutas que não têm na nossa terra, quero muito ajuda para arranjar sementes de frutíferas, mudas de frutas, ferramentas e uma política que desenvolva o nosso trabalho.

Mansueto Sales Yasã Kaxinawá, in Gavazzi, 2000

Mais uma vez, uma lacuna histórica do Estado brasileiro para com os povos indígenas pode ser preenchida por uma política pública construída nas práticas locais e nacionais, por esforços conjuntos entre populações indígenas, órgãos de governo e sociedade civil organizada, com a progressiva ampliação dos recursos atualmente disponíveis.





Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão, e Seringal Independência e seu entorno.

Gestão ambiental das terras indígenas

Alguns anos após sua ocupação oficial pelos europeus, esta região imensa da América do Sul passou a se chamar, por força do consenso dos mercadores da época, “Brasil”. O nome relacionava um território ainda desconhecido ao lucrativo produto florestal rapidamente esgotado pelo que hoje chamamos de “demandas dos mercados internacionais de produtos florestais madeiráveis”.

Entretanto, havia muito mais do que matérias-primas no “Brasil”. É difícil descrever a dimensão da diversidade de povos e línguas que aqui existiam e ainda atualmente resistem. Tomando-se a região que se denomina hoje como Estado do Acre, são três famílias lingüísticas (Pano, Aruak e Arawá) e 12 povos diferentes, que conquistaram 29 Terras Indígenas, 92 escolas, 138 professores indígenas com 2.906 alunos, 130 agentes de saúde e, mais recentemente, 85 agentes agroflorestais.

Já faz mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa do que hoje é Brasil. E hoje estamos conseguindo recuperar nosso patrimônio territorial como primeiros habitantes desta floresta. (...)

Tivemos a idéia de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais. Elas vêm procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento de comunidades.

Temos mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo como podemos nos livrar da violência contra nossas comunidades e continuarmos conquistando nossos desejos, principalmente de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Mana Kaxinawá, in Iglesias e Ochoa (org), 1996, pág 55



AAFI Acelino Sales Tui Kaxinawá

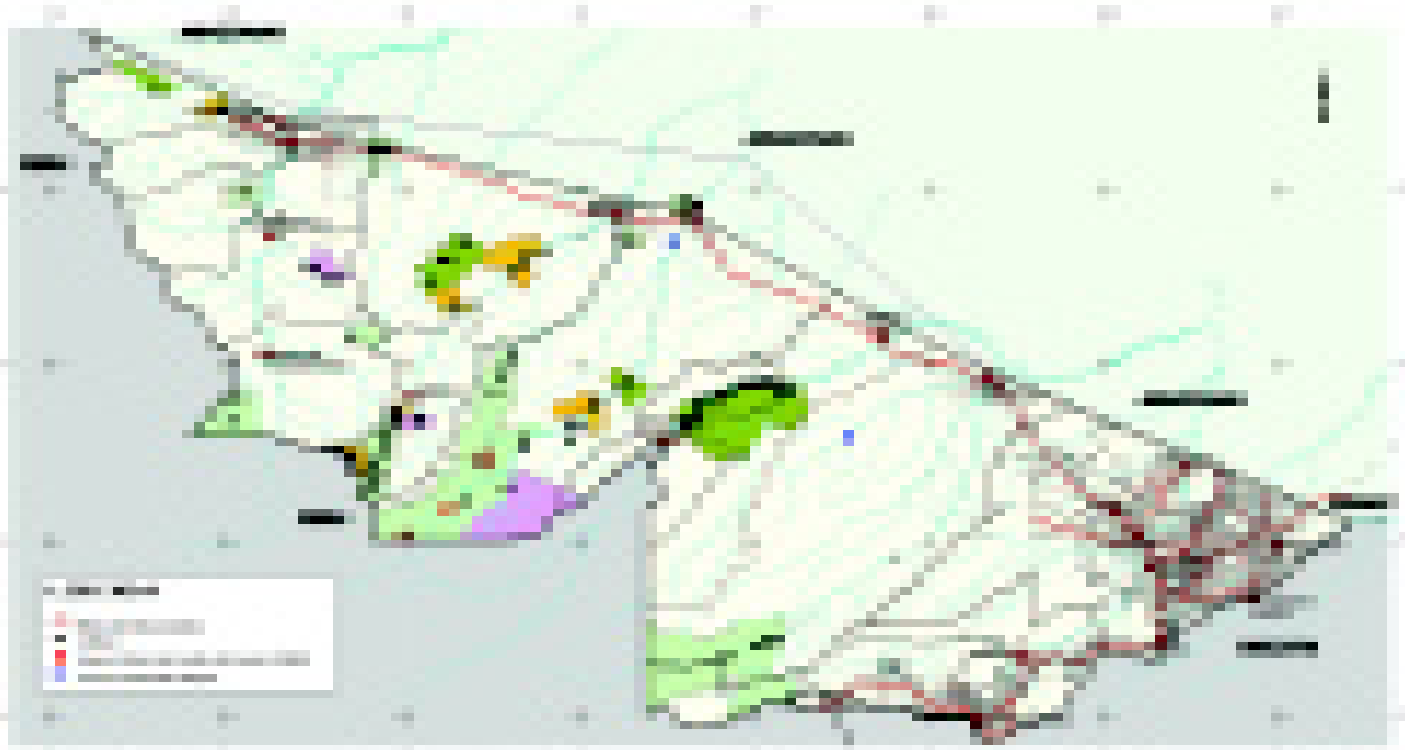
O estado do Acre tem 15.314.990 hectares. As Terras Indígenas representam 14,6% da extensão total do estado. Desse universo, o projeto “Manejo dos Recursos Agroflorestais Indígenas do Estado do Acre”, financiado pelo PDA no período 1996-1999, apoiou diretamente a formação de 15 AAFIs de três povos, em três Terras Indígenas. A iniciativa foi depois renovada e ampliada para o período 2000-2003, para 18 AAFIs em 11 Terras Indígenas. Sua característica de trabalho-semente, aliada à demanda e ao entusiasmo pela função que se verificou entre os povos indígenas da região, tem desencadeado apoio de outras comunidades e organizações indígenas e de instituições públicas e privadas brasileiras e internacionais. Mais quatro povos ingressaram no programa somando oito povos atendidos: Asheninka, Manchineri, Jaminawá, Kaxinawá, Katukina, Shawadawá (Arara), Apurinã e Yawanawá, distribuídos em 15 Terras Indígenas. Estes interagem com a população indígena e não-indígena de oito municípios do Estado do Acre e sudoeste do Amazonas.

Hoje, estão em formação 66 AAFIs, atuando nas aldeias com seus “suplentes” (denominação dada por eles aos seus ajudantes), com apoio do Setor de Meio Ambiente da CPI/AC, além de mais 19 novos agentes que passaram a ser formados pelo Governo do Acre por meio da Secretária de Extensão e Assistência Técnica Rural –Seater, desde o ano de 2001.

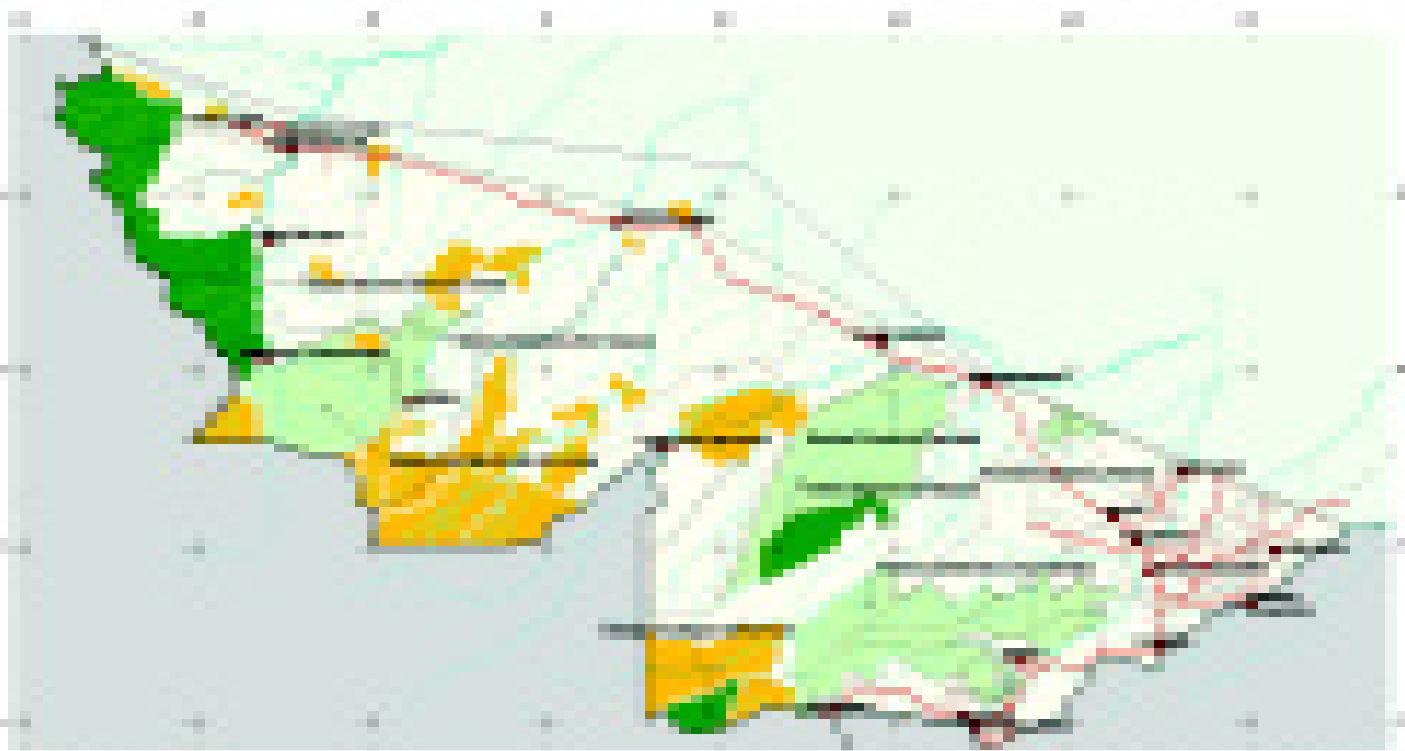
Os dados mostram a ampliação e repercussão conseguida pelos 18 AAFIs que foram apoiados com os recursos do PDA: esses primeiros agentes tiveram a capacidade de mobilização e informação de outros parentes, socializando idéias e ampliando atividades de sua função, a partir dos cursos vividos em Rio Branco, das oficinas itinerantes nas aldeias e das assessorias recebidas.

Nos arquivos do Setor de Meio Ambiente, estão documentados números significativos: 134 indígenas já receberam cursos de agricultura e meio ambiente ao longo dos seis anos de desenvolvimento do projeto, participando dessa formação, além dos AAFIs, outros membros das comunidades interessados.

WINDSPEED MAP
Annual Average



WINDSPEED MAP
Annual Average



Situação das Terras Indígenas no Acre

Município	Terra Indígena	Povo	Pop	Extensão (ha)	Perim (km)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawá	123	78.513	170	Regularizada
Sena Madureira Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawá	459 117	313.647	336	Regularizada
Santa Rosa do Purus - Manoel Urbano	Alto Rio Purus	Kaxinawá Kulina	924 767	263.130	393	Registrada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Asheninka	40 52	82.000	141	Delimitada demarcada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Asheninka Isolados	230	232.795	395	Regularizada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	178 358	23.474	76	Regularizada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	255	127.383	246	Regularizada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	150	27.533	99	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina	235	84.364	233	Regularizada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	81			Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	96	45.590	142	Homologada
	Xinane	Isolados		175.000	270	A identificar
Tarauacá	Campinas/Katukina	Katukina	370	32.624	102	Regularizada
	Igarapé do Caucho	Kaxinawá	310	12.318	50	Regularizada
	Kampa do Igarapé Primavera	Asheninka	21	21.987	79	Homologada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	95	105	5	Regularizada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	246	60.698	173	Homologada
	Rio Gregório	YawanawáKatukina	618 210	92.859	175	Registrada
Jordão	Alto Tarauacá	Isolados		142.600	252	Delimitada
	Kaxinawá do Baixo rio Jordão	Kaxinawá	203	8.726	68	Homologada
	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	920	87.293	216	Regularizada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	138	14.750	63	A identificar autodemarcada
Marechal Taumaturgo	Jaminawá/Arara do Rio Bagé	Jaminawá-Arara	165	28.926	98	Regularizada
	Kampa do Rio Amônia	Asheninka	450	87.205	159	Regularizada
	Kaxinawá/Asheninka do Rio Breu	Kaxinawá Asheninka	365 60	31.277	158	Homologada
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara	200	86.700	123	Em identificação
Rodrigues Alves	Jaminawá do Igarapé Preto	Jaminawá	160	25.652	100	Regularizada
Mâncio Lima	Nukini	Nukini	425	27.264	125	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	403	24.499	105	Homologada
Total	29	12	9.424	2.238.912		



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Ixã Kaxinawá

Escrita e línguas indígenas

Muitos de nós que não sabíamos cantar, não sabíamos ler uma história, poderemos fazer, agora através da escrita. E eu sinto que, com esse trabalho, fica mais difícil a língua morrer. Se só a oralidade não foi suficiente, a educação em nossas comunidades chegou para fortalecer isso. A competição de aprendermos duas coisas ao mesmo tempo, não é problema; se você quer aprender a língua portuguesa, aprenda, contanto que você também aprenda na sua cultura.

Joaquim Mana Kaxinawá, in Monte, (org), 2001

Grande parte dos AAFIs foi alfabetizada por professores indígenas, sendo bilíngües nas suas capacidades orais e escritas. Eles participam da escola indígena como colaboradores dos professores e alguns dão aulas sobre o manejo dos recursos naturais em língua indígena e em português.

O dia amanheceu chovendo, passou o dia chovendo. Nesse dia, eu não trabalhei, porque estava chovendo. Fui pesquisar junto ao professor dando aula. Quando cheguei na escola, estava dando aula em língua indígena e me pediu para ler e também cantar música indígena do cipó (ayawasca). Eu cantei duas músicas para chamar força. Também me perguntou quantos tipos de cipó tinha. Ensinei e escreví. Esse dia passou chovendo.

Francisco Macário, 2000

O processo e os resultados de suas atividades vêm sendo anotados em diários de trabalho, freqüentemente de forma bilíngüe, assim como escrevem e desenham materiais para as escolas indígenas e não-indígenas. Estas obras já representam, junto a outras produzidas por professores e alunos de escolas indígenas, um importante acervo dos saberes culturais e ecológicos de membros de povos indígenas nos últimos anos. Uma centena de publicações de autoria indígena foi saindo do forno editorial da CPI/AC desde 1983.

TAXANA HIJETAÑILLA PEASE



Cartaz informativo referente aos cuidados com o lixo em língua kaxinawá

A orientação do trabalho pedagógico dos cursos de formação dos AAFIs parte da "autoria", marca registrada dos processos educativos desenvolvidos pela CPI/AC há 20 anos. Através deste princípio, traduzido numa metodologia, os agentes são chamados a pensar, produzir e aplicar os conteúdos do programa curricular relativo à questão socioambiental, de forma a pôr em relação de sentido seus próprios conhecimentos, com os saberes das demais culturas, indígenas e não-indígenas.

Monte, Nietta (org), 2000, pág 6.



II Oficina Itinerante na Terra Indígena Mamoadate - 2001

SHEPHERD MEETING IN THE MOUNTAINS



THE END OF THE WORLD IS AT THE DOOR



II Oficina Itinerante Terra Indígena Mamoadate Aldeia Jatobá - 2001

Materiais elaborados e editados pelos AAFIs, com apoio do projeto

Plantas, animais, legumes e os índios – Ecologia da Floresta – ano 1996.

Chegou o Tempo de Plantar as Frutas – ano 1997 – reeditado pelo Imac – 2000.

Caderno de Pesquisa – ano 1999 – reeditado pelo Imac – 2000.

Vamos Criar Peixes – ano 1999.

Cartaz de manejo de palha em lingual Kaxinawá, Hãtxa Kui – ano 1999.

Cartaz de manejo de palha em língua Kaxinawá, Hãtxa Kui – ano 2000.

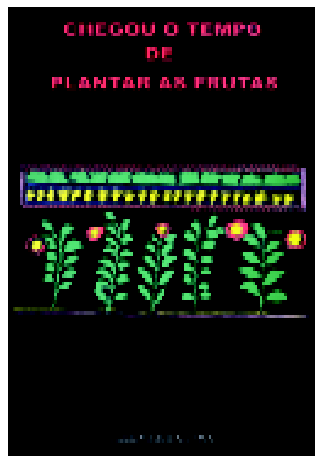
Cartaz de manejo de implantação e manejo de SAFs em língua Hãtxa Kui – ano 2001.

Cartaz de Manejo de Frutíferas em Língua Manchineri, 2001.

Cartaz de Cultura Material em língua Kaxinawá, Hãtxa Kui, 2000.

Calendário Floresta e Manejo - ano 2002, com apoio da Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa de Apoio ao Agroextrativismo do MMA.

Tais materiais constituem uma atividade educacional que vem reforçando as relações entre o trabalho dos AAFIs e a escola indígena, numa perspectiva de fortalecimento da língua e de saberes ecológicos e culturais, com referência direta no cotidiano e no meio ambiente.



A aula de hoje foi ciência, o assunto, meio ambiente e ecologia. Num primeiro momento pedi que escrevessem um texto sobre o que entendessem da palavra meio ambiente. Em seguida passamos a trabalhar na cartilha Caderno de Pesquisa feita pelos agentes agroflorestais. Trabalhamos no levantamento dos legumes, onde cada um dos alunos ficou de fazer novos levantamentos do que é ainda plantado em sua comunidade.

Joaquim Mana Kaxinawá, 2001

Novas palavras, ferramentas e saberes

O processo de aquisição e desenvolvimento da língua indígena e portuguesa escrita, e de outras linguagens — o desenho figurativo sobre o papel, mapas, esculturas, vídeos — é um exercício criativo para os autores-estudantes pesquisarem temas de seu interesse. Estes estudos são referenciados no cotidiano e nos saberes tradicionais e atuais, além de apresentarem o desafio da criação de palavras e conceitos para os novos saberes, fortalecendo sua língua materna.

Hoje a gente trabalhou com os alunos sobre sistema agroflorestal. Cada aluno falou do trabalho realizado com o agente agroflorestal: fizeram coroamento, cobertura morta, fizeram as covas e plantaram diretamente. Então, depois da aula prática, nós discutimos sobre as palavras que na língua Manchineri não tem. Para nós é diferente dizer sistema agroflorestal e precisamos discutir para pôr uma palavra com este significado. Depois, estávamos falando das vantagens de ter um sistema agroflorestal. Essa palavra “vantagens” também na língua Manchineri não tem, e foi discutida também para os alunos conseguiram entender seu significado.

Jaime Llullu Manchineri in Salsamendi, 2001

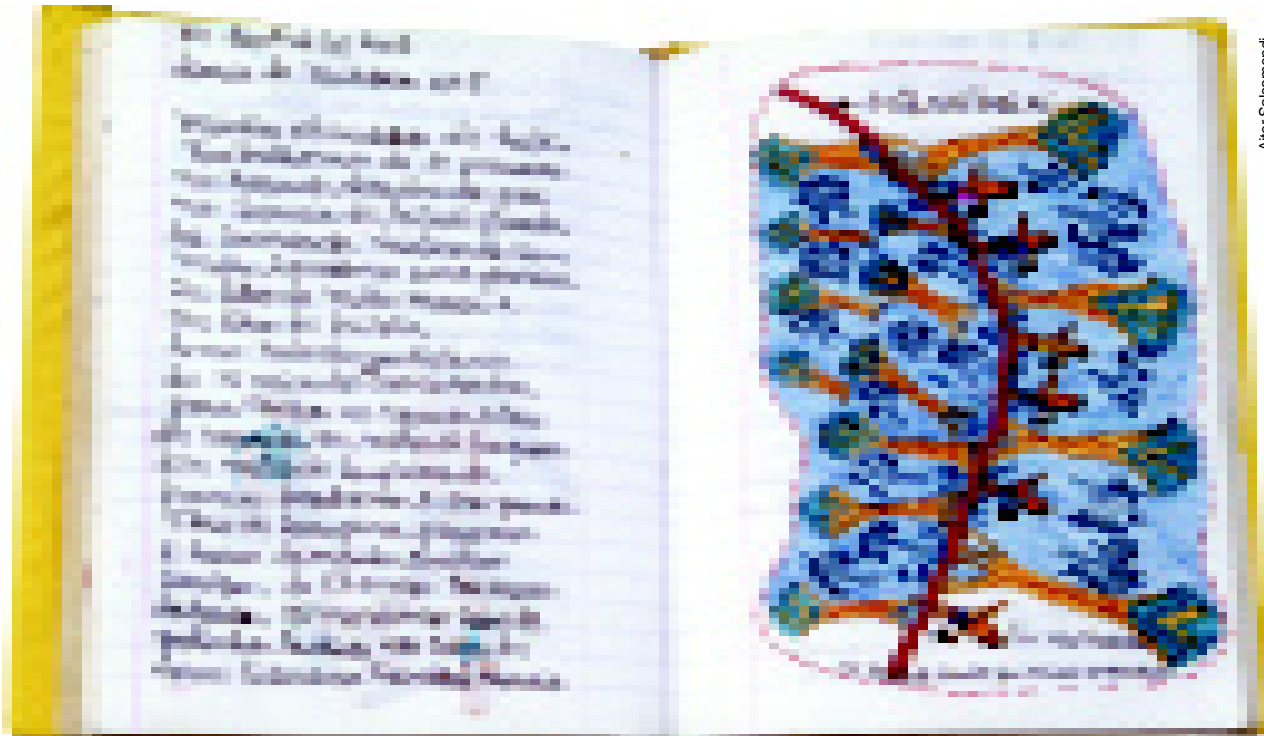
A produção cotidiana dos “diários de trabalho” é a continuidade do esforço dos professores indígenas do Acre, que, desde 1990, incentivados pelo projeto de formação, escrevem e valorizam esse tipo de documento, reconhecendo-lhe um valor pedagógico e linguístico-cultural. São uma importante ferramenta de registro, planejamento e avaliação do trabalho dos professores e dos AAFIs para eles mesmos e para seus assessores. Nesses textos, expressam e documentam vivências relativas à vida social, assim como suas crenças e reflexões

a respeito do que fazem. Tais textos são produzidos como parte da sua aquisição da escrita da segunda língua, o português, sendo destinados à leitura de outros AAFIs e de assessores, do que decorre sua importante função comunicativa em contextos de cursos de formação.

A importância do diário é deixar escrito o trabalho de cada dia que a gente faz, por exemplo, no roçado, derrubando e plantando. Quantos roçados têm na aldeia, o que foi plantado, que dia foi queimado, quantas espécies foram plantadas. O que você cria, se é pato, galinha, boi, ou porco. Que trabalho você fez mais durante o ano, se fez coleta de semente e em que data, quantas vezes você foi caçar, quantas viagens você fez, se você caça muito de flecha ou de espingarda e o que você mata. Que data é melhor para caçar, que data é melhor para mariscar, que época gostamos de viajar no rio, quantas pessoas têm na aldeia, quantas aldeias têm na comunidade, quantos professores têm, quantos pajés têm, que época o pajé não pode curar, quantas reuniões foram feitas na aldeia, a época de ovos de tracajá...

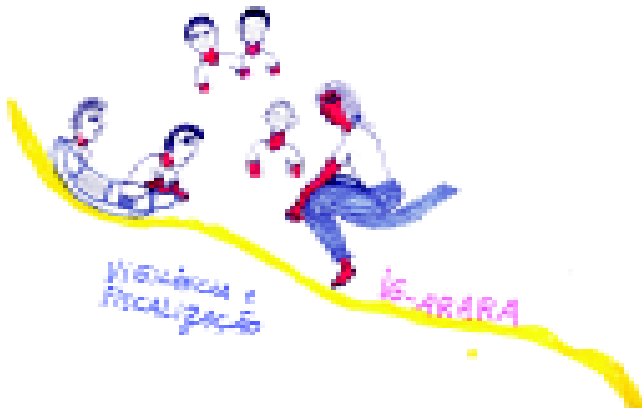
Isso é o diário que nós fazemos para ficar no arquivo como um documento sobre o trabalho feito no dia-a-dia da aldeia. É importante para nós não esquecermos de ver o que foi feito, o que nós iniciamos, o que foi mudado durante o trabalho.

Benki Asheninka, in Freschi, 2001



Aitor Salsamendi

Diário de trabalho do AAFI Raimundo Ixã Kaxinawá



Vigilância e diálogo

No trabalho de manejo de recursos naturais em Terras Indígenas, uma das tarefas mais complexas é a vigilância e a defesa territorial. Embora esta seja uma tarefa constitucionalmente delegada à Fundação Nacional do Índio – Funai, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama, e no plano estadual, ao Instituto de Meio Ambiente do Acre – Imac, ela é hoje bastante difícil de se concretizar por meio da ação desses órgãos. Algumas Terras Indígenas contam com grandes perímetros e é fácil imaginar o grau de dificuldade para, nas condições atuais, evitar invasões que visam o roubo de recursos, como madeiras nobres, caça e pesca entre outros. Mesmo o relativo isolamento não é uma garantia de proteção, já que nas áreas próximas à fronteira com o Peru, ocorrem as invasões para roubo de mogno (*Swietenia macrophylla*), fato já denunciado pelo povo Asheninka.

Já em outras áreas, como as Terras Indígenas próximas aos aglomerados urbanos, o problema é a invasão facilitada pela estrada. A maior de todas as preocupações é a conclusão e o asfaltamento da BR-364, que atravessa o estado do Acre e os 32.624 hectares da Terra Indígena Katukina do Campinas, além de outras terras que receberão impactos diretos ou indiretos com a conclusão das estradas.

A gente discutiu a influência da estrada na TI Mamoadate, as vantagens e as desvantagens. Colocamos no quadro e discutimos entre todos os participantes as vantagens da estrada, primeiramente. Segundo eles, a vantagem é levar nossos produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões. E também à saúde, quando

falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles também vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando aqui, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar nos perturbando sobre nossa Terra Indígena, ou querendo vir conhecer, procurando algum conhecimento. Também aqueles que têm alguma verba de salário ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber e quando a estrada estiver aberta vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença; as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. No último colocamos a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e querer ficar ali mesmo. Quando a estrada estiver aberta, de repente alguns podem querer ir para cidade e a comunidade vai ficar sem pessoas. Vai facilitar procurar um trabalho e abandonar a Terra Indígena.

Jaime Llullu Manchineri, in Salsamendi, 2001

Qual será o papel dos agentes frente a esses desafios?

No plano local, enfrentam, junto a seus parentes, os conflitos com os que caçam, pescam e extraem madeira. Nestes casos, usando mecanismos de registro e articulação política, os AAFIs têm feito públicas as suas denúncias. Buscam aliados em novos espaços, na mídia e junto a instituições diversas de porte federal, estadual e municipal, junto a atores políticos civis, diante de fatos e forças que eles sozinhos não podem enfrentar.

Por outro lado, os AAFIs devem poder resolver, por meio de negociação e diálogo, problemas não só externos como internos em relação à caça, à pesca, ao uso dos recursos naturais, quando fora dos princípios da sustentabilidade. O seu trabalho na vigilância territorial é um exercício constante de ação política e educacional, envolvendo tanto a sua própria formação e informação sobre as leis ambientais do país, como a orientação e informação de outros.

A profissão do agente agroflorestral não é só plantar frutíferas, palmeiras e outras árvores na aldeia, mas é também orientar a comunidade no cuidado do meio ambiente, na conservação e manejo dos nossos recursos naturais. Somos educadores ambientais indígenas. Estamos trabalhando junto de nossas lideranças, professores, agentes de saúde, presidentes de associações e com o pessoal da nossa comunidade no manejo dos recursos naturais, elaborando e discutindo o plano de uso dos recursos naturais das nossas florestas. Fazemos reuniões, discutimos com a comunidade, ensinamos e orientamos nossos parentes na gestão ambiental.

Para trabalharmos na gestão, estamos nos conscientizando dos problemas ambientais. Estamos preocupados com a destruição de todo o planeta.

Agentes Agroflorestrais Indígenas, in Monte e Olinda (org), 2001 pág 67

Como ação política-educacional propositiva, os AAFIs vêm contribuindo para a prática de fiscalização e vigilância dentro e também no entorno de suas Terras. No ano de 2001, durante o VII Curso de Formação, a equipe do projeto se articulou com o Ibama, que ofereceu um módulo para preparação de Fiscais Colaboradores no Centro de Formação dos Povos da Floresta. A partir deste curso e com sua continuidade, os AAFIs se tornam de fato e de direito aptos a exercer suas tarefas de fiscalização.

Entretanto, é importante reforçar que a vigilância é uma atividade para a qual se faz necessário um melhor aparelhamento, com rádios, barcos e combustível, que facilitem o contato dos agentes com Ibama, Funai, Polícia Federal ou Imac. Por outro lado, existe uma função que cabe ao Estado brasileiro e que deve ser cumprida.



AAFI José Bane Kaxinawá

Terras Indígenas Kaxinawá Seringal Independência, Baixo Rio Jordão, Rio Jordão e seu entorno.

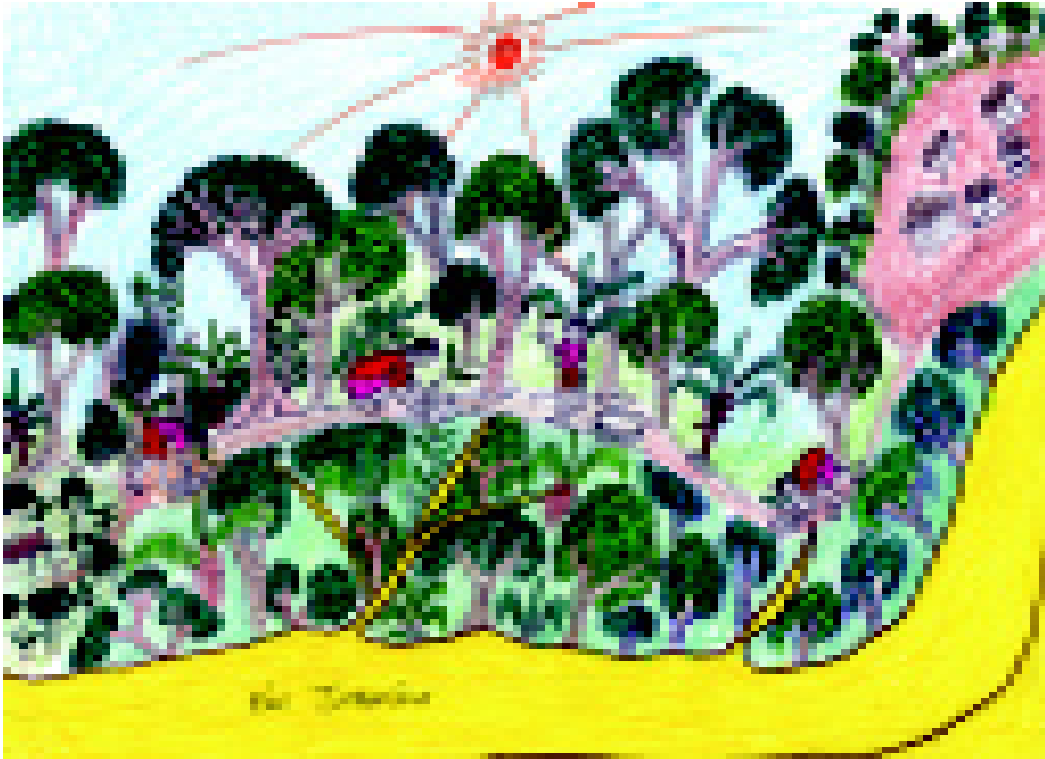


Através deste documento solicitamos a fiscalização do Ibama para conter as invasões que há muito tempo vêm ocorrendo em nosso território por parte dos moradores da margem do rio Muru.

Quando realizamos as caçadas em nossa terra, encontramos piques, acampamentos e outros vestígios deixados por caçadores de fora da TI, que além de estarem usando os nossos recursos naturais, estão comercializando carne de caça no município de Tarauacá. Os jabutis são vendidos durante a noite nos portos de Tarauacá. Uma das formas encontradas pelos caçadores para despistar a fiscalização dos órgãos competentes é através do uso dos telefones que foram instalados às margens dos rios, certificando-se que não há fiscalização. São utilizados cachorros paulistas para as caçadas. Na certeza de contarmos com o Ibama para nos ajudar a cuidar de nosso território, agradecemos antecipadamente. Estamos prontos a colaborar no que for necessário e falamos em nome da nossa associação. ASPIRH – Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá da Terra Indígena do Rio Humaitá.



ASPIRH e Agroflorestais, in Dias, 2001



Marcos vivos e autodemarcação

Hoje foi dada continuidade ao plantio das mudas de castanha. Foram plantadas na estrada de seringa que vai até a colocalção Rosa Branca 114 mudas, numa extensão de quatro quilômetros. Eu filmei desde o início a atividade de trabalho. Na parte da tarde, fiz entrevista com alguns agentes agroflorestais sobre a atividade que estavam realizando com o marco verde.

Adalberto Maru Kaxinawá, 2001

Durante o mês de novembro de 2001, os Kaxinawá das Terras Indígenas do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão, Seringal Independência e Rio Breu iniciaram uma ação política e agroflorestal até então inédita na história da Amazônia Ocidental brasileira: 24 agentes agroflorestais Kaxinawá, acompanhados pelos assessores do projeto, abriram picadas demarcatórias estreitas ao longo do perímetro de suas terras, buscando o mínimo de impacto pela derrubada de árvores. O trabalho ocorreu durante a IV Oficina Itinerante, com recursos do Imac e da Associação Kaxinawá do Rio Jordão – ASKARJ, com apoio técnico da equipe da CPI/AC, por meio do PDA, e de uma emenda parlamentar – Projeto Gestão Ambiental em Terras Indígenas do Acre.

Nessas picadas e em clareiras já existentes, próximas ao limite demarcado, plantou-se castanha (*Bertholettia excelsa*) e açai-touceira (*Euterpe oleraceae*), usando-se marcas de identificação especiais: padrões geométricos pintados nas árvores de ciclo longo situadas no perímetro da Terra Indígena.

A estrada tem aproximadamente cinco quilômetros de extensão. Participaram 29 pessoas no trabalho e nesse dia foram pintadas 17 árvores com o

símbolo kaxinawá (kene) de três tipos: Mae Musha - “espinho de esperai”, Txeheberu- “olho de curica” e Kape hina - “rabo de jacaré”

Adalberto Maru Kaxinawá, 2001

Esta é uma prática que, uma vez consolidada e difundida para outras Terras Indígenas, terá um caráter de enriquecimento florestal de grandes dimensões.

As aberturas das picadas, sem a derrubada das árvores, foi uma ação inovadora: nas picadas abertas nas ações oficiais de demarcação de Terras Indígenas no Brasil, são derrubadas todas as árvores, numa extensão de seis metros de largura.

Os AAFIs fizeram a picada como uma longa estrada de seringa, um túnel aberto dentro da floresta bruta e os marcos vivos foram plantados na clareira, dando um total de 197 mudas de castanha da Amazônia e de açai touceira, numa extensão de aproximadamente nove quilômetros. Também na atividade de enriquecimento de floresta, no plantio de castanhas nas clareiras, os AAFIs plantaram 146 mudas nos varadouros, estrada de seringa e estradas de caça, o que totalizou 343 mudas em 15 quilômetros de plantio nas picadas e estradas.

Gavazzi, Renato Antonio, 2001

Para se ter idéia, o simples enriquecimento com espécies florestais de interesse no perímetro demarcado de cada área indígena existente hoje no Acre, realizada em uma faixa de seis metros, equivaleria a 2.732 hectares de reflorestamento. As sementes deste projeto estão lançadas, como as mudas de castanha e de açaí touceira plantadas.

No sexto dia do curso ocorreram práticas de manejo em três distintas áreas do Sítio Cristo Redentor:

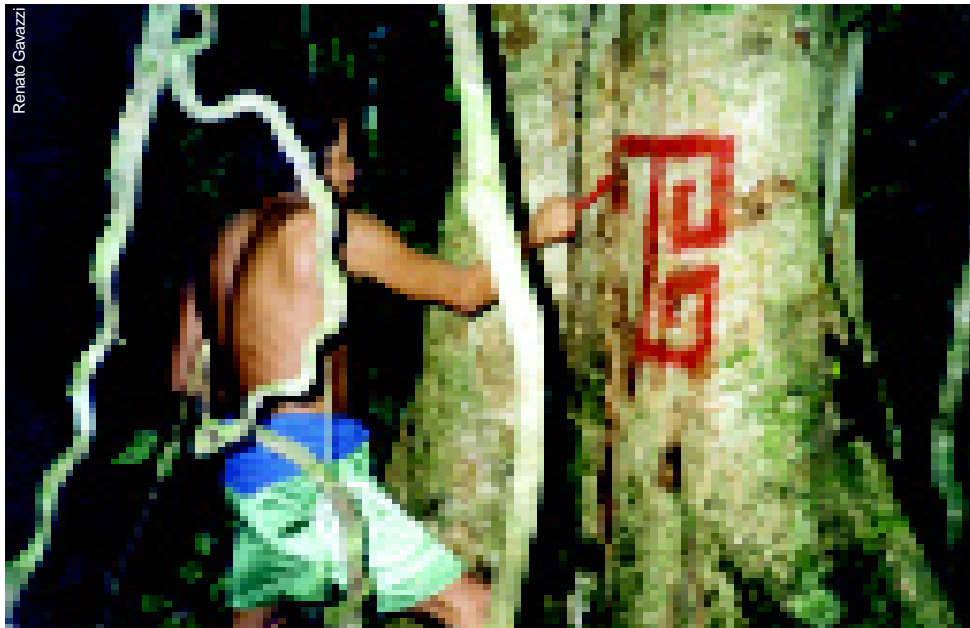
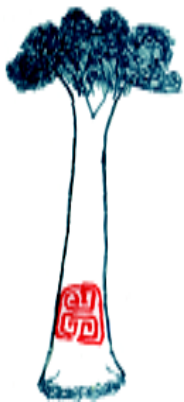
Zona 1: Área do Morro, onde existe um SAF iniciado no ano de 1998, com algumas espécies em início de produção. Nesta área

ocorreu o plantio de quatro mudas de castanha, 17 de bacaba, plantio direto de 185 sementes de bacaba (no SAF e na trilha), e podas de formação em 61 árvores;

Zona 2: Roçado Novo do AAFI Josimar, que está sendo implantado próximo da sua casa e deverá ser o novo local de residência do agente. No local foi realizado o plantio de oito mudas de castanha, seis de açaí-touceira, com estaqueamento e

cobertura morta em todos os plantios.

Zona 3: Bananal Antigo, com cerca de três anos de implantação e localizado do outro lado do rio Tarauacá. Este grupo executou o plantio de 57 mudas de açaí-touceira, oriundas de uma sementeira do Josimar. Todas



AAFI utilizando marcas de identificação especiais "Kene" nas árvores de ciclo longo situadas na picada da autodemarcação da TI Kaxinawá Seringal Independência

as mudas foram estaqueadas e as estacas pintadas de vermelho para facilitar a identificação. O uso da tinta vermelha pretendeu destacar as plantas do modelo demonstrativo aproveitando galões de tintas remanescente da autodemarcação.

Os grupos empregaram cavadeiras e terçados para o plantio, realizando as práticas de coroamento, cobertura morta com folhas e troncos em decomposição. O rendimento da atividade também foi associado à presença de clareiras, locais escolhidos para o plantio. Em alguns casos, os AAFIs anelaram algumas árvores de pequeno porte para proporcionar maior luminosidade para as mudas.

Alcântara, Roberto, 2001

Josias Mana Kaxinawa

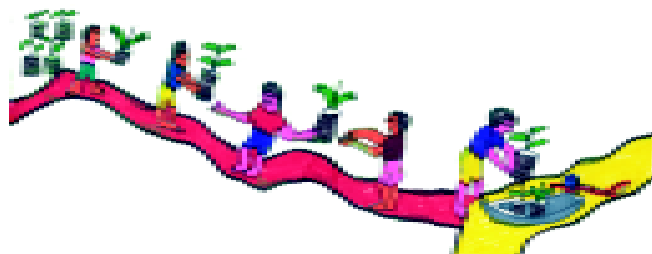


Por outro lado, conciliar o trabalho da IV Oficina Itinerante com uma ação de autodemarcação territorial foi um processo de grande significado político para a formação dos AAFIs e seu desenvolvimento profissional, exemplificando na prática a função social de seu trabalho para o atual momento histórico dos povos indígenas.

*O curso ocorreu num momento importante para o movimento dos AAFIs kaxinawá do município do Jordão, que ganharam maior credibilidade junto aos seus parentes e à comunidade regional, com sua forte presença em todo o processo da autodemarcação. Eles se organizaram para receber as três mil mudas de castanhas (*Bertholettia excelsa*) e 50 quilos de sementes de pupunha (*Bactris gasipaes*) vindas de avião de Rio Branco, transportaram do município ao sítio do AAFI Josimar, fizeram a repicagem das mudas, construíram os viveiros, cuidaram das mudas até a época do plantio definitivo nas picadas. O movimento dos AAFIs, uma moçada sempre com muita animação, foi também responsável pela*

organização de grande parte do evento da autodemarcação entre os meses de junho/novembro. Eles participaram ativamente nas brincadeiras de mariri, nas reuniões, nas aberturas das picadas, no plantio dos marcos vivos, na fixação das placas de identificação, na distribuição das mudas de castanhas para as comunidades das quatro Terras Indígenas e documentaram em seus diários de trabalho.

Gavazzi, Renato Antonio, 2001



Roberto Alcântara

AAFI's levando mudas de açai touceira e castanha da amazônia para plantar como marco verde na picada da autodemarcação

Manejos

Nós não matamos tamanduá-bandeira porque ele é dono de caça. Se você mata, caça vai embora.

Nós usamos remédio para caça ficar mansa...

Também nós não matamos jibóia porque ela atrai caça.

Também quando jibóia está nesse lugar, a caça não sai desse lugar.

E também quando pessoa é muito panema, precisa usar kãpu (veneno do sapo) para tirar panema dele.

Quando essa pessoa pega queimadura do kãpu, caça fica bem macia.

E também a gente usa remédio da mata. Esse remédio só usa no olho, para tirar panema.

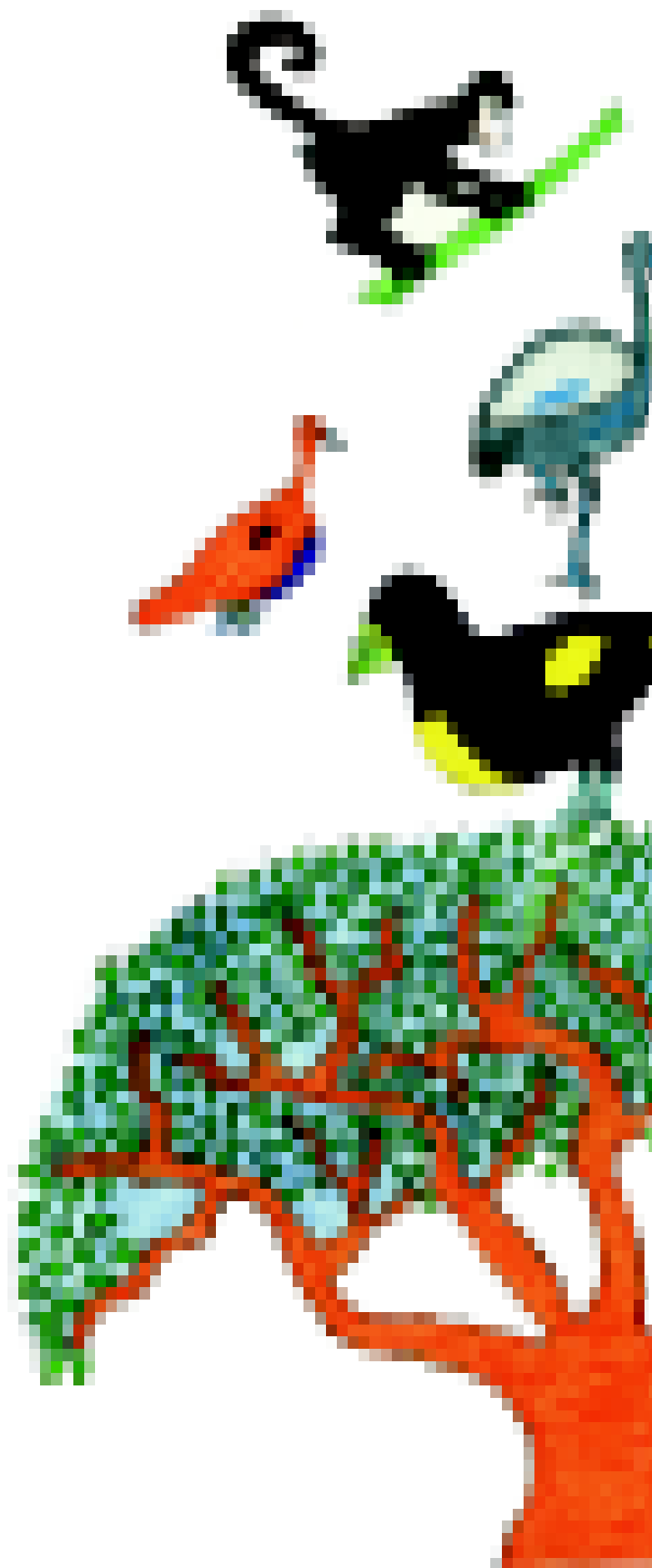
Pedro Tene Kaxinawá, in Idiazabal, 1998

Lei ambiental e saber ecológico

Grande parte dos povos tem sua história da domesticação de plantas e do aprendizado de seu uso, bem como do papel que entidades, encantados, seres reais e imaginários desempenham no processo. Nesta cosmogonia, extinguir uma espécie ou perder sementes é uma perda na diversidade biológica e cultural de irreparáveis consequências.

A floresta, com seus vários ambientes, rios, igarapés, lagoas é um só organismo. Ela produz e reproduz uma infinidade de espécies, muitas delas utilizadas pelos povos indígenas. Esse uso se dá dentro de códigos que foram sendo erodidos junto com a perda de territórios, a pressão das formas de ocupação e as mudanças ocorridas a partir das relações entre as sociedades indígenas e a sociedade ocidental.

Existe, por exemplo, um grande apelo à derrubada da floresta para a criação de gado, uma das maneiras de se obter a proteína animal necessária aos agrupamentos urbanos regionais. Mas, esta é uma atividade infinitamente menos sustentável do que a produtividade da fauna do próprio ecossistema, assim como exclui deste a própria floresta, de modo definitivo.





Eu vinha pesquisando dentro da toyota na estrada todos os desmatamentos. Só tinha cupim, porco e gado. Tudo destruído, a floresta acabada com os recursos naturais. Os solos estavam todos degradados. Também, vinha vendo que tinha muita máquina que estava fazendo a estrada, fazendo erosão no solo, estava acabando com os recursos naturais todos destruídos nas estradas. Tinha muita poeira.

Macário, Francisco Kaxinawá, 2001

O papel dos AAFIs é ajudar a refletir sobre os códigos ordenadores de sua relação com o meio ambiente no passado e no presente, para dar-lhes novo sentido diante dos desafios atuais e futuros. A tarefa não é fácil, tendo em vista a pressão do mercado regional por peixe e carne de caça, madeira etc.

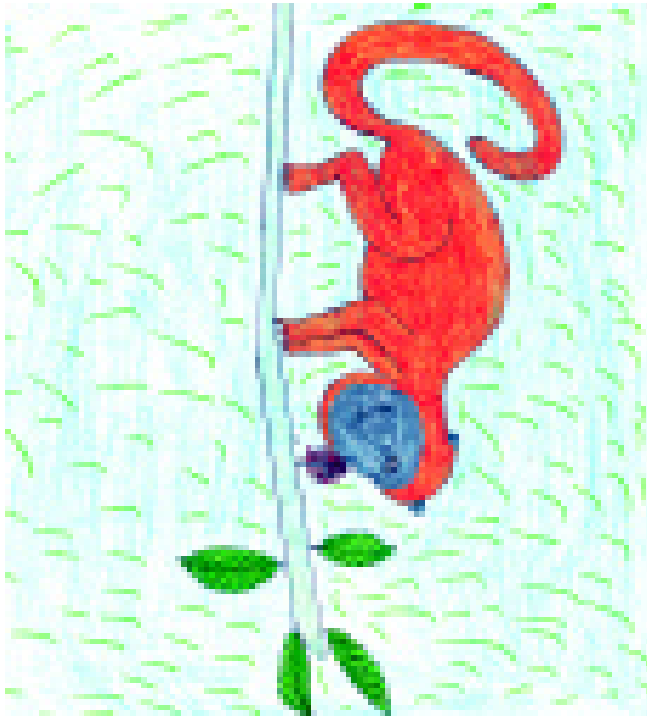
Fauna

Outro problema delicado são algumas práticas indígenas atuais de caça e pesca incompatíveis com as taxas atuais de reposição da fauna em suas terras demarcadas, cercadas por alguns entornos já bastante impactados. Dois exemplos rotineiros são o uso do tingui (arbusto venenoso) em certos contextos como lagoas, eliminando espécies e faixas de idade naquele corpo d'água, e a caça com cachorro.

Reunião com todas as pessoas para discutir os assuntos mais importantes da aldeia. Um dos assuntos foi do AAFI. Caçada com cachorro na aldeia. Se nós continuarmos a caçar com cachorro na aldeia, as caças vão para bem longe. Se não caçarmos sem cachorro, as caças vêm para perto. Isso também é manejo dos recursos naturais da floresta.

Erivaldo Biná Kaxinawá, in Miranda, 2001

Como as práticas de caça e pesca são parte dos modos de vida e muitas vezes conectadas às festas tradicionais, a discussão da sua sustentabilidade é uma tarefa difícil e diplomática por parte do AAFI, uma vez que ele deve ouvir lideranças e idosos e outros membros das comunidades.



Não chegamos para proibir o que a gente mesmo e a comunidade mais usa. O que a gente vem trabalhando, e é obrigação nossa, é fazer o plano de uso, para pensar e usar nossa TI com sabedoria, sem destruir e sem prejudicar a natureza. Porque muitas coisas que usamos da natureza estão correndo o risco de ser extintas.

O professor Aldenor me fez uma pergunta: — Como é que nós podemos fazer com a pessoa da comunidade que causar dano ambiental, sabendo que está causando o dano?

Respondi que é por isso que nós estamos trabalhando na conscientização das pessoas, mas se a pessoa não quiser trabalhar com a gente, não quiser união, a gente dá o exemplo.

Por exemplo, se a gente tiver lago na aldeia, todos pescarão na regra de pescar nesse lago. Se só uma pessoa não quiser pescar na regra, pescar com materiais proibidos, não cumprir a lei, a gente dá outro lago para ele, e a gente fica manejando o outro. Com o tempo a gente faz a comparação com que a gente está manejando.

Não adianta aquela pessoa sair da TI, mudar de aldeia, só porque a gente está trabalhando no manejo dos recursos naturais. Vai ser pior, porque todas as TI do Acre estão com esse mesmo tipo de trabalho.

José de Lima Yube Kaxinawá, in Miranda, 2002.

A resposta dos agentes a essa questão tem sido a execução de diagnósticos e levantamentos das espécies existentes em suas terras, bem como dos conhecimentos de uso de cada espécie e de suas inter-relações com os seres encantados, a culinária, a fauna, a flora, estações e ciclos climáticos. Estes levantamentos estão sendo registrados nos diários de trabalho e em publicações didáticas, como nos livros *Ecologia da Floresta*, 1996; *Chegou o Tempo de Plantar as Frutas*, 1997; *CADERNOS de Pesquisa*, 1999 e *Vamos Criar Peixes*, 1999.

Por sua vez, o “banco de dados” que está sendo criado por esse trabalho coletivo sistemático e a atitude séria e investigativa dos AAFIs, suportam e encorajam decisões para planos de manejo, como o de tracajá (*Podocnemes unifilis*), abelhas sem ferrão (*Meliponidae*), peixe etc.

A gente fez esse manejo de tracajá foi por uma preocupação que teve com o tracajá, que tava acabando. Tinha praia aqui que não subia nenhum tracajá. Hoje, pelo cálculo que eu fiz (...), tem uma faixa de 200 covas onde os ovos foram colhidos, fora as que o pessoal deixou. Às vezes, acha um ninho de tracajá, tira metade e deixa metade, essa é maneira que a gente vem fazendo.(...). Hoje eu tô vendo aqui que tem tracajazinho novo por tudo quanto é canto, tudo perto, no lago você vê um monte de tracajazinho...(..)

A nossa preocupação é de trazer as colméias para dentro do Sistema Agroflorestal e depois fazer a divisão delas. De 52, fazer 104 colméias. E essas colméias, nós vamos pegar elas daqui e vamos colocar de volta de onde nós tiramos elas. Então, a gente vai deixar elas em cada ponto desse lugar, e elas vão ter o desenvolvimento delas lá onde ela era antiga, que é pra aquele lugar ficar com as mesmas abelhas. Ela veio de lá e vai ser devolvida pro mesmo canto. (...) O maracujá, na época que eu plantei aqui, dava muito pouco fruto. Hoje, carrega demais, que a polinização é direto. Que a abelha uruçú-boi é muito grande, então ela passa a polinização, pega muito pólen”.

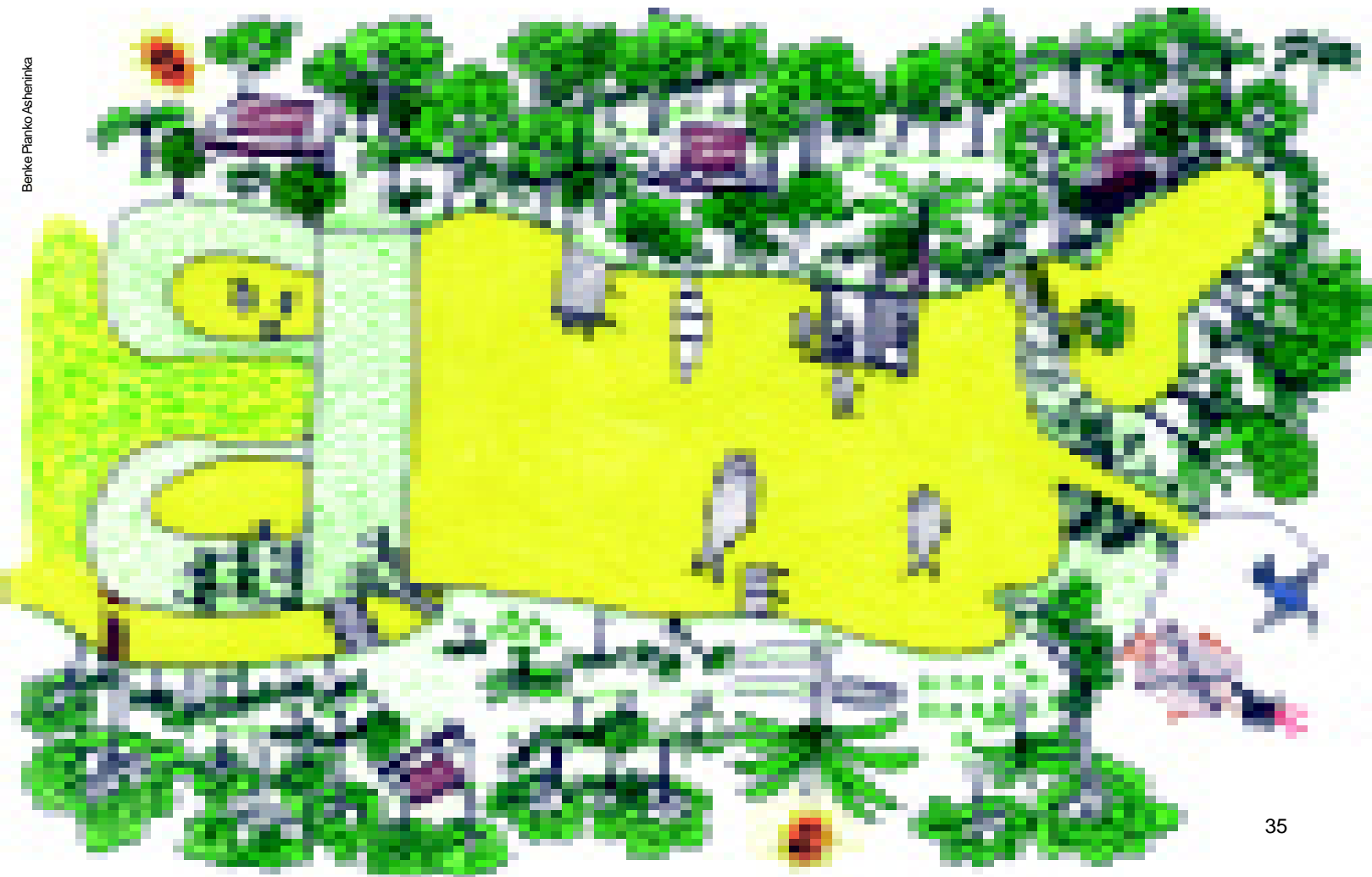
Benki Piyãko Asheninka, in Freschi, 2001

Todos esses planos de manejo estão baseados no conhecimento tradicional daquela sociedade posto em diálogo, por meio da reflexão feita pelo agente agroflorestal, com os saberes apropriados nas suas vivências em contextos regionais, e no seu contato mais sistemático com outros povos indígenas, os assessores e docentes, sobretudo durante as ações de formação realizadas.

Agora que nós estamos formando e pensando mais para frente na Gestão Ambiental. Na minha terra, não tem invasão, mas tem que prevenir, não deixar entrar ninguém na área de proteção ambiental indígena. Só nós mesmos estamos usando madeira de lei, mogno e cedro, para fazer casas, barco de viagem e outros materiais. Mas ainda é muito pouco. Também os nossos recursos naturais são bastante, a caça, o rio, o peixe. Só o jacaré e tracajá, que tem mais pouquinho. Antes, no passado, tinha muito, mas quase acabaram com tudo por não pensarem ainda em manejo dos recursos naturais, como estamos fazendo agora.

Arlindo Maia Kaxinawá e Josias Pereira Mana Kaxinawá in Freschi, 2001

Toda a complexidade do manejo indígena dos ecossistemas locais pode estar se traduzindo, nos próximos anos, em códigos de ética e manejo ambiental, registrados e divulgados a outros membros de povos e comunidades indígenas. O que se espera desse processo são conceitos e códigos que contemplem a diversidade e as especificidades da relação de cada povo com seu meio ambiente.



Flora: a Casa

Vou contar uma história importante de nossa preocupação com o futuro. Onde nós moramos, não temos o costume de fazer o manejo de palha para cobertura de casas. O pessoal derruba as palmeiras para tirar as palhas e cada vez estão ficando mais longe da aldeia. Demora uns 30 minutos, dá muito trabalho e a gente fica enfadado de carregar as palhas. Agora o pessoal de minha aldeia está começando a fazer os manejos da palha.

José Sales Kaxinawá in Gavazzi, Renato (org), 1998

Se o contato com os seringueiros influenciou na arquitetura atual das sociedades indígenas da região, os materiais e a estética da floresta reinam supremos quando o assunto é construir uma habitação. Cada



AAFI/Arifindo Bane Kaxinawá

caibro, linha, barrote, ripa, assoalho e esteio usados numa casa é, geralmente, madeira de qualidade de uma árvore preferida para um uso específico na construção.

Para discutir sobre os recursos naturais que sua comunidade utiliza na construção das casas, os AAFIs, em sua formação, sistematizam os conhecimentos que têm referentes aos recursos em sua língua materna e em português, o que revela usos e preferências distintas e comuns entre os diversos povos presentes.

Levantamentos dos recursos naturais usados na construção das casas em cada contexto são feitos de forma detalhada por cada um dos presentes, visando pensar o plano de uso:

A preferência por uma ou outra espécie pode variar devido às especificidades dos saberes ecológicos de diferentes povos, aos seus valores estéticos e aos recursos vegetais disponíveis nos diversos ecossistemas.

Na construção, o teto é obtido pelo uso de folhas de palmeiras como a jarina (*Phytelephas macrocarpa*), uricuri (*Atallea phalerata*), jaci (*Atallea butyracea*).

A obtenção de palha equivale, no mínimo, a um desfolhamento parcial ou, numa hipótese menos



Aitor Salsamendi

Manejo de palha para cobertura de casa - TI Kaxinawá Seringal Independência

Shovõ have mitxi hewi voro nea tii hiwi no shovo meski

Levantamento e diagnóstico da abundância dos recursos naturais para construção de casa

No	Nome em Katukina	Nome em Português	Parte da Casa	Situação na TI
1	Txiõ	Murapiranga	Esteio	Tem muito
2	Teseka	Pau capoeira	Linha comprimento	Tem pouco
3	Kano	Pau capoeira	Caibo	Tem muito
4	Veka hiwi	Angelim	Linha p/assoalho	Muita madeira
5	Veka mesteti	Angelim	Barrote p/segurar a linha	Muita madeira
6	Kene hiwi	Pau capoeira	Linha p/parede	Muito pau
7	Shovo reto	Pau capoeira	Capote	Muito pau
8	Tekochkiti	Mulateiro	Escada	Muita madeira
9	Hiwi veka	Cedro	Assoalho	Muita madeira
10	Hiwi kene	Cedro	Parede	Muita madeira
12	Kepoti	Mulateiro	Janela	Muita madeira
13	Maipai saãta	Paxiuba	Fogão	Tem pouco
14	Shevõ pei	Palha de jaci	Cobertura	Tem pouco, estamos manejando
15	Hepe pei	Jarina	Cobertura	Tem pouco

Marcelino Rosa Metsa Katukina, TI Rio Kampinas in Freschi, 2000

Outros levantamentos feitos em contextos multiétnicos dos cursos de formação propiciam quadros comparativos

Espécies utilizadas (pelo nome regional) na construção de casas

Kaxinawá TI Alto Purus	Jaminawá/TI Mamoadate	Manchineri/TI Mamoadate
Bacaba		
	Balsa	
	Cana brava	
	Capa de bode	
Capoeira	Capoeira	Capoeira
Cedro		
Cerejeira		
Envira		
		Envira de ferro
	Envireira preta	
Freijó	Freijó	Freijó
	Itaúba	Itaúba
Jaci		
Jarina	Jarina	Jarina
		Louro chumbo
Massaranduba	Massaranduba	Massaranduba
	Mulateiro	
	Mutamba	
Pau d'arco		
Paxiúba	Paxiúba	Paxiúba
Paxiubão	Paxiubão	
Periquiteira	Periquiteira	
Piaçava		
	Quariquara	
	Sangue de boi	
Timbó		
Uricuri	Uricuri	Uricuri

In Gavazzi, Renato (Org), 1996

sustentável, à derrubada da palmeira. Assim, além de identificar e recuperar saberes tradicionais sobre materiais usados na construção, o trabalho dos AAFIs é pensar que recursos florestais possam estar disponíveis hoje, amanhã e sempre.

Com a constatação do crescimento demográfico dos povos indígenas no país, novas formas de manejo devem ser desenvolvidas para que esses recursos se mantenham também próximos e acessíveis. Assim, o manejo das “palheiras”, como são chamadas as palmeiras que fornecem material para os tetos, é um trabalho bastante importante e exemplar da ação dos AAFIs .

Regeneração

O manejo, conforme explicitado pelos agentes em seus diários, prevê o plantio e a regeneração de palmeiras em áreas de roça e quintais agroflorestais, uma intensificação e uma adaptação do manejo tradicional ao contexto atual. Se já existe na área de coleta de palhas uma população jovem em regeneração, e se as matrizes estão identificadas e serão preservadas, o manejo inclui também a eventual derrubada de palmeiras velhas e muito altas. Estas já são bem mais difíceis de manejar (pela própria altura) e, ao serem derrubadas, abrirão luz e espaço para a regeneração.

O grupo discutiu o significado e as diferenças entre os tipos de extração do recurso (...) e alguns acrescentaram ainda que nas áreas já exploradas existem mudas de palheiras em regeneração. Para essas mudas foi recomendada a prática de manejo com limpeza ao redor e evitar a presença de fogo. Foi reforçada a necessidade de se deixar algumas árvores como matrizes produtoras de sementes para garantia do processo de regeneração, inclusive nas áreas distantes de onde atualmente a comunidade está retirando as palhas. A comunidade também citou dificuldades em realizar o manejo das palheiras de jaci, devido

à sua elevada altura, impossibilitando a subida nas árvores. (...).

Em relação ao tema madeira, recurso que também está se escasseando na área da aldeia, recomendou-se a manutenção e o manejo das espécies florestais madeiras nascidas do roçado, que poderiam ser exploradas posteriormente. Nesse aspecto reforçou-se a utilidade de um viveiro para produção de mudas de interesse e também das espécies escassas, que poderiam ser coletadas diretamente da floresta e transplantadas para o viveiro. Outras espécies também citadas como escassas foram açai, bacaba e buriti, todas de grande importância alimentar para a aldeia.

Roberto A. Tavares e Dias, 2000

A segurança é um ponto, uma vez que as copas de palmeiras são o habitat preferencial de animais peçonhentos, como cobras, aranhas e escorpiões. Devido à sua importância estratégica, o manejo de palheiras é tema de cartazes didáticos escritos na língua indígena.

No geral, o trabalho com as palheiras demonstra que os planos de uso não são “cartas de intenção”, mas sistematizam e disseminam práticas estimuladas pelos docentes dos cursos de formação e pelos AAFIs na sua comunidade.



AAFI José Samuel Kaxinawá



18 de janeiro de 2001. Neste dia fui fazer uma pesquisa na minha aldeia para ver como que acontece o meu trabalho. Primeiro eu fui a todos os roçados novos vendo o que estava acontecendo. Olhando os roçados, vi que o dono do roçado estava manejando as palmeiras de jarina, madeira de lei, estava tudo nascendo no roçado dele e estava bem. Estava manejando todas as espécies de palmeira e madeira de lei. Agora não podemos ficar em dúvida do trabalho dele, fiquei muito satisfeito com a comunidade da minha aldeia.

Manoel da Costa Silva Kaxinawá In Alcântara, 2001

Algumas dessas práticas de manejo, como a da palha entre o povo Manchineri, foram intercambiadas entre os AAFIs nas situações interculturais propiciadas pelos cursos de formação: os que dominam certo tipo de técnica de interesse para o manejo são incentivados a difundir-la entre aqueles que não a dominam.

Este ano demos continuidade às discussões iniciadas no ano passado sobre o manejo de palha para a

cobertura das casas. Nos primeiros dias de aula também participaram os 15 agentes de saúde nas discussões sobre a situação atual do uso inadequado das palmeiras em suas aldeias, pensando as implicações dessa prática não sustentável na vida das pessoas. A contribuição dos Manchineri que vivem no rio Iaco ajudou muito em tais discussões e na difusão da nova prática. Este intercâmbio interno é uma importante ferramenta para fortalecer a dimensão intercultural do trabalho pedagógico.

Depois do relato de todos os participantes sobre a situação ambiental do uso das palhas em sua comunidade, iniciamos as atividades práticas de manejo. Começamos pela construção da escada e depois pela retirada das palhas de uricuri localizadas no Centro de Formação dos Povos da Floresta – CFPF.

Gavazzi, Renato Antonio, 1997

Os relatos sistematizados das práticas anuais de manejo de cada um dos AAFIs podem indicar o número de palmeiras manejadas, palhas (folhas) retiradas e o tempo que o serviço levou.



Aqui na aldeia Lago Novo, construímos quatro casas este ano. Teve uma casa que pegou 140 palhas, mas nenhuma palheira foi derrubada. Outra casa pegou 300 palhas e a outra mais 300. Mas nenhuma palheira foi derrubada. A gente constrói uma escada para poder pegar as palhas. Aqui é muito difícil para nós derrubar as palheiras de nossa floresta.

Zezinho Manchineri, in Gavazzi, 1997

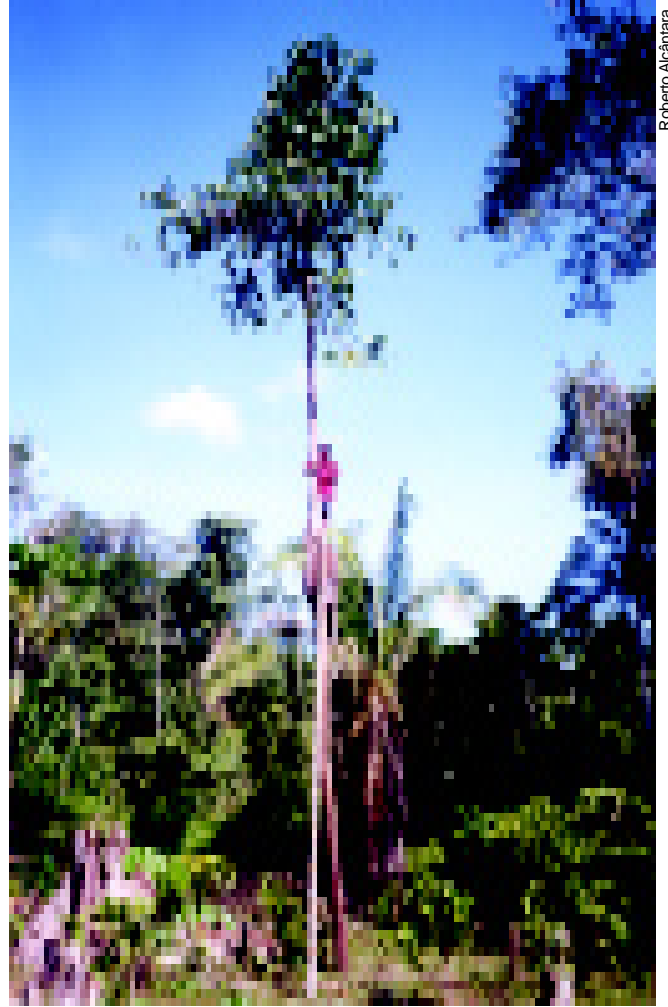
A anotação da distância do ponto de colheita, das horas investidas na tarefa e a destinação da palha, entre outros dados, também é sugerida pelos assessores, quando de suas visitas às aldeias, parte da estratégia de formação entendida como pesquisa. O manejo de palha deu subsídio para discutir tecnologias tradicionais de outros manejos praticados pelos povos do Acre em relação aos recursos não-madeireiros, como o das frutíferas:

Hati Bimi Nimeranua Sheati

Diagnóstico do manejo e nível de abundância das frutíferas nativas na Terra Indígena

No	Nome em Kaxinawá	Nome em Português	Como pega	Situação na TI
1	Peri isã	Bacaba	Trepando para pegar	Tem bastante
2	Isã	Patoá	Trepando para pegar	Tem bastante
3	Shebu	Uricuri	Pega no chão	Tem bastante
4	Hepe	Jarina	Pega no chão	Tem bastante
5	Xini	Marajá	Pega com vara	Tem bastante
6	Bepu	Abiu	Pega no chão	Tem bastante
7	Pesa	Pitomba	Pega no chão	Tem menos
8	Ixtibi	Sapóta	Pega no chão	Tem bastante
9	Shenã	Ingá	Trepa com galho e pega	Tem bastante
10	Nena	Pupunha	Pega o cacho	Tem bastante
11	Sheshu	Cajá	Pega no chão	Tem bastante
12	Nane	Jenipapo	Pega no chão	Tem bastante
13	Kumã	Cumarú de ferro	Pega no chão	Tem bastante
14	Yapa	Murici	Pega no chão	Tem bastante
15	Manãyuka	Araça	Pega no chão	Tem bastante
16	Nesã paubi	Cacau de jabuti	Pega no tronco	Tem bastante
17	Nubi	Cacau	Pega no tronco	Tem bastante
18	Biush	Jenipapinho	Pega no chão	Tem bastante
19	Piu pati	Guariuba	Pega no chão	Tem bastante
20	Burutã	Maracujá	Pega no cipó	Tem bastante
21	Yae	Biorana	Pega no chão	Tem bastante
22	Xekex	Bacuri	Trepando para pegar	Tem bastante
23	Txashu deshã	Cacau	Trepando para pegar	Tem bastante
24	Nibi	Castanha	Pega no chão	Tem bastante
25	Pama	Pama	Derruba para pegar	Tem bastante

Josias Pereira Mana Kaxinawá, in Freschi, 2001



Manejo de frutífera nativa - Aldeia Nova Empresa TI Kaxinawá Baixo Rio Jordão

Hati bimi nimeranua sheati

Diagnóstico do manejo e nível de abundância das frutíferas nativas na Terra Indígena

No	Nome em Kaxinawá	Nome em Português	Como pega	Situação na TI
1	Pesa	Pitomba	Derruba ajunta do pé	Tem pouco
2	Pamarã	Pama	Derruba ajunta do pé	Tem pouco
3	Biush	Jenipapinho	Sobe	Tem pouco
4	Itxibi	Sapota	Derruba ajunta do pé	Tem pouco
5	Shena	Ingá	Sobe	Tem pouco
6	Panã isã	Açaí	Sobe	Tem pouco
7	Isã	Patoá	Sobe	Tem pouco
8	Hikumã	Jatobá	Ajunta do pé	Tem pouco
9	Yae	Biorana	Ajunta do pé	Tem pouco
10	Nubi	Cacaú	Sobe	Tem pouco
11	Sheshu	Cajá	Ajunta do pé	Tem pouco
12	Nesã paubi	Cacau de jabuti	Tira do pé	Tem pouco
13	Hepe	Jarina	Tira do pé	Tem pouco
14	Peri isã	Bacaba	Sobe	Tem pouco
15	Txashu deshã	Cacau	Sobe	Tem pouco
16	Xini	Marajá	Cai direto	Tem pouco
17	Xekex	Bacuri	Derruba e sobe no pé	Tem pouco
18	Shebu	Uricuri	Ajunta do jau	Tem pouco
19	Pani	Murmuru	Sobe	Tem pouco
20	Nutxutu	Jatai	Tira do pé	Tem pouco

Francisco Macário Ibã Kaxinawá, in Freschi, 2001



Alimento para todos os seres da floresta

Entre os vários cultivos que têm seu centro de origem na América Tropical, a mandioca está para a agricultura indígena da Amazônia assim como o arroz está para a da Ásia. Lá e aqui, as espécies foram domesticadas, aperfeiçoaram-se variedades e desenvolveram-se sistemas de plantio, colheita, processamento e estocagem.

Embora a mandioca e outros tubérculos, juntamente com o milho, sejam fundamentais na culinária de grande parte dos povos indígenas, são igualmente necessários outros componentes na dieta alimentar possibilitados pelo saber ecológico de cada sociedade. Esta complementaridade, junto ao entendimento de que todos os seres da floresta cumprem seu papel, é reforçada pelo manejo das roças

melhoradas, quintais, hortas, recursos florestais, caça e pesca.

Nós plantamos nossa macaxeira, banana, cará e nossa batata. É a parte que está nas nossas mãos. Estamos apoiando o plantio de frutíferas e achamos importante este trabalho. Precisamos plantar para aproveitar e levar para frente e inteirar a nossa plantação, inteirar a nossa cultura, nossa mesma e do branco. Acho importante que mais para frente vai se criar uma mistura de sabor (...).

*Francisco Pancho Kaxinawá, in Gavazzi, (org), 1998
pág 18*

A referida complementaridade, além do respeito a leis e critérios ecológicos e culturais para plantio e manejo, acabam por se estruturar em uma espécie de gradiente de ambientes:



- as divisas da TI e a floresta primária (ou áreas que já foram cultivadas há mais de 50 anos);
 - os roçados de diferentes idades, onde se pratica o enriquecimento da sucessão com espécies de interesse;
 - os quintais agroflorestais, no entorno das habitações e das aldeias, onde se encontram também os viveiros e as hortas.
- É, portanto, nos diferentes ambientes de atuação dos AAFIs que são praticados, recuperados e gerados os saberes ecológicos.

Floresta

Os principais manejos praticados e incentivados pelos AAFIs consistem em substituir práticas não-sustentáveis, como a derrubada de árvores frutíferas prontas para a colheita, por sua identificação, proteção, coleta de sementes, produção de mudas. Na publicação “Chegou o Tempo de Plantar as Frutas”, 1998 (págs. 24, 25 e 26), os levantamentos das frutas comestíveis da floresta produziram na TI Kaxinawá Alto Purus uma relação de 64 frutíferas utilizadas, seu hábitat e época de

frutificação, descritas pelo nome popular e pelo nome indígena.

Além disso, desenvolvem-se os princípios de manejo para espécies como o murmuru, de modo a manter a floresta sempre produtiva para todo o conjunto da vida que a forma.

O antigo proprietário não plantava muita fruta, o que ele plantava mesmo era café. Agora estou pensando em plantar tudo e, com o tempo, substituir essa sombra por café com outras fruteiras. (...) Eu estou pensando em cultivar apenas 300 pés de murmuru. Eu acho que cada pé de murmuru vai dar uns 15 a 20kg de côco. (...) Do jeito que está essa mata aberta, se você for deixar todos os que estão nascendo, cultivando, limpando, é como ele gosta e daqui a uns dois ou três anos ele está soltando murmuru (...).

Moisés Pianko Asheninka, In Freschi, 2001

Esse conhecimento também ajuda a embasar outros planos de manejo de extrativismo de Produtos Florestais Não-Madeiráveis – PFNM, como é o caso do interesse crescente por sementes de mogno (*Swietenia macrophylla*) e outras árvores, por viveiros florestais e por empreendimentos de reflorestamento.

Outra prática na “zona de manejo” da floresta é a já mencionada adoção dos marcos-verdes nas divisas da TI. A prática, além dos aspectos políticos



da demarcação territorial indígena, promove o enriquecimento de clareiras pela introdução de espécies nativas da região amazônica que não são espontâneas em algumas das Terras Indígenas do Acre, como é o caso da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e do açaí-touceira (*Euterpe olearecea*).

Todas essas informações sistematizadas formam a base do manejo das espécies, tanto no próprio ambiente da floresta, como na sua introdução ou adensamento em roças e quintais das Terras Indígenas.

Roçados

É a primeira vez que nós estamos plantando açaí no nosso roçado, daqui a seis anos o açaí vai dar muito, é bom alimento para nós. Até o tucano gosta de açaí, o jacú também gosta muito do açaí. Daqui a seis anos quando o tucano encontra o açaí ele vai ficar admirado, porque não tinha visto o açaí, ele vai ficar olhando virando o bico dele. Até os nossos filhos nunca tinham visto o jeito do açaí maduro, mais adiante as bocas das crianças irão ficar roxas de tomar o suco de açaí.

Josimar Pinheiro Kaxinawá, in Gavazzi, 1999

Com base nos dados coletados durante a assessoria, pode-se afirmar que o SAF do AAFI Josimar apresenta uma densidade média de 2.142 plantas/ha e diversidade de 27 espécies/ha. Essas médias são expressivas quando se considera que há recomendações para implantação de SAFs com 800 indivíduos/ha de diversidade de 12 espécies/ha. Este sistema está implantado em dois locais diferenciados em relação à topografia, uma parte em cima de uma elevação e outra parte mais próxima da margem do rio. Mas, observando a seqüência da área, percebe-se que da casa até o morro encontram-se áreas de manejo agroflorestal, a



AAFI Josimar Txuã realizando plantio direto de açaí touceira em roçado novo - TI Kaxinawá Seringal Independência

exemplo da existência de sementeiras próximas de uma nascente e cacimba (envolta pela vegetação natural), no sopé do sistema. Segundo Diário do AAFI, o mesmo iniciou o manejo da área no ano de 1996 por iniciativa própria quando se mudou para o local. Inicialmente o AAFI vinha realizando somente o manejo florestal, preservando espécies de interesse madeireiro (mulateiro, freijó e mogno). Mas, após contato com o AAFI José Bane, da aldeia vizinha, obteve sementes e iniciou o plantio de frutíferas. O AAFI já utiliza madeiras deste sistema, principalmente a espécie mulateiro para construção de telhados e outras obras.

Alcântara Roberto, 2001

O enriquecimento das roças é um contínuo do que é feito na floresta, porém com maior intensidade de intervenção. Nesse sentido, alguns pontos são centrais para analisar a importância e complexidade do trabalho para os AAFIs. Primeiramente, está a valorização, respeito e incentivo às relações desses povos com seu meio ambiente.

A agricultura indígena está, desde a sua criação, relacionada com os mitos de origem de cada povo. A origem dos legumes do roçado Kaxinawá está contada pela morte de um velho que queria ser útil a seus filhos



e netos, que só comiam barro torrado e viviam reclamando de fome. Nesse caso, a morte do velho está relacionada com a vida, a fartura e o fim da fome.

Gavazzi, Renato Antonio, 1997

Muitos conhecimentos relacionados à origem de sementes e de roçados foram objeto de levantamentos e de discussões nos cursos de formação. Trechos desses relatos foram reunidos nos livros publicados pelo projeto:

O caçador rastejando viu na merda da anta um pé de milho já com espiga. Ele começou a olhar e pensou: – Rapaz acho que isto aqui é o tal de milho! Neste mesmo tempo, a anta deu um peido e falou que aquilo era milho.

Paulo Emidio Manchineri, 1996

Também é necessário o entendimento de que a fertilidade das áreas de roça tem para esses povos forte significado cultural. Essa fertilidade deve ser conservada na medida do possível durante o período de cultivos anuais e recuperada, complementarmente, enquanto se instalam e começam a

produzir os cultivos perenes. Em suma, valorizar saberes tradicionais para conservar e recuperar a fertilidade da área de intervenção (a roça), no ato da implantação e ao longo do tempo, é uma das chaves para que o sistema agroflorestral resultante seja produtivo.

Vou escrever contando a tradição da sociedade Manchineri: de como se pede a força para o espírito do fogo, de como se chama o vento para chegar com força até onde a pessoa está chamando.

O vento vem alegre como todo espírito. As pessoas são bem ouvidas na hora de chamar a natureza. Ela não demora. Só que

a pessoa tem que ter fé, porque é a energia da natureza que dá a boa plantação para quem pede. Por isso, nós Manchineri, fazemos a imitação da natureza.

No dia em que nós vamos queimar o roçado, essa força já está no roçado, local onde ela já foi chamada, e fica até as plantas ficarem maduras. Essa força é boa para nós. Até as plantas ficam alegres e com mais força. Por ter tanta força, as plantas têm cheiro de alegria. Reparem bem que o roçado novo tem cheiro de natureza, que ela foi chamada para ficar nos roçados das pessoas.

Se não chamar a força do fogo e do vento, o roçado não queima bem que preste. Também a plantação não vai dar uma boa safra.

Para não acontecer esses problemas, os Manchineri, desde o início da broca do roçado, tem sempre que tocar a música do roçado com uma flauta de taboca, para ir chamando de pouco a pouco essa qualidade de energia. A gente toca a flauta assim: potlalalo, potlalalo, potlalalo...

Essa música tocamos no início do roçado. É nesse momento que começamos a chamar a força da natureza.

Paulo Emidio Manchineri in Gavazzi, (org) 1998, pág 15

Outro ponto importante é a garantia tanto de recursos genéticos (mudas, sementes, estacas e ou-



tras formas de material propagativo) quanto de um acúmulo de saber ecológico por parte dos AAFIs e suas comunidades para definir:

- a seqüência de espécies que serão introduzidas;
- as que serão selecionadas ou estimuladas quando regenerarem de maneira espontânea;
- as que serão mantidas como fertilizadoras e posteriormente eliminadas;
- as que serão eliminadas e em que fase do ciclo vegetativo.

Estes aspectos são pensados e trabalhados pelos AAFIs, apoiados pelas orientações do projeto, na medida em que se facilita a distribuição de mudas e sementes e a promoção do intercâmbio entre os diversos agentes em suas aldeias.

Por exemplo, o AAFI Francisco Macário (Xipi) realizou duas viagens para fora do estado onde teve a oportunidade de conhecer povos de etnias diferentes, Terena no Mato Grosso do Sul e o Parque Indígena do Xingu – MT. Conseguiu trazer sementes de algumas espécies. Uma das sementes foi semente do amendoim do Xingu, que dividiu entre ele e a liderança. Hoje cada

um tem 100m² de amendoim já quase no ponto de ser colhido.

Dias, Adriano, 2001

Assim, a introdução de espécies desejáveis, a formação dos consórcios e o direcionamento da regeneração feitos de maneira a favorecer espécies interessantes, são pontos importantes na sua formação. Além do saber ecológico que já acumulam, relacionados aos critérios e códigos culturais que organizam suas práticas, as informações e os recursos dos cursos e intercâmbios colaboram para o sucesso deste item.

Um exemplo desse tipo de enriquecimento é a introdução de pupunha (*Bactris gasipaes*) em roças antigas. No passado, a espécie era plantada não apenas como alimento, mas como reserva estratégica de matrerial para arcos. Hoje, ela é um auxiliar fundamental na composição da dieta humana e animal, retornando à paisagem das aldeias e de seu entorno.



TI Mamoodate - Manchinere da comunidade da aldeia Peri, realizando o manejo comunitário no SAF.

Um outro aspecto desse trabalho é a complexa tarefa de conservar a fertilidade durante o período de cultivos anuais, permitindo uma regeneração de diversidade e fertilidade do solo das áreas derrubadas. Em áreas de florestas bem conservadas, com bastante matrizes e sementes, essa tarefa é relativamente fácil, bastando o manejo das espécies nativas. Em áreas mais degradadas, entretanto, a tarefa exige um esforço maior, como a introdução e o manejo de diferentes espécies com finalidades específicas de fertilização e recuperação do solo nas diferentes fases da sucessão. O sucesso da tarefa de conservar e recuperar a fertilidade das áreas de roça depende então de vários fatores:

a) Quando a derrubada é pequena e está circundada de floresta com abundante diversidade e oferta de sementes, a introdução de espécies com o fim específico de fertilizar,

como as leguminosas introduzidas, é pouco eficiente e, na verdade, desnecessária. Nesse contexto, cipós, ervas, rebrotes de toco e a própria regeneração natural é muito eficiente e rápida em cobrir o solo, uma vez que não haja um esgotamento do banco de sementes na área da roça por uma capina total, que elimine toda a regeneração de modo persistente.

b) Quando se trata de roças instaladas a partir de capoeiras empobrecidas, a oferta em termos de nutrientes e umidade está, muitas vezes, abaixo das necessidades das leguminosas usadas para recuperação de solo em outras regiões do país. O que acontece em geral é que espécies mais rústicas, como gramíneas e outras ervas nativas, colonizam a área e impedem ou atrasam o desenvolvimento das coberturas verdes instaladas. Isso ocorre porque a maioria das es-

pécies utilizadas para adubação verde é estritamente heliófita, ou seja, necessita 100% de luminosidade. O que ocorre na maior parte dos casos é que as leguminosas herbáceas, trepadoras ou arbustivas anuais, bianuais, ou de ciclo curto, introduzidas para recuperar o solo, não sobrevivem à competição com as ervas nativas, muito mais adaptadas às condições existentes. Mais adiante ainda terão sua possibilidade de produção de biomassa reduzida quando a regeneração de árvores e arbustos aumentar a sombra.

Essas constatações podem reforçar a noção dominante entre os povos agricultores que baseiam seus sistemas em pousio de que é duvidoso plantar aquilo que a própria natureza providenciou por milênios. Se este é um desafio para os AAFIs, qual tem sido sua resposta?

Eu perguntei ao prefeito de Thaumaturgo o que ele tinha dentro do campo e ele me disse que só tinha capim.

Eu falei que estava faltando planta no meio do capim.

Ele me perguntou:

— Benki, o que é preciso ser feito dentro de meu campo?

Eu falei: — Você precisa comprar mogno, copaíba, cedro, cumaru, e todo o tipo de madeira prá dar sombra ao gado, e essa sombra precisa ser de madeiras de lei para que daqui há 10 anos você tenha aproveitamento dessas madeiras (...)

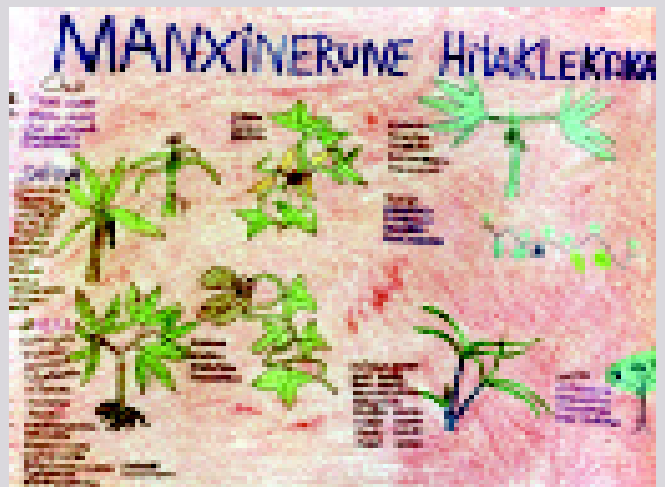
No final do mês chegou um empregado da prefeitura com um recado para eu levar 300 mudas para a prefeitura comprar (...) Eu tinha aqui cinco mil mudas que eu mesmo fiz.

Benki Asheninka, in Freschi, 2001

Entre as respostas a este problema, os AAFIs têm realizado a sistematização de espécies nativas recuperadoras de solo. Superando muitas vezes as limitações das leguminosas “exóticas” e, eventualmente, possibilitando outros usos, essas espécies nativas oferecem um campo aberto à investigação participativa. Como exemplo, valoriza-se a

identificação das árvores nativas de crescimento rápido e grande produtoras de biomassa, resistentes à poda, e que tenham outros usos, seja como alimento ou material de construção. Um sucesso maior neste campo evitaria o plantio de espécies exóticas que não tenham um aproveitamento direto, o que aumentaria sua popularidade. Muito provavelmente, as melhores respostas a essas perguntas estão na própria flora amazônica.

Esse é mais um exemplo de como o trabalho dos AAFIs pode avançar longe da transferência de pacotes tecnológicos, mesmo os agroflorestais. Quando se opta por uma postura crítica quanto a qualquer tipo de “pacote”, a riqueza da diversidade ecológica, cultural e econômica, bem como os saberes ecológicos locais, afloram e podem direcionar e enriquecer em muito o trabalho. O ganho maior é a possibilidade de soluções inovadoras dadas pelos próprios povos indígenas por meio do pro-





cesso de identificação de problemas e estratégias para o seu enfrentamento.

Quintais

Nos quintais de praticamente todas as sociedades agrícolas do planeta se praticou a arte milenar da domesticação de plantas nativas, além da adaptação de plantas exóticas ao novo ambiente. No entanto, nas regiões tropicais, a domesticação não foi apenas de algumas espécies, mas de toda uma “lógica” da floresta. Ou seja, em parte, se “domesticou” a floresta como um todo, e não apenas espécies isoladamente. Como isto se verifica na prática dos AAFIs?

Os quintais amazônicos, entre eles aqueles implantados por índios e seringueiros, foram sendo manejados ao longo do tempo de modo a recompor uma versão “miniaturizada” da floresta. O resultado é uma imitação da arquitetura, dos processos e de muitas das relações ecológicas que ocorrem na floresta.

O trabalho dos AAFIs é também orientado para, intencionalmente, recriar, no espaço do quintal, al-

guns dos processos, consórcios e dinâmicas da sucessão de plantas, de forma a imitar o ambiente natural.

A analogia com a floresta implica também acelerar ou retardar processos. Quando necessário, poda-se para possibilitar maior entrada de luz, introduzem-se espécies e elimina-se um cipó ou erva que impede o crescimento de uma muda. Ou, ainda favorece-se, com adubação, determinadas plantas que interessam também aos seres humanos.

Acho muito bom plantar fruteiras para deixar herança para meus filhos e netos. Se eu morrer não tem problema, todo mundo vai morrer, eu nasci para morrer. Nós somos vida material. Os outros que ficam vão segurar a terra e não vamos sair daqui. Então a terra nossa é aqui e é aqui que precisamos plantar, porque o índio gosta de pupunha e de cupuaçu. Quando o índio vai à cidade, acha bom tomar suco de cupuaçu, é muito bom! Agora já chegou até aqui. A nossa parte é produzir.

Francisco Pancho Kaxinawá, in Gavazzi, (org), 1998

Relação das espécies do plantio do AAFI Francisco Macário (Xipi)

No	Espécie	Vegetando	Produzindo
1	Abacate (<i>Persea americana</i>)	3	
2	Açaí touceira (<i>Euterpe oleracea</i>)	60	
3	Amora (<i>Rubus nigra</i>)	2	
4	Apurú (<i>Duroia macrophylla</i>)	2	1
5	Azeitona	15	
6	Bacaba (<i>Oenocarpus bacaba</i>)	6	
7	Bacuri (<i>Platonia insignis</i>)	1	
8	Biribá (<i>Rollinia mucosa</i>)	9	5
9	Cacau (<i>Theobroma cacao</i>)	5	
10	Cajú (<i>Anacardium occidentale</i>)	29	19
11	Carambola (<i>Averrhoa carambola</i>)	18	1
12	Castanha-do-brasil (<i>Bertholletia excelsa</i>)	1	
13	Côco-da-bahia (<i>Cocos nucifera</i>)	12	
14	Cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>)	45	
15	Fruta-pão (<i>Arthocarpus altilis</i>)	9	8
16	Goiaba (<i>Psidium guajava</i>)	56	56
17	Graviola (<i>Annona muricata</i>)	61	39
18	Ingá-peluda (<i>Inga spp.</i>)	2	2
19	Ingá-de-metro (<i>Inga edulis</i>)	38	36
20	Ipê (<i>Tabebuia spp.</i>)	32	
21	Jaca (<i>Arthocarpus integrifolia</i>)	2	
22	Jambo (<i>Eugenia malaccensis</i>)	12	
23	Lima (<i>Citrus aurantifolia</i>)	4	1
24	Limão (<i>Citrus aurantifolia</i>)	6	
25	Manga (<i>Mangifera indica</i>)	13	1
26	Maracujá (<i>Passiflora edulis</i>)	3	3
27	Miratoá	1	
28	Pupunha (<i>Bactris gasipaes</i>)	6	
29	Tangerina (<i>Citrus nobilis</i>)	1	
30	Urucum (<i>Bixa orellana</i>)		
Total		454	172

Freschi, Julieta, 2001

Além das espécies nativas locais, nos quintais também são introduzidas espécies nativas de outras partes da Amazônia que não existem na região, bem como as “exóticas”. Neste espaço também é que as chamadas “trocas pós-colombianas são importantes, como é o caso dos cítricos (*Citrus spp.*), do tamarindo (*Tamarindus indica*), do coco (*Cocos nucifera*), do cajá-manga ou cajarana (*Spondias dulcis*) e da jaca (*Arthocarpus heterophyllus*), entre outras espécies oriundas da Ásia tropical e das ilhas do Pacífico.

Este é mais um elemento para a avaliação crítica do agente, uma vez que uma espécie exótica pode ocupar o nicho de espécies nativas com consequências desconhecidas para a fauna.

Renato Gavazzi



Viveiro de produção de mudas do AAFI Jaime Kaxinawá - TI Kaxinawá Baixo Rio Jordão

Embora a introdução de espécies exóticas na agricultura e na culinária indígena seja muito antiga em algumas regiões, não se deve perder o eixo principal do trabalho dos AAFIs: a sustentabilidade. Nesse sentido, além de manejarem sementes e mudas de plantas que antes não eram cultivadas em hortas ou quintais, os AAFIs estimulam a recuperação de plantas e comidas tradicionais.

Esse tipo de conexão cultura-agricultura é uma constante na formação e no trabalho dos agentes, diferenciando-os da limitada idéia de serem responsáveis pela implantação de técnicas agroflorestais em suas comunidades.



Julietta Freschi

Agentes agroflorestais mirim Asherinka brincando no composto



Bina
Francisco
Kaxinawá

Viveiros e hortas

Fui visitar o AAFI Manoel da Costa, na Aldeia São Joaquim, mas quando cheguei na casa dele não tinha ninguém. Ele tinha ido trabalhar no viveiro. Então fui para o viveiro e ele estava com o irmão regando as mudas. No viveiro tinha 62 mudas de açaí em saquinhos, que estavam começando a germinar. Tinha também 32 sementes de caju semeadas nos saquinhos, mas ainda não estavam germinando. Fazia pouco tempo que haviam sido plantadas. Outras plantas que tinham no viveiro dele eram: cinco mudas de graviola, quatro de carambola e 17 de tamarindo. O plantio dele não estava organizado porque ele deixou o ajudante para tomar conta, quando ele foi para o curso em Rio Branco, e o ajudante não fez o trabalho direito. Também tinha muita praga no plantio que eram as formigas de roça e estavam estragando o plantio na sementeira, principalmente o açaí, a acerola e a tangerina.

*Francisco Macário Ibã Kaxinawá,
in Alcântara, 2000*

Finalmente, viveiros e hortas constituem uma unidade referencial para a comunidade como um todo, complementando-se o trabalho do agroflorestal com a participação das mulheres e crianças.

Entre os Asheninka do Rio Amônia, por iniciativa do AAFI Benki Pianko Asheninka, formaram-se os “Agentes Agroflorestais Mirins” envolvendo-se mais diretamente os alunos da escola nas práticas de plantio de hortaliças e na construção e manutenção de viveiros.

É nas práticas com viveiros e hortas, e na sua ligação com os quintais, que se discutem questões de saneamento ambiental e manejo, como:

- a qualidade e as exigências ecológicas das espécies nativas e introduzidas;
- o controle de insetos e doenças;
- os sistemas de plantio (roteiros técnicos);
- os consórcios de espécies;
- as técnicas de enviveiramento.

Para se implantar uma horta orgânica, primeiramente observa o lugar para preparar o terreno, que é sempre em lugar perto do lago ou perto do igarapé para que se possa regar, e que seja um terreno mais ou menos plano.

Depois de escolher o terreno e limpar, a gente começa a preparar o canteiro para plantar mudas de cebolinha, que é de um metro de largura por 20 centímetro de altura e o comprimento depende do tanto de mudas que for plantar. O mesmo tamanho é o canteiro para semente de coentro, rúcula, salsa e outras hortaliças de folhagem. A alface primeiro você faz a sementeira enquanto se prepara o canteiro e quando as mudinhas estão com 10 centímetros de tamanho já podem ser transplantadas no espaçamento de 20 centímetros de um para o outro, fazendo isso sempre no fim da tarde para que as mudinhas não sofram muito.

A couve é do mesmo jeito e pode ser transplantada no canteiro ou em covas ou berços bem adubados, sempre regando na parte da manhã ou no final da tarde. Da mesma forma é também o tomate, faz o semente indireto que é na sementeira. Outras espécies que podem ser semeadas direto é o quiabo, a abóbora, o feijão e o pepino, com um metro de distância de uma cova para outra.

Raimundo Ferreira Kaxinawá in Dias, 2000

Ricardo Dantes



Aula prática - horta orgânica - IV Curso de formação dos AAFIs

Renato Gavazzi



Horta orgânica - AAFI Jaime Maia Kaxinawá - aldeia Nova Empresa - TI Kaxinawá Baixo Rio Jordão

Adriano Dias



Horta orgânica - aldeia Jatobá - AAFI Ivanildo Manchineri - TI Mamoodate

É também no entorno da horta e do viveiro que são geradas, pelos diferentes agentes, juntamente com seus assessores, tecnologias apropriadas que visam, entre outras coisas:

1) Contornar problemas com formigas, animais domésticos (principalmente galinha, ovelha, gado e porco);

Os povos indígenas da Amazônia sempre conviveram com o problema da formiga saúva no ataque de seus roçados, pois essa formiga está presente em todo o território brasileiro. Já dizia Mário de Andrade: “o mal do Brasil é ter pouca saúde e muita saúva”. Através de entrevista com os AAFIs, vimos que esses grupos acumularam através dos anos conhecimentos de algumas técnicas tradicionais no manejo do controle da formiga saúva.

Gavazzi, Renato Antonio, 1999

Tingui de raiz os índios utiliza a raiz para fazer remédio para as formigas de roça. Quando tem muita raiz de tingui, nós arrancamos e pisamos no pilão depois misturamos com fato (tripa) de tatu. Cavamos o buraco da formiga de roça e enterramos o tingui misturado com o fato. Com o tempo, as formigas desaparecem. José Francisco Shane Kaxinawá, in Gavazzi, 1999

O remédio natural para espantar a formiga de roça a gente usa tripa de capelão, ou de tatu, ou de macaco preto. A gente coloca a cinza no buraco da formiga, tampa bem tapadinho que a formiga vai embora (...). Quando era criança, lembro do meu pai fazendo desse jeito. Eu, como sou agente agroflorestal, acho muito importante usar a nossa tradição para espantar as formigas de nossa plantação.

Francisco Ibã Macário in Gavazzi (org), 1999

O gergelim faz parte da cultura Kaxinawá e é utilizado em alguns pratos típicos. Em conversas com pessoas mais velhas da TI, perguntei se nos roçados onde plantavam o gergelim existia a formiga saúva. Algumas pessoas disseram que a formiga gosta muito de carregar as folhas do gergelim e depois desaparecem.

Dias, Adriano, 2002



2) Aumentar a germinação e a sobrevivência de mudas;

As sementes de coco-da-bahia foram encanteiradas embaixo do jirau da casa do AAFI José Nilson, num local de umidade permanente. Essa técnica vem sendo usada na Terra Indígena Rio Jordão, e possibilitou às sementes um bom índice de germinação. Também colocamos uma cerca de madeira roliça protegendo as sementes quanto à invasão de suínos.

Dias, Adriano, 2002

3) Melhorar a polinização;

Por que nós tivemos a preocupação com a fauna, com as plantas para sempre deixarmos um, dois, três ou quatro cachos de murmurú, para que os besourinhos nasçam de novo, para podermos ter a polinização, porque são eles que fazem a polinização.

Benki Asheninka, in Freschi, 2001

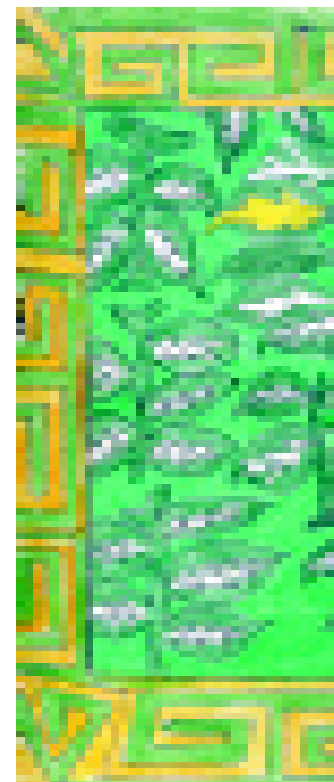
4) Identificar plantas, materiais e sistemas de adubação orgânica;

5) Identificar plantas para podar e cobrir o solo;

6) Desenvolver formas de plantio e poda de plantas (árvores e trepadoras, como o maracujá) para regular o sombreamento.



Manejo comunitário de SAF dos Manchineri da aldeia Peri - TI Mamoodate



Assim, toda a atividade realizada nas hortas e viveiros, além de contribuir para a educação ambiental, alimentação e saúde, é um aprendizado em pequena escala do que será feito em maior escala nos quintais, roças e no manejo da floresta como um todo.

Eu, juntamente com cinco alunos, e o assessor Adriano, tivemos observando a horta construída por mim. Observamos que a horta não está melhor, porque para o pepino estava faltando tutoramento, o tomate deveria ter sido plantado em covas, a berinjela, a cenoura e a alface estavam com espaçamento muito junto, e também a alface passou da época de ser colhida. Também acho que faltou manejo por parte do AAFI e da minha comunidade.

Também foi a primeira vez que plantei algumas sementes como berinjela e tomate. E também aconteceu isso não foi por falta de meu interesse: foi por eu estar cuidando de outros trabalhos como limpeza do roçado e outros.

José Nilson, in Dias, 2002

Agrofloresta como sistema

Se a ciência ecológica atual entende a floresta e o próprio planeta como uma teia de organismos inter-relacionados que respondem como um “macro-organismo” ou um grande bioma, existe uma clareza já tradicional dos povos indígenas sobre a conexão profunda entre flora, fauna, seres humanos e entidades e seres da floresta.

As discussões ambientais desenvolvidas com os AAFIs sobre os recursos naturais têm o ponto focal nos mitos que essas sociedades elaboraram, ao longo de sua história, relacionados com a preservação e a conservação do meio ambiente. Por exemplo, as regras de controle da caça estão no mito do caboclinho da mata. O caboclinho da mata controla e defende as caças na floresta, e o caçador que mata mais do que necessário é penalizado pelo caboclinho da mata.

As mensagens dos mitos relacionadas à preservação e conservação são trazidas para os dias atuais e discutimos tais “lições” para os homens e mulheres responsáveis pela conservação e preservação do planeta para as futuras gerações.

Gavazzi, Renato Antonio, 1997



Sabe-se também que matas ciliares conservadas e ricas em frutas significam rios, igarapés e lagoas plenas de peixes, tartarugas e seus predadores. Enfim, o eixo para o manejo de caça e da pesca é, além de uma ética em termos de quantidades, tamanho/idade, épocas e locais, propiciar alimento para todos os seres da floresta.

A gente pesca muito, mas só leva os peixes graúdos. A gente não bota tinguí no rio e nem no igarapé, porque tem a mãe d'água, é ela que não deixa matar muito peixe. Se a gente pega muito, ela fica com muita raiva. Por isso que a gente não pega muito peixe, por isso que nós não pescamos muito. Porque mãe d'água não deixa matar os peixes.

Benjamim Txashu Manchineri, in Dias, 2001

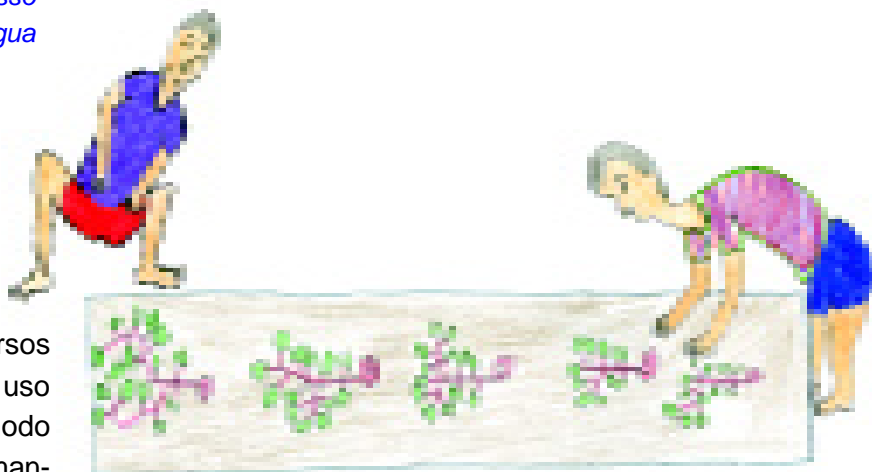
Reconhecidas as diferenças de saber ecológico e agrícola de cada povo e de cada região, é necessário compreender que existe hoje um novo contexto em relação aos recursos alimentares, implicando em intensificação de uso da terra e dos recursos. Também, do mesmo modo que palhas e madeiras são crescentemente deman-

dadas e manejadas, todas as espécies utilizadas neste gradiente que vai da floresta à horta, também seguirão em aumento de demanda. Assim, outra grande tarefa que cabe aos agentes e aos seus processos de formação, é buscar identificar nas práticas agrofloretais onde está o ponto de equilíbrio entre o aumento da demanda e a capacidade de obtenção do recurso desejado, de modo sustentável, dentro e fora dos limites das Terras Indígenas.

Atualmente, o foco principal do trabalho são as práticas agrícolas e florestais que visem garantir a satisfação de necessidades familiares, em níveis de abundância que permitam algum excedente, renda e, conseqüentemente, a possibilidade de satisfazer também a demanda por alguns produtos semi-industriais apropriados. Um fracasso em equilibrar a demanda por produtos externos, a capacidade de auto-abastecimento e de geração de renda inclinaria a balança para o modelo do gado e da pastagem. Tal opção acabaria por enfraquecer e minar a base ecológica e a própria sobrevivência cultural desses povos.

Realmente, é uma coisa pequena, mas vale muito mais do que um saco de farinha. Um saco de farinha custa R\$ 10,00 (dez reais), e um saco de murmurú custa R\$ 12,00 (doze reais). O que é melhor? Você derribar a mata para plantar macaxeira, ou você plantar só para a sobrevivência e depois coletar ali, o que tem de coco para você vender?

Benki Asheninka, in Freschi, 2001



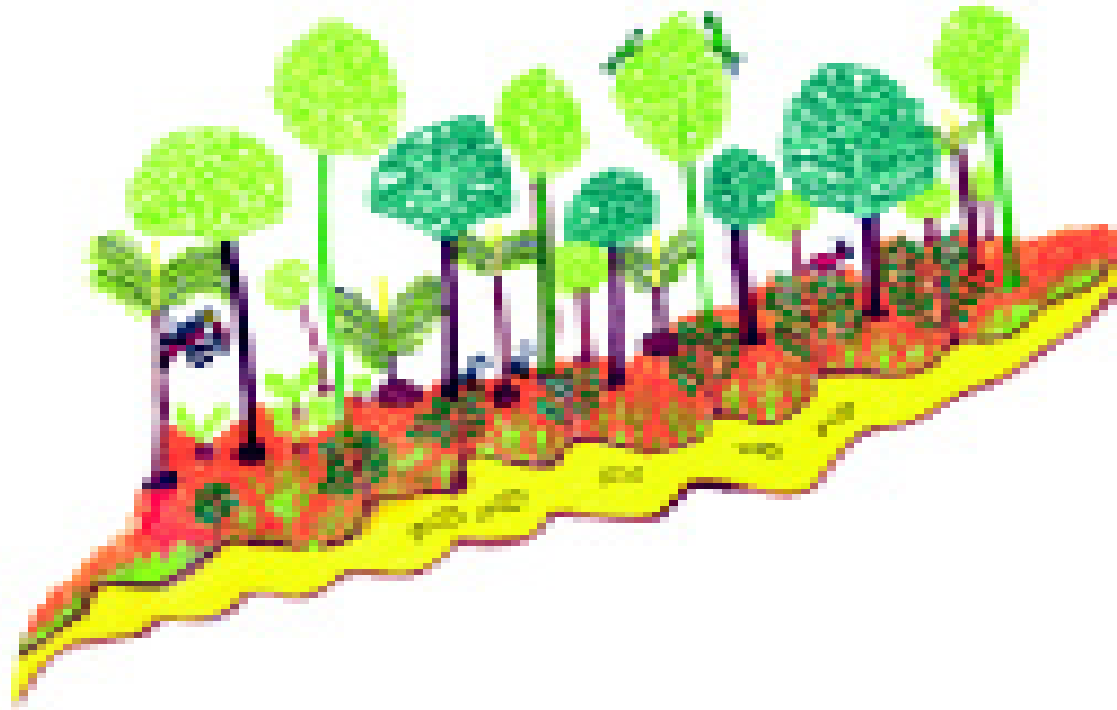
Neste sentido, são muito importantes as experiências de extrativismo sustentável como a da Associação do Povo Asheninka do Rio Amônia – APIWTXA, no seu trabalho com o murmuru (*Astrocaryum murumuru*), com a subsequente extração de seu óleo e a agregação de valor na forma de sabonetes e outros produtos. Experiências como esta na Amazônia indígena estão criando as bases de um extrativismo novo e diferente do sistema do seringalista vigente até então, no qual a desconexão do coletor com o ecossistema e com seus pares é pressuposto do lucro e da acumulação.

Passou um ano, dois, três anos até que conseguimos vender o murmuru, entramos com 500 toneladas de murmuru dentro da Empresa Tawaya. Não foi só nossa comunidade, mas a Reserva Extrativista do Juruá, RESEX, e vários municípios como: Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Porto Valter, Thaumaturgo, todos estes municípios trabalharam na coleta de coco de murmuru, e tudo foi iniciado aqui.

Benki Asheninka in Freschi, 2001

Ao contrário, o extrativismo sustentável procura estar assentado em atividades comunitárias, ser autogestionado, ter sua base no diálogo entre saberes tradicionais e os novos saberes reinterpretados, incorporando a educação ambiental como ferramenta. Talvez resida neste caminho a possibilidade de criação de um presente possível, tanto para os povos indígenas como para os demais habitantes da região.

Os desafios são muitos e acompanham as oportunidades. Várias iniciativas de incentivo à implantação de Sistemas Agroflorestais têm falhado na fase



do diagnóstico de espécies e sistemas, em função de uma leitura compartimentalizada, que privilegia apenas aspectos ecológicos ou econômicos ou culturais. A falta de uma visão mais abrangente e integrada cria falsas expectativas de lucros fáceis, colheitas que não podem ser comercializadas ou processadas por falta de infra-estrutura, ou uma demanda de mão-de-obra não disponível, gerando conflitos nos sistemas tradicionais.

O ponto positivo é que os AAFIs têm como meta a participação ativa de suas comunidades em suas tarefas diárias, e sua leitura dos Sistemas Agroflorestais deve comportar todas as dimensões citadas. Assim, a composição dos SAFs não parte de um pacote elaborado para uma difusão ampla, no clássico esquema de “transferência de tecnologias”, mas sim de sua passagem por um filtro cultural, ecológico, econômico e social. Sem dúvida, o componente “autoria”, que marcou o início do trabalho com professores indígenas é essencial para definir o perfil da formação dos AAFIs e sua própria atuação nas aldeias, bem como os resultados futuros de seu trabalho.



VI Curso de Formação dos AAFIs - Centro de Formação dos Povos da Floresta

A formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas

Estratégias e Ações

Não é simples a tarefa de desenvolver um tipo de formação profissional que contribua para que membros dos povos indígenas (entre eles, lideranças jovens e velhas, agentes agroflorestais, professores, agentes de saúde, mulheres, crianças etc.) possam enfrentar as tarefas e os desafios aqui discutidos. As estratégias escolhidas pelas socieda-

des indígenas envolvidas no projeto, seus aliados e assessores, entre outras, são:

- formação de jovens e adultos indígenas em diversas frentes, como a saúde, educação, agricultura e meio ambiente, que devem ser articuladas entre si, mas também específicas a seus campos de estudo;
- articulação e busca de apoio nas próprias comunidades e nas demais sociedades indígenas para as ações desenvolvidas;
- articulação e busca de apoio nos setores governamentais e não-governamentais cujos princípios e objetivos coincidam com os que orientam as comunidades indígenas.
- As ações que viabilizam todo esse processo demandam um conjunto de condições de trabalho que podem ser resumidas em:
- estruturação pedagógica adequada e sem-



- pre renovada para a formação dos AAFIs;
- reunião de recursos humanos indígenas e não-indígenas comprometidos com os princípios e objetivos políticos, éticos-culturais formulados e praticados no processo;
- viabilização de infra-estrutura para a formação, assessoria e concretização de ações pelos agentes;
- criação de estrutura de sistematização, avaliação e intercâmbio de informação;
- disposição de estrutura administrativa e logística que possa apoiar e executar as ações necessárias.

Cada um destes pontos é uma história de luta e cooperação e muita construção coletiva.

Proposta pedagógica

A proposta pedagógica da formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas teve o caminho pavimentado pelo princípio da educação intercultural formulada e desenvolvida no país nos últimos anos em contextos indígenas.

A pesquisa e a sistematização dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas são feitas no diálogo crítico com saberes de outras culturas, que tenham relevância e sentido cultural, ambiental e sócio-econômico nos contextos em que serão pensados e aplicados.

Monte, Nietta Lindenberg, (org), 2000

Para tornar possível pôr em prática este princípio, foram desenvolvidas quatro modalidades inter-relacionadas de ação pedagógica para a formação de AAFIs, integrando atividades no Centro de Formação dos Povos da Floresta àquelas realizadas nas aldeias. As modalidades são cursos, assessorias técnicas, oficinas itinerantes e intercâmbios. Os cursos de formação ocorrem em um espaço formal, o Centro de Formação dos Povos da Floresta. Têm natureza essencialmente intercultural, pois neles os diversos agentes interagem, confrontam e articulam, com a mediação dos docentes, saberes oriundos de suas práticas em contextos sócio-culturais diversos. Já as modalidades da for-

mação – assessorias, oficinas itinerantes e intercâmbios – ocorrem nas Terras Indígenas, no cotidiano da vida produtiva, social, no contexto da cultura familiar e comunitária. Ali, enquanto desenvolvem a profissão, pensam o seu fazer a partir de seu saber cultural e o de outros, geralmente sua comunidade, e, extraordinariamente, assessores ou visitantes. Em seguida, os agentes trazem para as situações de formação os registros do saber acumulado na experiência de seu cotidiano, de forma a articular prática e teoria, conhecimento pessoal e conhecimento coletivo, saber cultural e saber intercultural. Estes são mais uma vez modificados e ampliados ao serem comunicados aos outros, docentes, assessores e outros agentes de variadas aldeias e etnias.

Detalhamos a seguir algumas características desses tipos de ação pedagógica constituintes da formação dos AAFIs.

Cursos Intensivos no Centro de Formação dos Povos da Floresta

Desde o início da proposta, oito cursos dessa natureza já foram oferecidos, um a cada 12 meses, sendo esta a ação que deu início cronologicamente às demais ações do projeto.

Os cursos ocorrem no Centro de Formação dos Povos da Floresta, área rural de posse da CPI/AC, nos arredores de Rio Branco, com duração de cerca de sete semanas, 300 horas. Neles, os agentes agroflorestais de povos e regiões distintas reúnem-se para estudar e discutir problemáticas ligadas à sua área de atuação e ao seu contexto histórico com outros agentes, docentes convidados e com a equipe da CPI/AC.

Cada curso conta com a participação aproximada de 20 a 40 pessoas, normalmente aqueles que realizaram os cursos anteriores ou as oficinas

itinerantes, e que foram apontados pela comunidade para assumir tais tarefas.

Os cursos têm ênfase em aulas práticas de onde se vão extraindo relações e inferências, idéias da tradição cultural dos presentes posta em contato com outras idéias, em atividades diversas como o manejo de modelos demonstrativos implantados no Centro, as oficinas dedicadas às artes e aos ofícios, o conhecimento e a produção de tecnologias alternativas, as pesquisas e os levantamentos de recursos naturais utilizados pelas sociedades indígenas presentes.

Renato Gavazzi

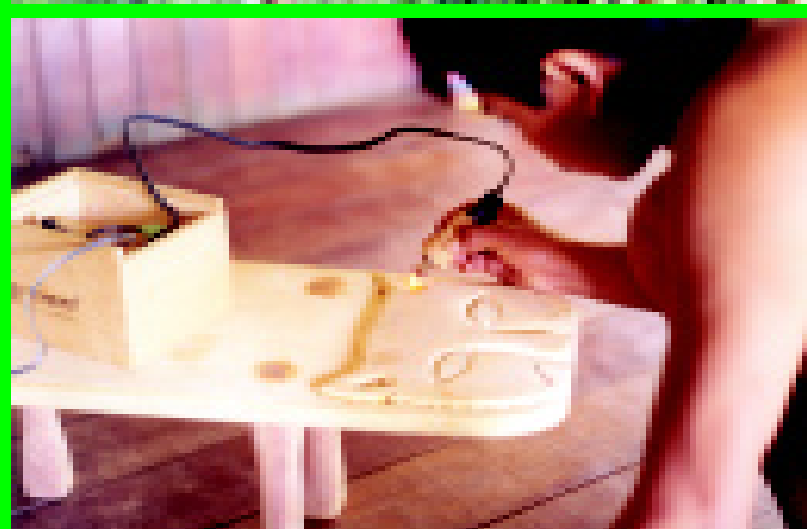
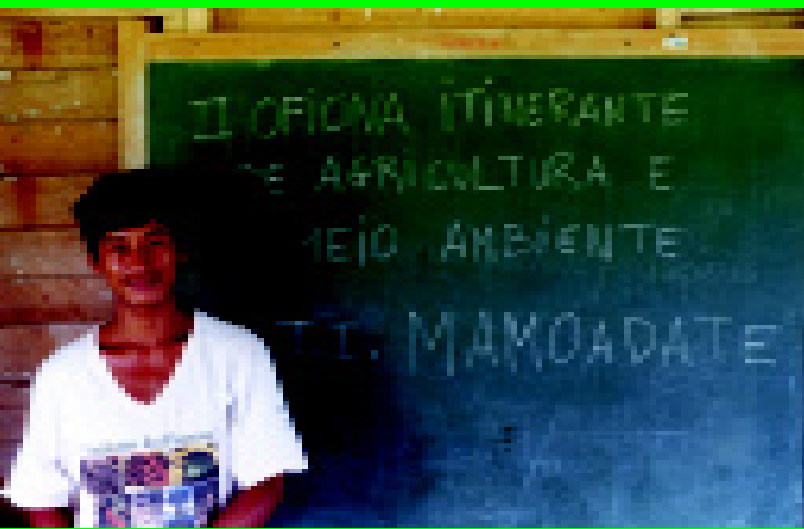


IV Curso de Formação de AAFI - Aula prática enriquecimento de SAF

Ricardo Dantas



V Curso de Formação de AAFI - Aula prática - horta orgânica - Compostagem



Oficinas itinerantes

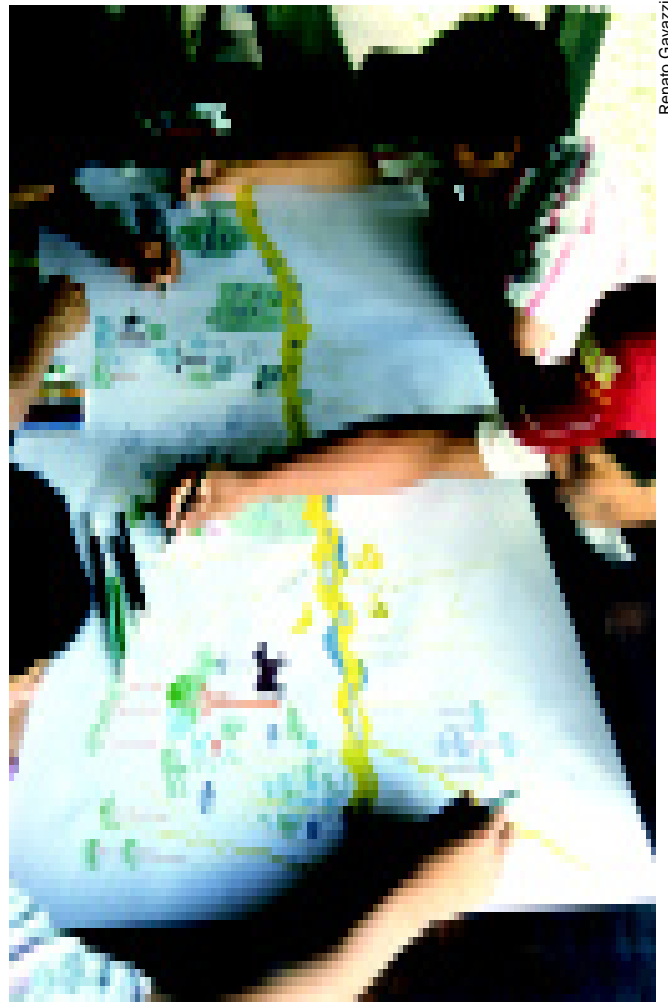
Também são importantes modalidades de formação as denominadas “oficinas itinerantes”, realizadas pelo projeto de forma sistemática ao longo do ano como forma particular do trabalho de campo. Nesta ocasião, membros da equipe do Setor de Meio Ambiente, em ações planejadas, oferecem cursos por três a quatro semanas no próprio contexto de trabalho dos AAFIs, com cerca de 120 horas. Essas oficinas ocorrem em algumas das Terras Indígenas e atendem a um grupo específico dos AAFIs, de um mesmo povo. Beneficia normalmente também a outros membros da comunidade que se juntam ao grupo, como por exemplo professores, agentes de saúde, alunos das escolas indígenas e outros da comunidade.

Oferecem a possibilidade de tematizar o contexto socioambiental onde são realizadas a oficina e as atividades dos agentes ao longo do ano, usando-as como cenário e parte do currículo:

A aulas foram dadas em um bonito kupixawa, construído próximo a uma capoeira que foi enriquecida nesse curso com várias espécies de árvores e palmeiras.

Discutimos a necessidade de uma família Kaxinawá morar na boca do igarapé Arara como estratégia para conter as invasões na Terra Indígena Seringal Independência.

O curso também possibilitou reflexão e discussão sobre a nova categoria do agente agroflorestal, seus deveres e sua função junto à comunidade.



Renato Gavazzi

Aula de cartografia - Diagnóstico sócioambiental da TI Mamoadate

No período em que estivemos durante o curso no seringal Independência todas essas atividades foram acompanhadas de muitas manifestações e expressões culturais dos Kaxinawá, os agentes agroflorestais realizaram quatro festas de mariri.

Gavazzi, Renato Antonio, 1999

Grande parte dessas oficinas tem como conteúdo os problemas enfrentados pelos AAFIs no trabalho com Sistemas Agroflorestais, as ações de vigilância, a organização política da categoria, assim como as práticas de discussão juntos aos professores, agentes de saúde, alunos, parentes em geral nos contextos de aldeia.

São importantes momentos de co-gestão entre o projeto e a comunidade, que entra com alguma importante contrapartida, demonstrando aqui seu alto poder de participação e mobilização.



A IV Oficina Itinerante foi realizada no sítio do AAFI Josimar Txuã, pessoa responsável em receber e cuidar dos participantes da oficina. Sua casa fica dentro de um bonito Sistema Agroflorestal implantado no ano de 1996 e vem sendo manejado e ampliado por ele e sua família. A escola que foi construída por Josimar dentro de seu SAF para receber os participantes da oficina, recebeu o nome de “Escola Ambiental Castanha” devido ao grande número de castanhas plantadas por ele.

Josimar mostrou muito trabalho e esforço para poder receber e realizar a oficina em sua casa: além de construir a escola, trabalhou na construção de três privadas, fixou algumas lixeiras ao redor de sua casa e escola.

Com toda a dificuldade de deslocamento devido às grandes distâncias de uma comunidade à outra, à precariedade na comunicação e no transporte, a Oficina Itinerante foi um sucesso de público: conseguiu reunir os 24 AAFIs no sítio Cristo Redentor, mostrando a força desse movimento. Os AAFIs se organizaram para sair de suas comunidades, alguns trouxeram suas famílias e chegaram no local da oficina através de longas caminhadas, viagem de balsa, varejando em pequenos cascos e barco a motor.

Gavazzi, Renato Antonio, 2001

Assessoria

As visitas dos assessores aos AAFIs são momentos essenciais da formação, tanto para incrementar a continuidade dos trabalhos práticos e dos levantamentos, estudos e pesquisas que estão sendo feitos, como para o acompanhamento das ações implementadas na Terra Indígena. Elas são um momento especial dentro do processo de formação em que as formas próprias de agir e pensar de cada comunidade e seu AAFI, em cada contexto específico, são melhores conhecidas pelos assessores e pelo projeto, e buscam garantir o apoio necessário à continuidade de sua ação nas aldeias.

O assessor vê o ponto de vista da comunidade e a comunidade vê o ponto de vista do assessor. Então tem esse trabalho de parceria, para não deixar correr muito solto.

Manuel Sabóia Kaxinawá, in Dias, 2002

Todos os AAFIs que estudam nos cursos do Centro de Formação recebem uma assessoria anual pelos membros da equipe da CPI/AC. Durante essa visita é estimulada a participação de outros membros da comunidade.

No trabalho com AAFI e o assessor Adriano, fizemos o enriquecimento do SAF. Na segunda parte da área de capoeira levamos algumas mudas para fazer os plantios em lugar definitivo como: açai-touceira, buriti, patoá, acerola, amora e cupuaçu.

Para fazer esse plantio, roçamos 14 estradas junto com comunidade, 12 pessoas junto com o AAFI e o assessor na aldeia São Vicente.

Manoel Saboia Kaxinawá, Dias, 2002



Roberto Alcântara

Alunos Katukina participando da assessoria - TI Campinas



Cada viagem de assessoria envolve uma articulação considerável de pessoas, entidades e planejamento cuidadoso. AAFIs, lideranças indígenas e não-indígenas são contatadas; recursos para deslocamento são alocados. Geralmente as viagens de campo são feitas por barco e em períodos de mais de 30 dias com grande esforço e capacidade de mobilização de todos.

Materiais e ferramentas, mudas, sementes, material didático, combustível e um sem-número de outras essencialidades que escapariam aos olhos desavisados, compõem a lista final que levará o assessor até as aldeias. Nas assessorias, variados aspectos do trabalho dos AAFIs são acompanhados pelo técnico ou pela técnica encarregados da continuidade da formação.

Eu recebi a assessoria da Julieta, ela foi lá para passar dez dias pra me ajudar a fazer o levantamento dos meus plantios, lá das minhas fruteiras, levou algumas sementes também. Não deu pra fazer tudo, mas foi muito bom eu ficar sabendo pelo menos de quantas qualidades, quantas espécies de coisas que eu tinha plantado, até mesmo ao redor de minha casa, muitas coisas que tinha ali.

Fizemos algumas mudas, trabalhamos com as crianças durante dois dias, participamos da assembléia da nossa comunidade, e depois fomos coletar sementes lá dentro da aldeia, também, frutas, um outro plantio de SAFs em cima de onde a gente morava na primeira aldeia e depois ela retornou para a TI Kaxinawá do Humaitá.

Benki Asheninka, in Freschi, 2001.

Os assessores ajudam a pensar estratégias com o AAFI e demais lideranças para resolver situações relacionadas ao trabalho, sistematizar as anotações dos “diários”, orientar continuidades e modificações necessárias em atividades que estão sendo realizadas. Ao mesmo tempo, mantém-se o princípio básico do diálogo, da participação e da interculturalidade, de modo a não induzir o processo, o que tornaria a assessoria uma espécie de medicina que cria dependência, ao invés de dar poder (empoderar).



Roberto Alcântara

AAFI trabalhando com os alunos da escola katukina - Atividade prática de canteiro



Idelberto Esch

Plantiu de semente da castanha da amazônia no jirau - aldeia Mucuripe - TI Kaxinawá Praia do Carapanã



Idelberto Esch

AAFI Xipi orientando alunos da aldeia Nova Fronteira a encher saquinhos - TI Alto Rio Purus



AAFI Francisco Macário e professor Ibã visitando o viveiro de produção de mudas do agente de manejo do Parque Indígena do Xingu - PI Diauarum - MT

Outras visitas são intercâmbios planejados e subvencionados como parte do apoio dado pela Rede Latino-Americana de Cooperação, apoiados pela Rainforest Foundation, da Noruega, em que se visitam experiências similares de Organizações Não-Governamentais no Brasil e na América Latina. Essas viagens são sistematicamente registradas em relatórios com observações aguçadas,

numa perspectiva de identificar as analogias e diferenças por meio das comparações entre sua própria realidade e aquela visitada:

Redes e intercâmbios

Finalmente, a formação é complementada por visitas de intercâmbios entre os agentes e outros povos indígenas e/ou projetos afins incentivados como parte da formação, integrando-se à proposta curricular como uma espécie de “Conhecimento em Rede”.

Alguns destes intercâmbios são iniciativas dos próprios agentes:

Essa idéia foi em cima de uma necessidade do pessoal. Porque aqui toca muito songari (a flauta) e o totama (bambu que faz a flauta).(...) E eu fiquei perguntando onde que existia esse bambu (...) era na cabeceira do Juruá, sete dias de viagem de motor até o Peru, comunidade Victoria tem uns 170 Asheninka. Cheguei lá e fiquei parado (...) Eu pensei “meu Deus do Céu” (...) Todo tipo de bambu, e não tem espinho. (...), mas com esse projeto do PDA, eu estou pensando em levar a turma de mirins (Agentes Agroflorestais Mirins) e irmos até a última comunidade Asheninka do Juruá para coletarmos as três espécies dos melhores bambus para fazermos as flautas e plantarmos aqui na nossa comunidade. E essa flecha, que não existe aqui na nossa região só existe onde tem guerreiros Asheninka. Isso no rio Ucaiali, lá ainda existe esse tipo de flecha.

Benki Pianko Asheninka, in Freschi, 2001.



AAFI Xipi participando do Seminário Experiências e Trabalhos com Povos Indígenas no Manejo Florestal - Iquitos - Peru

Na minha viagem à Bolívia, fui na beira do lago ver a questão do lixo. Vi uma fossa de lixo, mas mesmo assim tem muito lixo na beira do lago, vi até pilha na água do lago.

A água que eles bebem é uma água que vem da montanha. A floresta tem mais ou menos uns 50 pés de pinheiro na subida da montanha, em frente à aldeia. Perguntei para saber se é plantado ou nativo, ele falou que era nativa.

Na agricultura, não vi ninguém trabalhando hoje, porque é domingo, mas vi muitos terrenos preparados para plantio. É em um local muito pequeno que eles plantam. Tem que pegar terra de outro lugar, porque só é pedra. Os tipos de legumes plantados pelos índios, eu não vi os legumes, mas me falaram que plantam alface, batata, milho, quinua etc. Os animais silvestres que eu vi foi o paturi, socó e mais ou menos cinco espécies de pássaros. Os animais domésticos que eu vi foram galinha, ovelha, gado, lhama e burrico.

A situação da agricultura é um pouco difícil, porque tem mais pedras que a terra que a gente planta nela. Eles plantam na beira do lago e fazem degraus nas montanhas que eles chamam de terraça. Eles pegam um pedaço de terra e tem que pegar terra de outro lugar. Desmancham os torrões de terra que pegam com o boi ou com a mão mesmo. Fazendo assim, já vai virando terra fofa para plantar (como a gente faz canteiro)...

José Lima Kaxinawá, 2001

Outros intercâmbios são proporcionados pela participação dos AAFIs em fóruns latinos de discussão sobre Manejo da Floresta Amazônica:

Eu fui num seminário em Iquitos, no Peru, com apoio do Programa Regional de Apoyo a los Pueblos Indígenas de la Cuenca del Amazonas – PRAIA, sobre manejo de recursos naturais, com vários povos indígenas do Peru e de outros países. Achei muito importante todos os povos indígenas organizando seu trabalho, com preocupação do seu território, de sua terra e de sua cultura, para trazer a cultura mais forte com sua energia tradicional da comunidade.

Francisco Macário Kaxinawá, 2001

Os conteúdos da formação

As seguintes unidades vêm constituindo os cursos de formação numa perspectiva de construção permanente da proposta, entendida de forma experimental e piloto:

1. Fundamentos políticos da função do AAFI:

- organização e representação política dos AAFIs;
- princípios e diretrizes profissionais;
- vigilância e fiscalização;
- crimes ambientais e legislação ambiental.

Além dos aspectos da formação relacionados à vigilância e à gestão territorial, já comentada em capítulos anteriores, considera-se importante a organização dos agentes como categoria profissional específica, formando entre eles um sentido de coletividade e movimento político, ao mesmo tempo em que se estimula uma maior integração com a comunidade de que são parte.

Sobre os princípios e diretrizes profissionais, são interessantes as discussões feitas pelos AAFIs sobre sua função e qualidades culturais, políticas e éticas que devem estar envolvidas na profissão:



Produção de mudas - Aldeia Jatobá - TI Mamoadate

Aitor Salsamendi



*É ser escolhido pela comunidade.
É ser uma pessoa com ideal.
É ser uma pessoa com conhecimento na política das leis ambientais e outras leis.
É ser uma pessoa responsável pelo seu papel.
É ser uma pessoa que tem interesse de ajudar a sua comunidade.
É ser uma pessoa educada.
É ser alfabetizado.
Andar trocando idéias com os outros.
Sempre ser uma pessoa que participa das reuniões da sua comunidade.
A pessoa tem que aprender organização de cada comunidade.
Tem que ser uma pessoa capacitada.*

José Nilson Sabóia Tuwe Kaxinawá, in Gavazzi, 2000.

2. Ecologia indígena

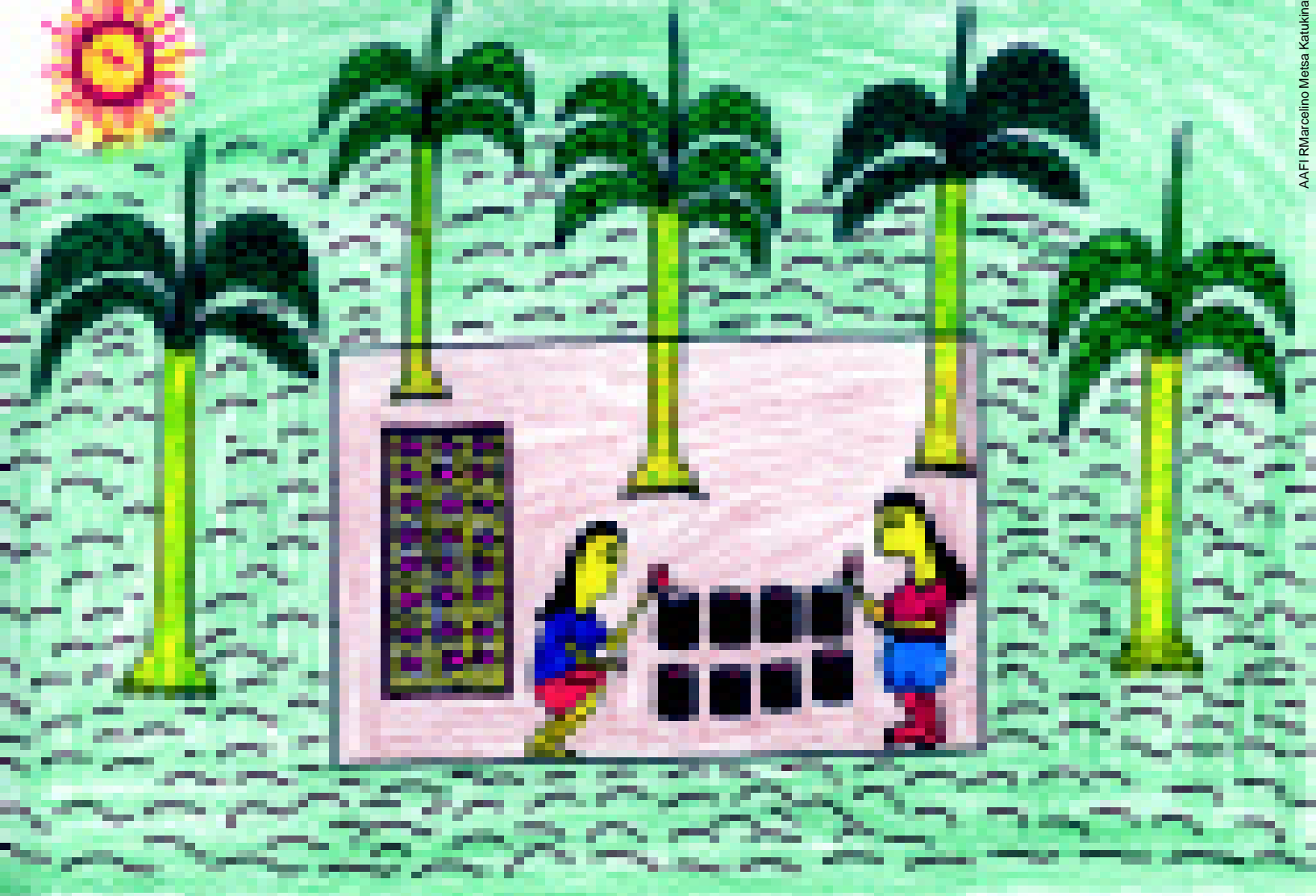
Esta área tem se centrado na pesquisa em línguas indígenas e no português dos recursos naturais das Terras Indígenas e na valorização e incentivo dos

modos de registro, representação e explicação da relação existente entre os povos da floresta e seu meio ambiente. Um dos cursos dedicados a esse tipo de enfoque é o de Rito, Mito e Meio Ambiente.

O objetivo do curso “Rito e Agricultura” é discutir com os alunos a dimensão cultural de suas relações com a natureza, tendo o centro das discussões na agricultura indígena. Visamos refletir com os AAFIs os conhecimentos sobre as práticas agrícolas construídos pela suas sociedades:

O rito do katxanawa dos Kaxinawá está intimamente relacionado à força da fertilidade, à fartura para a aldeia. Através dos ritos os Kaxinawá chamam a força dos legumes para a boa produção de seus roçados. Os Manchineri chamam o espírito do vento e do fogo para coivarar os seus roçados. As mulheres Jaminawá vão cantando na hora de fazer a colheita do milho, para ter boa produção na próxima safra.

Gavazzi, Renato Antonio, 1998



Vários outros exemplos dessa perspectiva de pesquisa e reflexão feitas pelos AAFIs nas situações de formação foram já mencionados anteriormente nessa revista.

3. Princípios de agrofloresta ou manejo de ecossistemas

Busca-se nessa unidade pensar com os agentes os princípios que devem orientar a tomada de decisões nos diversos contextos onde atuam. Visa apoiar a discussão dos AAFIs sobre as possíveis intervenções nos contextos ambientais de forma a solucionar problemas enfrentados nas suas terras:

Como atividade prática de manejo foi proposto um diagnóstico e a recuperação de um sistema agroflorestal (0,5Ha), do tipo capoeira melhorada, de dois anos de idade. Este sistema de espécies frutíferas e madeiras plantadas em linhas dentro de uma capoeira rala sobre solo extremamente degradado,

apresentava desenvolvimento e produtividade insatisfatórios.

Os alunos desenvolveram o seguinte processo: medições em altura, verificação do estado nutricional e condições de luminosidade das espécies plantadas; levantamento das espécies de leguminosas arbóreas ocorrentes na área;

confecção de mapas reunindo as informações acima descritas;

algumas intervenções foram discutidas e aplicadas pelos alunos no Sistema Agroflorestal;

acesso à maior luminosidade para as espécies em condição de sombreamento através de poda de árvores, prioritariamente leguminosas;

adubação com biomassa proveniente das leguminosas podadas;

para o sombreamento de espécies em condição de extrema insolação, os alunos sugeriram o plantio de outras árvores madeiras, frutíferas e leguminosas; a lenha proveniente das podas foi retirada da área, usada e a cinza após ser pesada foi retornada ao sistema.



4. Artes e Ofícios

Na unidade do currículo denominada de “artes e ofícios”, a proposta é reciclar, reutilizar e agregar valor a madeiras desperdiçadas como subproduto das atividades agrícolas de roçados, transformadas pelos AAFIs em objetos de arte e mobiliário, com designs étnicos, inspiradas nos seus mitos de origem. Estes objetos, com status de arte para alguns circuitos especializados, têm sido comercializados em Rio Branco e em outras cidades do país, demonstrando potencial como alternativa econômica de valor ecológico e cultural. O trabalho é executado principalmente no Centro de Formação dos Povos da Floresta durante os cursos de formação, em Rio Branco, e cada vez mais frequentemente, na própria aldeia quando retornam dos cursos.

O conceito e a prática da reciclagem da madeira vêm sendo experimentados nas aulas de artes e ofício, com

a confecção de banco esculpido com formas de animais e encantados usando técnicas de encaixe, sem pregos.

As peças de madeiras para confecção dos bancos são restos de tábuas pegas nas serrarias de Rio Branco, ou encontrados no próprio CFPF e nas aldeias.

Gavazzi, Renato Antonio, 1998

Essas atividades são precedidas de planejamento, acompanhadas por projetos gráficos e artísticos e por reflexões prévias e póstumas sobre o trabalho, que expressa os mitos relacionados à preservação:

Eu fiz essa escultura com o sentimento que ela é a mãe da Ayawasca, que ela morreu e dela nasceu o cipó. E também ela estava grávida e nasceu a Roroa, e nasceram mais outras plantas, encima da sepultura dela. E quando nasceram essas plantas, de dentro do espírito foi falado para o esposo dela que dali ia sair alguns remédios medicinais para ela poder curar as

peças que estavam doentes. Então, essa escultura foi feita nesse sentido. Ela é a mãe da Aywasca. Para que a gente tenha esse sentido, cada qual faz uma escultura, para gente ficar vendo de que maneira a gente tem esse sentimento (...).

A sensação minha é que eu fico muito concentrado dentro da minha imaginação e do que eu vou fazer. Porque primeiro você tem que ter um pensamento para poder você fazer uma escultura. Se fizer de qualquer jeito, nunca vai fazer um trabalho bem feito. Então você pensa encima da sua imaginação e faz aquele trabalho encima do seu sentimento.

Benki Pianko Ashenika in Gavazzi, 2000



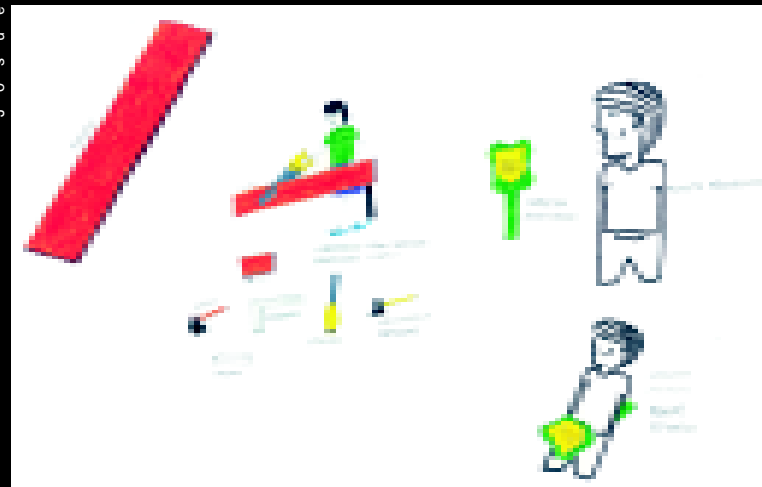
Reutilização de madeira banco de encaixe



Participação dos AAFIs na amostra Negócios para Amazônia Sustentável - Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001



Trabalhos na reutilização de madeira - TI Campinas



Projeto para construção do banco de encaixe



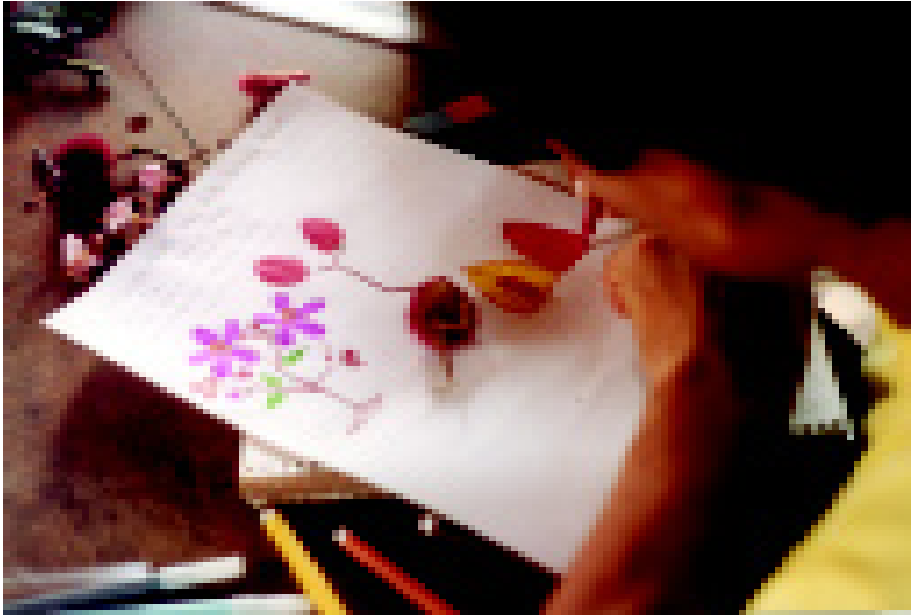
Reutilização de madeira - Artes e ofícios

Nielta Monte

Roberto Alcântara

Renato Gavazzi

Renato Gavazzi



comentários e discussões. Destaca-se a apresentação do Mapa Diagnóstico Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e seu entorno feita pela liderança Francisco Pianko:

A Terra Indígena Asheninka, eu falei antes sobre ela, é essa parte aqui, essa cor meio diferente das outras. A área de retirada de madeira com máquinas pela empresa Marmude Cameli, o ano foi 81 e 82. Essa área foi a primeira invasão que eles fizeram. Aqui tem um igarapé que chama Amoninha, e o revoltoso. Eles vieram de Cruzeiro do Sul, com as máquinas deles, direto aqui. Entrou e ficou o ano todinho aqui. E nessa época ainda não tinha essa área demarcada. Nós morávamos por aqui,

inclusive presenciamos toda essa invasão. Eles tiraram o tanto que quiseram e foram embora. Ainda lembro como se fosse agora quando a gente via as balsas de madeira. A gente corria por cima e ficava contando quem era que resistia chegar de uma ponta a outra da madeira, de tão comprida a fila de madeira”.

Gavazzi, Renato Antonio, 1999

5. Formação Básica

Para dar continuidade à formação básica dos AAFIs e incentivar seu domínio da escrita e leitura em português e nas línguas indígenas, na matemática, nos seus conhecimentos sobre o mundo natural e social, alguns estudos são desenvolvidos de forma a complementar a escolaridade feita na aldeia com os professores indígenas.

Estes estudos são focados a partir da reflexão sobre o meio ambiente, entendido de forma abrangente e transversal no trabalho de formação básica, conforme exemplos a seguir:

Geografia, Cartografia e Meio Ambiente

A proposta educacional relacionada à geografia e ao meio ambiente foi feita com base na avaliação recente dos impactos ambientais decorrentes do contato e de invasões nas Terras Indígenas. Por meio de conceitos e instrumentos da cartografia, por exemplo, são desenvolvidas atividades para que os professores reflitam sobre os problemas vividos, na esfera local, nacional e mundial, discutindo a importância de sua cultura no manejo dos recursos naturais.

Cada participante produziu dois mapas: o da aldeia foi feito individualmente e o da Terra Indígena e entorno feito em grupo, como diagnóstico ambiental da área. Esses mapas foram apresentados pelos grupos com

Os Modelos Demonstrativos como metodologia

Grande parte das unidades curriculares são referenciadas nos Modelos Demonstrativos que estão sendo implantados no Centro de Formação dos Povos da Floresta, e ao longo do ano pelos AAFIs nas aldeias. Estes modelos estão constituídos basicamente por:

- sistemas agroflorestais;
- viveiro de produção de mudas;
- horta orgânica e compostagem;
- manejo e uso da palha;
- piscicultura;
- meliponicultura.

Nessas unidades se concentram diversas aprendizagens, algumas práticas são vividas e trazidas em relatos para a reflexão coletiva, com apoio de assessores e de outros agroflorestais.

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O NOVO FUNCIONÁRIO DA FLORESTA

Essas vivências e discussões são sistematizadas e intercambiadas nas situações de cursos intensivos, além de serem também reinterpretadas e aplicadas nas próprias aldeias nos temas de estudo como os SAFs, as hortas orgânicas, a piscicultura. A estruturação de aulas como atividades práticas permite que o agente tenha uma diversidade de desafios e dispositivos didáticos diários que afastam qualquer risco de transformar o período do curso em um “exílio” cultural. Por exemplo, o dia pode começar ao nascer do sol com trabalho na horta, ou Artes e Ofícios, seguir com práticas de um tema específico (agroflorestas, por exemplo) pela manhã, à tarde, um animado jogo de futebol, e vídeo pela noite, normalmente de autoria de alguns dos videastas indígenas do Acre e de outras partes do país.

A reflexão teórica é sempre uma formulação oral ou escrita ou por desenho e pesquisa referenciada no prático, no experimentado nos contextos de vida de cada um dos AAFIs. Busca-se que as reflexões propiciem um resultado sistematizado pelos agentes com apoio dos assessores como por exemplo:

- levantamentos bilíngües ilustrados de fauna e de flora;
- implantação, manejo ou sistematização de hortas, quintais ou SAF;
- execução de mapas, projetos de esculturas ou bancos.

O material produzido pelos AAFIs nos cursos e levantado pelos assessores em suas visitas vai para a sede da CPI/AC em Rio Branco. Lá, é catalogado e arquivado, para consulta e elaboração dos materiais didáticos, bem como para as atividades de avaliação promovidas para o aperfeiçoamento da formação dos AAFIs.

Perspectivas

Políticas públicas

O trabalho desenvolvido pelos agentes agroflorestais indígenas do Acre, ao juntarem forças com seus aliados e outros membros de suas comunidades, tem desencadeado novos e ampliados esforços entre um conjunto de pessoas e instituições públicas e privadas.

Uma visão de futuro que envolve a esperança é que estes agentes possam progressivamente qualificar-se e a seu trabalho de forma também a influenciar e formar outros - povos indígenas e alguns vizinhos e aliados - nas áreas do entorno de suas terras. O sonho também é contribuir para ampliar e consolidar uma rede de trabalhos institucionais e pessoais nessa direção, que incidam mais decisivamente nas políticas públicas locais e nacionais:

Penso como Asheninka, escolhido como Secretário de Meio Ambiente de meu município, em não concentrar nosso trabalho só lá: atuar nas áreas vizinhas, em toda a região. Agora temos condições de fazer este trabalho com um tempo menor(...), podemos fazer muito melhor agora, podemos agora fazer com os agroflorestais e os professores indígenas, que é o forte deste programa. Estes recursos humanos são o ponto-chave.

A gente tem de usar o que tem para contemplar estes outros espaços que estão aí sem nenhuma proposta. A gente somar estes momentos e preencher estes vazios.

Francisco Pianko Asheninka, 2001 in CPI/AC, 2001



Disseminação

O trabalho de formação de agroflorestais tem também inspirado outros povos e regiões na busca de formação de agentes com funções semelhantes (Kaiabi e Yudjá no Xingú; Timbira, Yanomame, Krenak).

Novo grupo está sendo formado complementarmente pelo governo do Acre por meio da Secretaria de Extensão Rural – SEATER, nas terras diretamente atingidas pelas estradas, somando mais 19 agroflorestais aos 66 atualmente formados.

No primeiro semestre de 2002, obtiveram uma “bolsa-auxílio” de valor mais simbólico, como apoio do estado a seu trabalho, um passo importante, embora ainda insuficiente na luta já antiga por parte do movimento dos AAFIs por seu reconhecimento profissional.

O governo do Acre assinou em 2001 o compromisso de assegurar recursos orçamentários para a formação dos agentes agroflorestais nas Terras Indígenas do Estado e buscar mecanismos para sua remuneração pelos serviços prestados na comunidade.

Nesse processo, os AAFIs enviaram os documentos, cobraram e participaram, demonstrando a força da sua organização e união junto ao Governo Estadual. O pagamento da bolsa é um primeiro passo para o reconhecimento oficial de uma nova profissão que está surgindo entre populações indígenas da Amazônia, entendido como um importante ator na Gestão Ambiental das Terras Indígenas. Por outro lado, esses agentes vêm recebendo também o reconhecimento em contextos fora da Amazônia. Em junho de 2001, no evento Negócios para Amazônia Sustentável, realizado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, várias esculturas foram expostas e vendidas durante um leilão, executado por um dos maiores leiloeiros de arte do país e atingiram valores entre dois mil e quatro mil reais.

Estiveram expostas em São Paulo, no Parque do Ibirapuera, durante a Bienal do Descobrimento, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro MAM e na Exposição “Das Artes dos Índios: “Identidade e diversidade” no Centro Dragão do Mar em Fortaleza. Na cidade de Rio Branco foram organizadas pelo próprio projeto duas exposições completas do trabalho - Arte, Mito e Meio Ambiente - com as esculturas gigantes em madeira, e os documentos e registros dos processos de sua criação. A mostra ficou com grande sucesso aberta ao público em geral e à visita de escolas públicas e privadas, por uma semana, no Espaço Kaxinawá e no Mira Shopping no centro da cidade de Rio Branco.

Num planeta em que a globalização mercantilista impõe bugigangas em série e reproduz a uniformidade sem história, ética ou futuro, a arte indígena é uma ponte que nos mantém conectados com a realidade, e é um aspecto fundamental no currículo da formação dos AAFIs.

O reconhecimento da categoria tem-se intensificado em âmbito nacional com conquistas como a importante Menção Honrosa recebida pelo Prêmio Itaú Unicef, 2001, “O Direito de Aprender”, selecionado e premiado entre 700 projetos enviados de todo o país.

O Ministério do Meio Ambiente tem demonstrado seu apoio e entusiasmo homenageando a categoria com a edição e divulgação institucional de dois mil exemplares do Calendário 2002 - Floresta e Manejo, com apoio da Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, e do Programa de Apoio ao Agroextrativismo da Amazônia.

Está prevista para o ano 2002 a edição, também apoiada pela SCA, de um documentário sobre o trabalho de Formação dos AAFIs, de forma a registrar e divulgar o projeto para um maior número de pessoas e iniciativas similares no país.



Um olhar crítico para o futuro

De modo geral, o trabalho com a Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas é a expressão e o resultado de parte dos sonhos dos que acreditam num futuro para a humanidade e para o planeta.

No entanto, devemos entender que essa é uma corrida contra o tempo. De um lado, está a defesa de interesses imediatistas instalados na floresta, mas operados desde uma lógica externa a ela. Do outro, estão os que defendem um desenvolvimento econômico, social e ecologicamente orientado. Para este último setor, a promoção de uma verdadeira segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável passa pela intensificação de quintais agroflorestais, pela recuperação de áreas degradadas com cultivos agroflorestais

e sistemas silvopastoris, pelo agroextrativismo baseado na participação, na auto-gestão e no manejo sustentável dos recursos naturais. Significa, enfim, perceber a floresta e todos os seus habitantes como aliados, e não inimigos a serem abatidos.

Em termos políticos e econômicos, a batalha é desigual. Mas, o apoio governamental, por meio de programas como o que abriga hoje o PDA e os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI, são fundamentais para criar oportunidades aos que lutam pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A presente publicação é o produto desse espírito e de todas essas interações. Como um produto coletivo, espera-se que divulgue e ajude a aprimorar o trabalho que realizam hoje os AAFIs do Estado do Acre. Finalmente, fatos alentadores, como a ação destes e os esforços dos que estão envolvidos em sua formação, é que podem permitir que sigamos passageiros privilegiados do planeta Terra, um pequeno oásis azul de vida em um universo infundável.



Referências Bibliográficas

- Alcântara Roberto e Dias Adriano, 2000, Relatório de Assessoria a TI Kaxinawá do Rio Purus, CPI/AC.
- Alcântara, Roberto Tavares, 2001, Relatório do IV Oficina Itinerante da TI Seringal Independência CPI/AC.
- Alcântara, Roberto Tavares, 2001, Relatório de Assessoria a da TI Seringal Independência CPI/AC.
- Comissão Pró-Índio do Acre, CP/AC, 1996, Projeto de Implantação de Tecnologias de Manejo Agroflorestal em Terras Indígenas do Acre, Subprograma Projetos Demonstrativos A, PDA/MMA.
- Comissão Pró-Índio do Acre, CPI/AC, 2000, Projeto Manejo Agroflorestal Indígenas do Estado do Acre, PDA/MMA.
- Comissão Pró-Índio do Acre, CPI/AC, 2001, Fortalecendo a Capacidade de Gestão Ambiental entre as Sociedades Indígenas do Acre, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional Sustentável, PADIS, CPI/AC, APIWTXA e Secretaria de Meio Ambiente de Marechal Thaumaturgo.
- Dias, Adriano, 2001, Relatório Assessoria a TI Kaxinawá da Colônia 27.
- Dias Adriano, 2002, Relatório de Assessoria a TI Kaxinawá do Rio Humaitá.
- Freschi, Julieta, 1999, Relatório I Curso de Gestão Ambiental para Professores Indígenas do Município Marechal Thaumaturgo, TI Kampa do Rio Amônia.
- Freschi, Julieta e Gavazzi, Renato, 2001, Sistematização de informações dos diários de trabalho, CPI/AC.
- Freschi, Julieta, 2001, Relatório Assessoria a TI Kampa do Amônia, CPI/AC.
- Freschi, Julieta, 2001, Relatório VII Curso Formação AAFIs, CPI/AC.
- Gallarreta, Iosu, 1999, Relatório I Curso de Gestão Ambiental para Professores Indígenas do Município Marechal Thaumaturgo, TI Kampa do Rio Amônia.
- Gavazzi, Renato (org) 1996, Ecologia da Floresta CPI/AC.
- Gavazzi, Renato 1997, Relatório do II Curso de Formação dos AAFIs, CPI/AC.
- Gavazzi, Renato (org) 1998, Chegou o Tempo de Plantar as Frutas, CPI/AC.
- Gavazzi, Renato 1998, Relatório do III Curso de Formação dos AAFIs, CPI/AC.
- Gavazzi, Renato 1999, Relatório do II Oficina Itinerante da TI Seringal Independência CPI/AC.
- Gavazzi, Renato 2000, Relatório do V Curso de Formação dos AAFIs, CPI/AC.
- Gavazzi, Renato, 1999, Relatório I Curso de Gestão Ambiental para Professores Indígenas do Município Marechal Thaumaturgo, TI Kampa do Rio Amônia.
- Gavazzi, Renato 2001, Relatório do IV Oficina Itinerante da TI Seringal Independência CPI/AC.
- Idiazabal, Mikel M, 1998, Relatório de III Curso de Formação dos AAFIs, CPI/AC.
- Idiazabal, Mikel e Gavazzi, Renato (org) 2000, Caderno de Pesquisa, CPI/AC.
- Iglesias e Ochoa, (org) 1996 Historia Indígena, CPI/AC.
- Lima, José, 2001 Relatório Viagem à Bolívia, Rede de Cooperação Latino-americana Rainforest Noruega, CPI/AC.
- Macário, Francisco Xipi Kaxinawá, 2000, Diário de Trabalho, CPI/AC.
- Macário, Francisco Xipi Kaxinawá, 2001, Relatório de Viagem a Peru, Iquitos Seminário Internacional Manejo de Floresta,, PRAIA e CPI/AC.
- Mana, Joaquim Kaxinawá, 2001, Diário de Classe, CPI/AC.
- Maru, Adalberto Kaxinawá, 2001, Relatório do IV Oficina Itinerante da TI Seringal Independência CPI/AC.
- Menezes, Luis 1998, Relatório do II Curso de Formação dos AAFIs, CPI/AC.
- Miranda Idelberto Esch, 2002 Relatório de Assessoria a TI Kaxinawá da Praia do Carapanã CPI/AC.
- Monte, Nietta, (org) 2001, Proposta Política Pedagógica do Centro de Formação dos Povos da Floresta.
- Monte, Nietta e Olinda, Vera (org), 2001, Revista Comissão Pró-Índio - 22 Anos de História, CPI/AC.
- Monte, Nietta (org), 2000 Currículo de Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas, CPI/AC.
- Salsamendi Aitor, 2001, Relatório II Oficina Itinerante TI Mamoadate, Povo Manchineri, CPI/AC.

¹ Mas não é a guerra uma doença recorrente de todos os modos de produção que buscaram o controle regional/global do acesso a tecnologias e recursos naturais, produtos e mercados? Como sempre, a guerra é alimentada e suportada por discursos nacionalistas e religiosos. Outrossim, é invariavelmente bancada por um lobby de interesses comerciais privados (na atualidade) e/ou, como em eras passadas, pelos interesses de poder ligados à reinos, impérios, feudos ou Estados.

² Pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), espécie da qual se extraía essência corante de cor vermelha, daí o nome “brasil”, de “brasa”.

³ É importante ressaltar que algumas árvores frutíferas nativas da Amazônia podem chegar a mais de 30m de altura, e que muitas delas tem uso múltiplo (madeira/fruta), como é o caso da andiroba (*Carapa guianensis*) ou do jenipapo (*Genipa americana*).

⁴ Um exemplo clássico são os quintais agroflorestais indígenas da América Central, onde os cítricos são conduzidos para serem árvores de porte médio. Do mesmo modo, muitas sapotáceas, o abacate, a jaca, o jenipapo, a castanha e a pupunha, além de outras frutíferas, não perderam suas características florestais, e seguem tendo potencial como madeira ou árvores de sombreamento. Para aprofundar, leia:

Michon, G. and H. De Foresta (1997). “Agroforests: pre-domestication of forest trees or true domestication of forest ecosystems?” *Netherlands Journal of Agricultural Science* **45**: 451-462.

PDA

SUBPROGRAMA PROJETOS DEMONSTRATIVOS

Setor Comercial Sul
Quadra 6 - Bloco A
Ed. Sofia - 2º andar
Cep 70300-5224
Brasília - DF
Fone: 61.325-5224
Fax: 61.2230763
E-mail: pda@rudah.com.br



Bundesministerium für
wirtschaftliche Zusammenarbeit
und Entwicklung

KfW group



Deutsche Gesellschaft für
Technische Zusammenarbeit GmbH



Banco
Mundial



União
Européia



FFEM

Fundo Francês para o Meio Ambiente

BANCO DO BRASIL



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Coordenação da Amazônia

